

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPCS

PATRIMÔNIO E ROTEIROS TURÍSTICOS: UM ESTUDO SOBRE AS
CONTEMPORÂNEAS ESTRATÉGIAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO MEIO RURAL
DE JOINVILLE/SC (1990-2012)

GUSTAVO GREIN DA SILVA

JOINVILLE

2015

GUSTAVO GREIN DA SILVA

PATRIMÔNIO E ROTEIROS TURÍSTICOS: UM ESTUDO SOBRE AS
CONTEMPORÂNEAS ESTRATÉGIAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO MEIO RURAL
DE JOINVILLE/SC (1990-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS), da Universidade da Região de Joinville (Univille), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade. Orientadora: Professora Dra. Ilanil Coelho.

JOINVILLE

2015

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Silva, Gustavo Grein da

S586p Patrimônio e roteiros turísticos: um estudo sobre as contemporâneas estratégias de patrimonialização do meio rural de Joinville/SC (1990-2012) / Gustavo Grein da Silva; orientador Dra. Ilanil Coelho – Joinville: UNIVILLE, 2015.

175 f.: il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade –

Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio Cultural – Aspectos sociais. 2. Roteiro turístico – Meio rural. 3. Joinville (SC). I. Coelho, Ilanil (orient.). II. Título.

CDD 363.690981

Termo de Aprovação

“Patrimônio e Roteiros Turísticos: Um Estudo Sobre as Contemporâneas Estratégias de Patrimonialização do Meio Rural de Joinville/SC (1990-2012)”

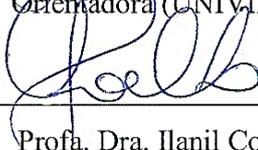
por

Gustavo Grein da Silva

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Prof. Dra. Ilanil Coelho
Orientadora (UNIVILLE)

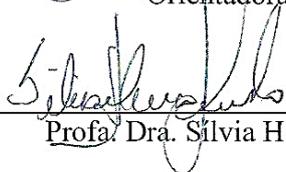


Prof. Dra. Ilanil Coelho
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

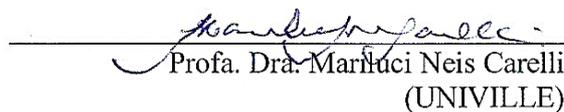
Banca Examinadora:



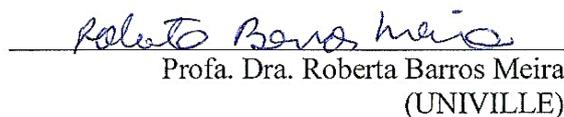
Prof. Dra. Ilanil Coelho
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Sílvia Helena Zanirato
(USP)



Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
(UNIVILLE)



Prof. Dra. Roberta Barros Meira
(UNIVILLE)

Joinville, 27 de fevereiro de 2015.

Dedico este trabalho aos meus avós,
Lisande Grein Bueno e Carolina Duffeck Grein,
por todos os ensinamentos sobre o campo e a vida.

AGRADECIMENTOS

Do início da pesquisa até a defesa desta dissertação, contei com o apoio de algumas pessoas e instituições, às quais dirijo aqui os meus sinceros agradecimentos.

À Natássia Cardoso Bilesimo, pela paciência que teve comigo ao longo desses anos, sempre me auxiliando com os trabalhos e me encorajando diante de desafios pessoais e profissionais. Agradeço muito pelo seu carinho e companheirismo.

À professora Dra. Ilanil Coelho, pela oportunidade de contar com a sua orientação nesse momento importante de minha vida acadêmica. As suas críticas e sugestões foram determinantes no direcionamento deste trabalho. Agradeço pelas leituras atentas dos meus escritos, por todo incentivo e pela amizade que remonta à minha graduação em História.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, que durante a realização das disciplinas sempre estiveram dispostos a contribuir. Um agradecimento especial às professoras Dra. Mariluci Neis Carelli e Dra. Roberta Barros Meira, por todas as sugestões dadas a este trabalho em vários momentos.

À professora Dra. Silvia Helena Zanirato, por aceitar o convite para vir até Joinville participar da banca examinadora e por todas as contribuições que trouxe à esta dissertação.

A todo o Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença e um agradecimento especial aos meus colegas de orientação, Álisson Sousa Castro, Bruno Strohmeyer Marques, Denis Fernando Radun e Marco Aurélio Chianello, que acompanharam todo o desenvolvimento da minha pesquisa e, como bons amigos, sempre estiveram dispostos a contribuir.

Aos colegas da Turma VI do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, com os quais tive a oportunidade de conviver durante dois anos, compartilhando experiências, alegrias e inquietações. As marcas desse convívio serão duradouras.

Aos professores e amigos, MSc. Arselle de Andrade Fontoura e MSc. Fernando Cesar Sossai, que também acompanharam o desenvolvimento de minha pesquisa desde o início, com sugestões e comentários sempre muito enriquecedores.

À Fernanda Dalonso, uma pessoa extraordinária que tive a oportunidade de conhecer durante o curso de mestrado, agradeço pelas conversas, materiais e informações valiosas que tanto contribuíram para o andamento deste trabalho.

Ao Gilberto Lessa dos Santos, pela recepção e tempo dedicado para repassar um pouco do seu conhecimento sobre o planejamento urbano de Joinville.

À Rosemeri Welter Rohrbacher, pela atenção com que sempre nos atendeu na secretaria do curso, buscando encaminhar da melhor forma possível as questões levadas até sua mesa.

E, por fim, à Universidade da Região de Joinville (Univille) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que apoiaram financeiramente a realização do curso de mestrado e o desenvolvimento desta pesquisa.

A história escrita faz a demarcação entre passado e presente;
o tempo de verbo claramente distingue o agora do então.
Mas os artefatos são, simultaneamente, passado e presente;
suas conotações históricas coincidem com seus papéis modernos,
misturando-os e às vezes confundindo-os
[...]

David Lowenthal – Como conhecemos o passado

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar em que medida os roteiros turísticos criados sobre o meio rural de Joinville entre os anos 1990 e 2012, no âmbito de projetos desenvolvidos por órgãos e entidades ligados ao poder público e à iniciativa privada, podem estar relacionadas a uma tentativa de patrimonialização do rural. Buscou-se uma compreensão sobre as relações econômicas, políticas, ambientais, sociais e culturais envolvidas nessas propostas de roteirização que se apropriam de práticas e representações do patrimônio cultural e de aspectos que identificam o rural e a ruralidade no município, a fim de legitimar discursos preservacionistas ou promover determinadas práticas de consumo. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram no levantamento e análise de legislações, planos diretores e urbanísticos, materiais de divulgação turística e reportagens de jornais. A interpretação desses documentos foi realizada no cruzamento com a leitura de obras de autores de diferentes áreas de formação e que abordam temáticas que dizem respeito aos campos de estudo do patrimônio, do turismo e do meio rural, possibilitando assim uma visão ampliada sobre os processos de roteirização turística do meio rural de Joinville.

Palavras-chave: Patrimônio; Roteiros turísticos; Meio rural; Joinville.

ABSTRACT

The major objective of this thesis is to analyze in which aspects tourist routes created in the countryside of Joinville between the years of 1990 and 2012, concerning projects developed by public institutions and private enterprise, might attempt to transform the countryside into cultural heritage. An understanding on economics, political, environmental, social and cultural relations enhanced by such initiatives, adopting practices and representations from cultural heritage and aspects which identify the rural in Joinville, in order to justify preservationist messages or to promote practices of consumption, was pursued. Data from analysis of legislation, strategic, operational and urban development, ways of promoting tourism and newspapers were obtained for this study. Interpretation of these documents was carried out through intersection of authors from different fields who approach to issues related to heritage study, tourism and rural areas, thus enabling a broad point of view on the processes of tourist routing in rural communities from Joinville.

Keywords: Cultural heritage; tourist route; rural communities; Joinville.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico do crescimento populacional de Joinville (1940 – 1964).	P. 91
Figura 2 – Roteiro Estrada Bonita.	P.135
Figura 3 – Casa Wally Krüger.	P.138
Figura 4 – Mapa do posicionamento turístico desejado para Santa Catarina em 2020.	P.158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 SOBRE O RURAL E A RURALIDADE	15
1.1 A estrutura fundiária no Brasil	16
1.2 A relação campo e cidade.....	37
2 SOBRE O RURAL E O URBANO	53
2.1 Dicotomias, interações, sobreposições, anulações	55
2.2 Novas espacialidades rurais	65
2.3 O rural e o patrimônio	79
3 SENTIDOS SOBRE O RURAL E A RURALIDADE EM JOINVILLE	85
3.1 O rural no planejamento e gestão pública do território	85
3.2 O rural em narrativas historiográficas	111
4 JOINVILLE EM ROTEIROS: O TURISMO E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO RURAL ..	123
4.1 Roteirizações do rural em Joinville	131
4.2 O rural como vetor de “identidade de Joinville” na contemporaneidade	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	164

INTRODUÇÃO

Cidade dos Príncipes. Cidade das Flores. Cidade da Dança. Cidade das Bicicletas. Manchester Catarinense. Esses qualificativos da “cidade” revelam como o município de Joinville, no norte do estado de Santa Catarina, procurou se projetar no cenário nacional e internacional ao longo do século XX, valorizando aspectos do seu processo de urbanização e de industrialização. Mas o território que compreende o município mais populoso e industrializado de Santa Catarina possui outra face que nos últimos anos tem despertado o interesse dos cidadãos e, notadamente, de alguns setores do poder público, do comércio, de serviços, da mídia e do meio acadêmico, sendo objeto de trabalhos científicos como este: trata-se do meio rural.

A questão que se coloca é sobre quais interesses e desejos poderiam estar imersos nos discursos de valorização desse espaço até então significado por historiadores e pesquisadores de outras áreas sob uma perspectiva econômica. Ocorre que, a partir do final do século XX, uma mudança de percepção em relação ao campo é percebida em Joinville – e que pode ter sido desencadeada por fatores diversos –, como problemas ambientais e sociais vivenciados na cidade, entre outras hipóteses abordadas ao longo deste texto e que contribuem para uma visão positiva do rural.

Atualmente, as práticas e representações sobre o meio rural em Joinville não se limitam a aspectos da vida agrícola, mas emergem da manutenção de bens materiais e imateriais por meio dos quais se busca referenciar o passado do município. Aparecem também em outras configurações de propriedade, de trabalho e, por vezes, associadas à qualidade de vida, tendo em vista os recursos naturais disponíveis e os modelos de produção praticados por grupos sociais estabelecidos no local.

O meio rural de Joinville ganha destaque através de iniciativas de proteção ao patrimônio e à promoção do turismo, por um conjunto de referências organizadas sob a forma de roteiros turísticos pelos quais são apresentados engenhos, alambiques, apiários, cachoeiras, morros, estradas e outros bens considerados atrativos para os turistas. Esses itinerários produzidos no âmbito de projetos desenvolvidos por órgãos ligados ao poder público ou à iniciativa privada são conhecidos pela população por meio de materiais de divulgação.

Mas, levando-se em consideração que os roteiros consistem em um discurso sobre o rural, é preciso considerar outros usos, outras formas de apropriação desse espaço que, assim como o urbano, também é alvo de interesses e foco de tensões protagonizadas por diferentes grupos sociais. São esses aspectos que escapam aos roteiros que movem este trabalho, o qual tem como objetivo compreender as relações econômicas, políticas, ambientais, sociais e culturais envoltas nos projetos de roteirização e turistificação do meio rural de Joinville, desenvolvidos entre os anos 1990 e 2012, a fim de compreender como esses processos podem estar relacionados a uma tentativa de patrimonialização do rural.

Tendo em conta o objetivo deste trabalho e suas possíveis contribuições para o estudo da relação entre o rural e patrimônio, são estruturados quatro capítulos. No primeiro, “Sobre o rural e a ruralidade”, busca-se explorar como se consolidaram historicamente no Brasil alguns entendimentos sobre o rural, considerando a constituição de uma estrutura fundiária amparada por legislações que nortearam a organização da posse e da propriedade privada, bem como as interações entre o campo e a cidade. Procura-se analisar ainda como as transformações na agricultura, o advento da industrialização, o fenômeno migratório e o processo de urbanização produziram novos usos e sentidos sobre esses espaços em diferentes contextos históricos.

No segundo capítulo, “O rural e o urbano: dicotomias, interações, sobreposições, anulações”, são abordados conceitos elaborados sobre o rural por meio dos quais pesquisadores de diferentes áreas de formação procuraram contextualizar as transformações percebidas na relação entre a cidade e o campo. São também apresentadas iniciativas que permitem observar o rural como uma prática além de fronteiras legalmente instituídas, mas que é demarcado pelas ações dos indivíduos que atribuem um sentido ruralizado a determinadas práticas. A relação do rural com o patrimônio, questão-chave deste trabalho, é explorada ao final deste capítulo, quando se discute em que medida, determinadas expressões culturais associadas ao campo apontam para um processo de patrimonialização do rural.

No terceiro capítulo, “Sentidos sobre o rural e a ruralidade em Joinville”, são buscadas as referências ao rural presentes no planejamento e na gestão pública do território por meio de uma análise de leis e documentos legais produzidos a partir da década de 1930, pelos quais foram estabelecidos perímetros e regramentos sobre o território municipal. Na sequência, são exploradas as obras que embasaram a construção dos planos urbanísticos do município, tendo em vista que os documentos também se apoiam em narrativas historiográficas sobre o rural.

No quarto e último capítulo, “Joinville em roteiros: o turismo e a patrimonialização do rural”, discute-se como o turismo, a criação de áreas de residência e lazer e outras práticas desenvolvidas em Joinville nos últimos anos podem significar um retorno ao rural. Também é abordada em que medida essa retomada do rural é carregada de interesses de patrimonialização e como o patrimônio estabelece outras interfaces com o rural, direta ou indiretamente, na cidade ou no estado. Os roteiros turísticos produzidos por órgãos ligados ao poder público e à iniciativa privada a partir da década de 1990 – e que trazem representações do rural – constituem o conjunto principal de fontes analisadas neste capítulo.

As linhas introdutórias deste trabalho sinalizam o ponto de partida de um percurso narrativo sobre questões relativas ao patrimônio, aos roteiros e às identificações culturais associadas ao meio rural de Joinville. Trata-se de uma trajetória realizada a partir de determinadas escolhas metodológicas, as quais englobaram o levantamento e análise de roteiros turísticos, legislações e outros documentos legais, a fim de perceber as continuidades e as rupturas nos discursos sobre as relações entre o rural, o campo e o patrimônio; e de diálogos interdisciplinares que permitem uma compreensão sobre o modo como algumas práticas interpelam os discursos sobre os modos de fazer e de ser rural em Joinville.

1 SOBRE O RURAL E A RURALIDADE

“Mundo rural” é talvez a melhor expressão capaz de dar significado à profusão de ideias e sentidos que circulam sobre o rural na contemporaneidade. Trata-se de um modo de refletir sobre os caminhos teóricos que aludem a esse espaço social, que segundo o agrônomo Valmir Luiz Stropasolas, em sua obra intitulada “O mundo rural no horizonte dos jovens”¹, consiste em uma “categoria de pensamento do mundo social”, uma forma de pensar sobre a própria construção do rural e das ruralidades, ou ainda como um “universo” que se relaciona nas diversas esferas que compõem a sociedade brasileira e que se conecta globalmente.

Muito embora os espaços rurais no Brasil tenham sido tradicionalmente ocupados pela produção agropecuária e extrativista, atualmente uma multiplicidade de atividades desenvolvidas impossibilita a utilização de um conceito único, uma definição para onde todos os discursos que aludem ao rural convergiriam. E diante dessas transformações do campo e da cidade, muitos pesquisadores buscaram conceituar as práticas e representações sobre o rural e a definição da ruralidade. Desafio esse que se mostrou complexo face às diferentes características geográficas, históricas e culturais que as áreas nomeadamente rurais ou marcadas por aspectos da ruralidade possuem.

Buscando contribuir qualitativamente com esse debate, neste primeiro capítulo são abordadas as relações estabelecidas entre o campo e a cidade em diferentes momentos, as transformações ocorridas nesses espaços e como os autores significaram essas mudanças. No entanto, antes de apresentar essas relações, é preciso que se contextualize o rural de que se está falando, que, no caso, é o espaço territorial brasileiro, marcado por diferenças geográficas, históricas e culturais, que podem ser traduzidas por uma estrutura fundiária consolidada, baseada em grandes, médias e pequenas áreas, e por políticas públicas que organizam a propriedade privada. Para tanto, são analisados textos de leis e publicações oficiais que, por diferentes caminhos, oferecem interpretações sobre a constituição e a organização do rural no Brasil.

¹ STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. P.33.

1.1 A estrutura fundiária no Brasil

Etimologicamente, o rural tem suas origens no termo latino *rūrālis* (rurais), cuja base é o termo *rus* (campo), referindo-se ao que fica distante da *urbs* (cidade). Do termo *rus*, originaram-se ainda os termos *ruris* que significa campo como meio natural. Os termos latinos são equivalentes a alguns termos gregos, como o termo grego *agrós* (campo), que também significa campo como meio natural, derivando deste o termo *agroikos*, que significa habitante do campo, por sua vez, equivalente ao termo latino *rusticus*².

De outro modo, os termos latinos *agri* e *ager* referem-se ao campo de cultivo, às terras marcadas por limites para a exploração agrícola ou ao território delimitado por fronteiras que um povo ocupa para sua exploração. Desse termo advêm palavras como agricultura, agropecuário e agrimensor³. O contato entre gregos e romanos teria contribuído para uma alteração do significado dessas palavras, especialmente em relação ao termo grego *agrós*, por vezes identificado com o termo latino *ager*⁴.

A atual acepção dos termos rural, campo e agrícola, bem como as contradições terminológicas geradas na sua utilização, podem estar associadas ao histórico de transformação das expressões gregas e latinas. O Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis Moderno⁵ traz o rural como “relativo ao campo ou à vida agrícola”, do que é “próprio do campo, campestre”, ou ainda “camponês, rústico”. Já o campo, entre os vários significados que poderiam ser destacados, designa a “extensão de terreno fora dos povoados”, a “área de terreno limpo, usada para cultura ou pastagem” e, por fim, uma “região rural”⁶. O dicionário revela, em explicações concisas, aquele que é um olhar comum sobre o rural e o campo, depositando sobre esses termos um conjunto de elementos simbólicos relacionados à “ruralidade”.

A qualificação de um espaço como rural em diferentes momentos históricos parece ter consistido na atribuição de determinados sentidos políticos, econômicos e sociais, a fim de identificar o rural em oposição ao outro modelo de sociedade (urbana), uma dicotomia que teria sido forjada ainda com a criação das primeiras cidades, conforme apontam os trabalhos de estudiosos como o historiador Lewis Mumford, o qual menciona em sua obra *A cidade na*

² ETIMOLOGÍAS de Chile. Disponível em: <<http://etimologias.dechile.net/?agro.nommo>> Acesso em: 2 jul. 2014.

³ Id. Ibid.

⁴ Id. Ibid.

⁵ MICHAELIS: pequeno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. P.1090.

⁶ Id. Ibid. P.214.

*História*⁷ os sítios de Tebas, Nínive, Assur, Nipur, Ur, Uruk, entre outros, como “grandes marcos urbanos”, como partes de uma “história urbana” que teria iniciado com as civilizações egípcias e mesopotâmicas nos vales dos rios Nilo, Tigre e Eufrates.

A relação entre o rural e o urbano em diferentes momentos históricos será explorada com mais detalhes adiante, pois, aqui, o intuito é observar como essa classificação dos espaços é realizada na atualidade, considerando que, oficialmente, rural e urbano correspondem a categorias empregadas no zoneamento territorial dos municípios. Além disso, é válido destacar que uma classificação é realizada pelos países por meio da adoção de diferentes critérios, sendo três deles os mais comumente utilizados, como será visto a seguir.

De acordo com o estudo “Turismo e suas interações nas transformações do espaço rural”⁸, produzido por pesquisadores de diferentes áreas de formação, a primeira forma legalmente usada na definição dos territórios é baseada em números demográficos, ou seja, quando um local considerado rural atinge determinado número populacional, ele passa a ser considerado urbano. Um exemplo disso ocorre nos Estados Unidos, onde são considerados urbanos os aglomerados com mais de 10 mil habitantes.

A segunda forma de definição territorial conhecida é pelo consumo, calculada pelos valores estabelecidos para uma análise da população economicamente ativa, utilizado em países como a Índia e o Japão. Uma terceira forma ocorre em países onde não há um índice adotado como referência para a definição de um espaço como rural ou urbano, como por exemplo no Brasil, onde, de acordo o agrônomo e economista José Eli da Veiga⁹, são legalmente consideradas urbanas todas as sedes dos municípios (as cidades) e dos distritos (as vilas), independentemente de suas “características estruturais ou funcionais¹⁰”.

No entanto, esse entendimento de rural no Brasil está ligado a um marco legal importante, o Decreto-Lei Federal nº 311/1938, que regulamentou as unidades territoriais e foi o primeiro a estabelecer uma distinção entre os espaços considerados rurais e urbanos no país, pois até então não existia uma delimitação normativa para isso.

⁷ MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998. P.67.

⁸ ZUÑIGA Christian Henríquez; ZECHNER, Talita Cristina; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PELLIN, Valdinho. Turismo e suas interações nas transformações do espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Orgs.) **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

⁹ VEIGA, José Eli da. **A dimensão rural do Brasil**. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 22, 2004a. P.5.

¹⁰ A esse respeito, destaca-se o fato de que até o século XIX a maior parte da população brasileira vivia no campo e as cidades concentravam basicamente as funções administrativas.

O Decreto-Lei nº 311/1938 determinou que o município poderia ser compreendido por um ou mais distritos, sendo que sua sede possuía a categoria de cidade e dava nome ao município, enquanto a sede dos distritos possuía a categoria de vila e dava nome ao distrito¹¹. Por meio desse Decreto-Lei, passou-se a considerar urbana a área e a população estabelecida dentro do perímetro urbano da sede dos municípios e dos distritos, e como rural a área e a população localizada além dos perímetros urbano e suburbano.

A definição das áreas rurais e urbanas no Brasil também está muito relacionada à cobrança de impostos. Nas áreas rurais é cobrado o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), valor tributado, até a década de 1990, pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, depois, arrecadado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, enquanto nas áreas urbanas tem-se o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), arrecadado pelas prefeituras¹². Com base nessa cobrança de impostos, ocorrem situações em que áreas deixam de ser rurais, seja para o aumento do perímetro urbano ou mesmo para a criação de outros municípios.

No entanto, para se considerar uma área como rural no Brasil há um dispositivo legal que é empregado pelo Incra – a Fração Mínima de Parcelamento (FMP) do terreno –, que corresponde à área mínima aceitável para constituição de um novo imóvel rural, já que áreas abaixo da FMP não podem ser registradas no Registro de Imóveis. Para esta avaliação, o Incra utiliza uma unidade de medida conhecida como Módulo Rural, que segundo informações disponibilizadas no site do órgão¹³, trata-se de “[...] unidade de medida, expressa em hectares¹⁴, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.”

Além do fracionamento das propriedades, o módulo rural é utilizado como referência na distribuição espacial dos imóveis rurais, avaliação de suas potencialidades econômicas, limitação da aquisição de propriedades por estrangeiros, enquadramento sindical dos proprietários e a escolha dos beneficiários de recursos oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), do Ministério

¹¹ Conforme artigos 2º, 3º e 4º do Decreto-Lei nº 311/1938.

¹² ZUÑIGA et al. Op. cit. P.285.

¹³ INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em: 20 jan. 2014.

¹⁴ Um hectare (ha) é uma unidade de medida de área equivalente a 100 (cem) ares ou a 10.000 (dez mil) metros quadrados.

do Desenvolvimento Agrário¹⁵. O Módulo Rural é uma derivação do conceito de Propriedade Familiar, que de acordo com os termos do Art. 4º, inc. II, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, consiste em um

[...] imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros [...]

Por Imóvel Rural entende-se, pelo Art. 4º, inciso I, do da Lei nº 4.504/64, “[...] o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada [...]”¹⁶. Um ponto interessante é a atribuição de valor ao imóvel rural com base na sua capacidade de produção agropecuária e extrativista, atividades consideradas em potencial para o desenvolvimento de uma política de desenvolvimento rural.

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, é um importante marco sobre a regulação fundiária no Brasil, pois dispõe sobre o Estatuto da Terra, um dos primeiros códigos elaborados durante o Governo Militar, sancionado pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castelo Branco¹⁷. O documento foi proposto como um instrumento legal, visando subsidiar a atuação de órgãos governamentais com relação às políticas fundiárias e à promoção de uma Política Agrícola, entendida através do Art. 1º, § 2º, como “[...] o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.”

A promoção de uma Política de Desenvolvimento Rural voltada para a economia rural, abordando questões relacionadas às incertezas quanto ao futuro das atividades agropecuárias, que são legítimas desse contexto de industrialização do país, parece representar uma resposta aos crescentes questionamentos sobre a oferta de empregos e ao acesso à terra, pois nesse momento começaram a se multiplicar movimentos camponeses, questionando a estrutura fundiária que se consolidava no país. Um exemplo disso é o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mater), que surge no ano de 1960 no município de Encruzilhada do Sul, na região do

¹⁵ INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Op. cit.

¹⁶ BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

¹⁷ Foi Presidente do Brasil de 15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967.

Vale do Rio Pardo, estado do Rio Grande do Sul, e que foi o primeiro de uma série de associações criadas por trabalhadores sem-terra nos anos seguintes, mas que acabaram sendo enfraquecidas pelos governos militares subsequentes.¹⁸

Além dos conceitos de Módulo Rural, Propriedade Familiar e de Imóvel Rural, outros que foram enunciados pelo Estatuto da Terra passaram a ter grande relevância sobre a classificação e a organização dos espaços rurais, dentre os quais a noção de minifúndio, que conforme o Art. 4º, inc. IV, é o imóvel rural com área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar. A diferença entre esses dois conceitos tem por base questões jurídicas, econômicas e sociais, sendo considerada propriedade familiar o imóvel rural constituído por no mínimo um módulo rural, capaz de oferecer as condições mínimas para a manutenção de uma família. Diferente do minifúndio, que consiste em área inferior a um módulo rural e do ponto de vista legal, é considerada insuficiente para a manutenção de uma família, logo não pode ser transformada em propriedade familiar ou em “empresa rural”.

Uma empresa rural, conforme o Art. 4º, inc. VI, pode ser entendida como os imóveis que possuem uma dimensão mínima de área agriculturável, reservas florestais ou ainda benfeitorias passíveis de serem exploradas visando lucros. De acordo com o estudo *Empresa Rural e o Novo Código Civil*¹⁹, uma empresa rural é composta por um conjunto de recursos denominados fatores de produção: a terra como local de produção e de aplicação do capital; o capital representando os bens investidos na terra a fim de melhorar a produtividade e as condições de trabalho; e o trabalho como as práticas desenvolvidas na terra. Um imóvel não se enquadra na categoria empresa rural quando, por suas dimensões, é considerado latifúndio.

O Estatuto da Terra classificou duas situações em que os imóveis rurais podem ser configurados como latifúndios – uma tomando como base as suas dimensões e outra o seu potencial de exploração. No primeiro caso, conforme o Art. 4º, inc. V, “a”, considera-se *latifúndio por dimensão* o imóvel rural que, de acordo com o Art. 46º, § 1, “b”, não exceda 600 (seiscentas) vezes o módulo médio da propriedade rural ou a 600 (seiscentas) vezes a área média dos imóveis rurais do local, devendo ainda serem observadas as condições de uso do solo, o potencial agrícola do imóvel e as reservas ecológicas. De outro modo, segundo o Art. 4º, inc. V, “b”, trata-se de um *latifúndio por exploração* o imóvel que, não excedendo o limite de área

¹⁸ MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/10167>> Acesso em: 20 jan. 2014.

¹⁹ ALVES, Patrícia Medianeira da Costa; COLUSSO, Ana Cláudia; Empresa Rural e o Novo Código Civil. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, Ed. Especial. Jul., 2005. P.4.

em que se enquadra a categoria *latifúndio por dimensão*, seja mantido inexplorado considerando suas possibilidades físicas, econômicas e sociais.

O Estatuto da Terra, ainda que seja um documento produzido na década de 1960 e que entrou em vigor por força da Emenda Constitucional 10 à Constituição de 1946, é relevante pelo seu contexto de produção e pela vigência de seu conteúdo, pois continua sendo referência nas ações de órgãos como o Incra, uma autarquia federal criada em 1970 com os seguintes objetivos: “[...] realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.” Por meio do Estatuto da Terra, percebe-se o quanto a questão fundiária é complexa no Brasil, uma vez que mobilizou muitos discursos que procuraram conceituar e instituir mecanismos para a regulação das terras e, assim, refletiu na construção de visões sobre um espaço rural. Porém, o Estatuto da Terra não é o primeiro e nem o único documento a propor uma política de estruturação fundiária no Brasil.

O advogado Gustavo Elias Kallás Rezek em, sua obra “Imóvel Agrário: agrariedade, ruralidade e rusticidade”²⁰, afirma que dentro de uma perspectiva jurídica, a história agrária no Brasil pode ser dividida em cinco fases:

a) o Regime de Sesmarias – do descobrimento, em 1500, até a Independência, em 1822; b) o Regime de Posses – de 1822 até 1850; c) o Regime da Lei de Terras – de 1850 até 1916; d) o Regime do Código Civil de 1916 – de 1917 até 1964; e) o Regime do Estatuto da Terra – de 1964 até o presente.

Sobre a primeira fase, “do descobrimento”, levando-se em consideração os esforços empreendidos pela Coroa portuguesa para ocupar e colonizar a nova extensão de seus domínios, destaca-se a divisão territorial feita pelo então Rei de Portugal Dom João III, entre os anos de 1531 e 1536, quando 14 capitanias foram concedidas de forma hereditária a particulares, os quais obtiveram autoridade jurisdicional e administrativa sobre suas áreas²¹. Essa divisão é considerada “arbitrária”²² pelo autor, tanto por não considerar os aspectos geográficos e as possibilidades de colonização em cada uma dessas áreas, como pelo fato de terem sido

²⁰ REZEK, Gustavo Elias Kallás. **Imóvel Agrário: agrariedade, ruralidade e rusticidade**. Curitiba, Jurá, 2011. P. 81.

²¹ Id. Ibid.

²² Cabe apenas ressaltar que essa interpretação sobre a divisão das sesmarias é recente, mas que em muito difere da visão compartilhada pelos portugueses no século XVI, quando ainda nem se tinha uma compreensão do tamanho do território que a Coroa possuía.

concedidas somente a algumas famílias nobres e enriquecidas, dando início ao problema fundiário que perpassaria os diferentes momentos da história agrária brasileira.

O latifúndio, tomado pela atividade monocultora da cana-de-açúcar, que era destinada para exportação, foi o modelo de propriedade que caracterizou a estrutura fundiária do Brasil nessa primeira fase, na qual os donatários das capitanias podiam conceder em sesmaria as terras ainda não exploradas. De acordo com a historiadora Márcia Maria Menendes Motta, em sua obra “Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX”²³, o sistema de concessão de terras em sesmarias foi criado no final do século XIV, em Portugal, e revelava uma intenção de cultivo, pois se tratava de uma medida para solucionar o problema de abastecimento de alimentos que o reino enfrentava no período.

Ainda conforme Motta²⁴, no Brasil a intenção de promover o cultivo estava relacionada à necessidade de promover a colonização das novas terras, o que, dentro do sistema de sesmarias, implicava na doação de terras pela Coroa Portuguesa aos interessados que possuíssem condições de cultivá-las. Assim, a aplicação dessa legislação na colônia ocorreu de forma diferenciada do contexto português, sendo que uma das principais diferenças residia na possibilidade da terra ser concedida em caráter definitivo sem que houvesse a retomada da propriedade pelo donatário da capitania, desde que fossem cumpridas as obrigações determinadas²⁵.

Em São Salvador da Bahia, onde estava instalado o Governo Geral da Colônia no Brasil, foi criado o Registro Geral das Sesmarias, responsável pelo registro das cartas de doação que eram outorgadas²⁶. Essas cartas autorizavam o uso da terra enquanto um bem público durante um período determinado, e somente após o cumprimento de algumas condições (cultivo da terra e povoamento) poderia ser confirmado o título definitivo sobre a propriedade, consolidando a doação e alterando para privada a natureza jurídica da propriedade. Do contrário, se dentro de um prazo de cinco anos as condições não fossem cumpridas, a propriedade era retomada pela Coroa e poderia novamente ser concedida em sesmaria a terceiros²⁷.

²³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** 2ª ed. Revisada e ampliada. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. P.129.

²⁴ Id. Ibid. P.130.

²⁵ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.85.

²⁶ Id. Ibid. P.86.

²⁷ Id. Ibid.

No entanto, entre as pretensões e a realidade da colonização decorrente das sesmarias, Motta²⁸ afirma que “entre a teoria e a prática, enorme foi a distância”, pois novas categorias²⁹ sociais se somaram ao sesmeiro, complexificando a organização social. Sobre essa questão, o historiador José Murilo de Carvalho, em “Teatro de sombras: a política imperial”³⁰, lembra que se perdera a finalidade inicial das sesmarias, que era a “cultura efetiva da terra”, além de que as exigências quanto à medição e demarcação deixaram de ser cumpridas e, como consequência, as confirmações régias das doações não eram efetuadas. Somado a isso, o limite para as áreas doadas, que era de três léguas, número que, conforme o autor³¹, já poderia ser considerado alto, foi em muito superado, havendo propriedades com mais de 50 léguas³².

Alguns esforços empreendidos pela Coroa portuguesa para regularizar o sistema de sesmarias podem ser evidenciados através de documentos analisados por Rezek³³, tais como o Alvará Real de 5 de outubro de 1795, que visava coibir irregularidades no sistema pela exigência da demarcação das sesmarias, e o Alvará de 25 de junho de 1808, expedido no momento em que a família real portuguesa já se encontrava no Brasil, que entre suas determinações exigia a demarcação prévia das sesmarias antes das futuras concessões, a criação do cargo de juiz de sesmarias e a permissão para a concessão de sesmarias a estrangeiros. De acordo com Motta³⁴, as tentativas de regularizar o sistema de sesmarias pela limitação da extensão máxima das áreas a serem concedidas em sesmarias foram em vão, e os esforços para a demarcação das datas concedidas não foram suficientes para conter o processo de expansão territorial praticado por uma camada de fazendeiros e posseiros.

Essa expansão territorial precisa ser analisada em relação às atividades econômicas que eram desenvolvidas sob uma estrutura latifundiária durante o período colonial, como os canaviais na faixa litorânea e a criação de gado nas regiões interioranas, tendo como modelos os “criatórios” da região Nordeste e as “estâncias” no Sul do Brasil. Um estudo mais aprofundado sobre essas atividades foi produzido pelo economista Celso Furtado, que em sua

²⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.130.

²⁹ De acordo com Motta, a fim de cumprir a obrigatoriedade do cultivo das terras, alguns sesmeiros preferiam arrendar suas terras ou parte delas a arrendatários, os quais por vezes inseriam em parte da área arrendada pequenos lavradores, uma delegação de poder que acompanhava a prática dos arrendamentos e que criava novas categorias sociais como o arrendatário. Cf. MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.130.

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. P.303.

³¹ Id. Ibid.

³² Três léguas de terras equivalem a uma área superior a 12.000 hectares, enquanto 50 léguas equivalem à uma área de aproximadamente 218.000 hectares. Cf. CARVALHO, José Murilo de. Op cit. P.303.

³³ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P. 87.

³⁴ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.130.

obra “Formação econômica do Brasil”³⁵, explica que pelo fato dos canaviais estarem concentrados nas regiões litorâneas do Nordeste e sua expansão implicar em uma demanda cada vez maior de animais para os engenhos, a criação desses animais dentro das áreas produtoras de açúcar se mostrou problemática a tal ponto que Portugal proibiu essa atividade na faixa litorânea, contribuindo para uma interiorização da ocupação do Brasil. Ainda de acordo com Furtado³⁶, tanto nos criatórios do Nordeste como nas estâncias do Sul “a ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante”, considerando os deslocamentos em função da disponibilidade de água, de pastagens e a distância dos mercados consumidores, visto que a acumulação de capital nessa atividade implicava na sua constante expansão sobre áreas ainda não ocupadas.

Outra publicação trazida por Rezek³⁷ é o Alvará Régio de 27 de junho de 1808, através do qual foi criado o primeiro imposto predial do Brasil, a Décima dos Rendimentos dos Prédios Urbanos – ou Décima Urbana, como ficou conhecido o tributo criado por Dom João VI com o objetivo de suprir os cofres da Coroa portuguesa que se instalara no Rio de Janeiro. É interessante destacar, em relação a esse imposto, o fato de ter sido instituído a partir de uma diferenciação entre os imóveis considerados rurais e urbanos, pois era feita a cobrança de uma porcentagem sobre o valor das propriedades situadas no perímetro urbano do município inicialmente apenas no Município da Corte, o Rio de Janeiro, mas depois estendida ao perímetro urbano de outras cidades, vilas e lugares litorâneos³⁸.

Esse primeiro momento da história agrária brasileira foi marcado por um sistema de distribuição de terras, o desenvolvimento de atividades econômicas que favoreceram o latifúndio e a consolidação de um poder político e econômico em torno dos indivíduos que detinham a posse das terras, os sesmeiros³⁹. Ainda conforme Motta⁴⁰, “a incapacidade da Coroa de efetivamente controlar o cumprimento de suas exigências estimulava o crescimento da figura do posseiro, ou seja, aquele que se apossava das terras, pretensa ou realmente devolutas”. De outro modo, as exigências com relação à medição e demarcação e a distância dos centros de poder onde eram feitas as concessões de terras representavam para os pequenos produtores um

³⁵ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007. P.96.

³⁶ Id. Ibid.

³⁷ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.88.

³⁸ Em 1834 a Décima Urbana foi descentralizada e passou para a competência das províncias, tendo sua nomenclatura alterada em 1873 para Imposto sobre Prédios, e em 1881 para Imposto Predial, até que a Constituição Federal de 1988 outorgou aos municípios a competência pela arrecadação do tributo que passou a se chamar Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

³⁹ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.89.

⁴⁰ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.131.

entreve no acesso à terra. Assim, sua posse só poderia ser assegurada pela cultura efetiva sobre terras devolutas, áreas ainda não ocupadas ou que haviam sido anteriormente abandonadas⁴¹.

De acordo com Motta⁴², a implantação do sistema de sesmarias tinha como objetivo a regularização institucional da colonização, sendo que a ocupação do território significava o cultivo de produtos para exportação. Porém, a Coroa também passou a considerar a existência dos colonos, uma parcela da população que, apesar de não cumprir as determinações régias referentes às sesmarias, através da utilização da terra para o cultivo atendia aos pressupostos da colonização. Outra mudança significativa ocorrida no sistema de sesmarias foi a aceitação legal do posseiro, o que estaria relacionado tanto aos esforços da Coroa em limitar o poder dos sesmeiros⁴³ como também da importância do reconhecimento do cultivo para a legitimação da ocupação, em detrimento das concessões de títulos.

O segundo momento da história agrária brasileira, conforme Rezek⁴⁴, teve início com a Resolução de 17 de julho de 1822, quando foi determinada a suspensão da concessão de sesmarias até que houvesse uma nova legislação para tratar dessa questão, algo que foi ocorrer somente em 1850, com a Lei de Terras. Para o autor⁴⁵, uma das justificativas para a ausência de uma legislação agrária nesse período era o momento político pelo qual o Brasil passava, pois “o país encontrava-se consolidando sua independência, pacificando as revoltas internas e constituindo as mínimas condições para sustentar a sua soberania”. Para Motta⁴⁶, essa ausência de uma legislação no período também revela a dificuldade que se tinha para definir uma política agrária que pudesse mediar os conflitos pelo direito à posse de terra.

A suspensão da concessão das sesmarias não impediu a formação de novos latifúndios e a manutenção dos já existentes. Pelo contrário: houve um crescimento no número de propriedades nesse período, muito em função da exploração da terra ser adotada como critério para legitimação da posse, pois diferente de como ocorria com as sesmarias em que o beneficiário recebia o título para então trabalhar na terra, nesse regime de posses a titularidade sobre a propriedade era reconhecida depois de constatado o seu cultivo e povoamento, o que veio a contribuir para a consolidação de dois modelos de exploração da terra no período.

⁴¹ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.89.

⁴² MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.131.

⁴³ Id. Ibid.

⁴⁴ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.90.

⁴⁵ Id. Ibid. P.91

⁴⁶ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.45.

[...] de um lado, a *grande propriedade monocultora latifundiária*, escravagista, produtora de cana-de-açúcar, de gado ou café; e de outro, a *propriedade familiar*, centrada na mera posse, com economia de subsistência, produtora de feijão, mandioca, abóbora, fumo, ou de um pequeno rebanho, com morada e trabalho pessoal do posseiro⁴⁷.

De acordo com Motta⁴⁸, a posse tornou-se uma prática compartilhada por aqueles que buscavam o acesso a uma parcela de terras ou então por aqueles que buscavam a extensão de seus domínios para além dos limites originais. Com o regime de posses, os posseiros e os sesmeiros⁴⁹ tornaram-se fazendeiros e responsáveis por grandes extensões de terra em diferentes regiões do Brasil. Esse regime se encerrou com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras do Império, um importante marco legal que norteou a organização da propriedade privada no país e que dispôs sobre as terras devolutas pertencentes ao Império, terras adquiridas a título de sesmarias e a título de posse.

A Lei de Terras foi motivada por outras legislações, sendo algumas estrangeiras, como as leis norte-americanas com relação à regulamentação e ao incentivo à colonização pela compra de terras do governo, e outras brasileiras, como a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiróz, que, alguns dias antes da publicação da Lei de Terras, decretou a criminalização do tráfico negreiro no Brasil⁵⁰. Essas duas leis estavam correlacionadas, pois com a proibição da importação de escravos, o governo brasileiro passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus, visando à substituição da mão de obra escrava.

O modo de exploração da terra e as relações de trabalho estabelecidas com a chegada dos imigrantes não seguiram um padrão dentro do território brasileiro, caracterizando-se nas províncias do sul pelo predomínio da policultura em colônias agrícolas, estabelecidas em regiões até então esparsamente povoadas, dentro de uma estrutura baseada em pequenas propriedades. De outro modo, segundo o cientista social José de Souza Martins, na sua obra “O Cativo da Terra”⁵¹, em regiões como o interior do estado de São Paulo, a chegada de imigrantes europeus e a substituição da mão de obra escrava até então empregada nas lavouras de café foi uma passagem “relativamente complicada e tensa”.

⁴⁷ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.91.

⁴⁸ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.131.

⁴⁹ O término do instituto jurídico da sesmaria não significou a exclusão da categoria social dos sesmeiros. MOTTA, Márcia Maria Menendes. MOTTA, 2008, p.136.

⁵⁰ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.95.

⁵¹ MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990. P. 61.

De acordo com Martins⁵², a abundância de terras devolutas não era suficiente para uma expansão das grandes lavouras de café, considerando a necessidade de mão de obra para ocupar os postos de trabalho dos escravos. Diante dessa necessidade, surgiram formas variadas de interação entre fazendeiros e colonos, das quais se destacaram as colônias particulares estabelecidas no interior das fazendas, onde os colonos, visando tornarem-se proprietários de terras, trabalhavam na produção de café e no cultivo de alimentos para sua subsistência e para obter alguma renda com o comércio dos excedentes agrícolas⁵³.

Quanto as colônias estabelecidas nas províncias do sul, a historiadora Giralda Seyferth⁵⁴, em sua obra “Imigração e Cultura no Brasil”, afirma que a formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional foi um dos resultados mais significativos da colonização, já que até então não havia espaço para o pequeno proprietário dentro de uma estrutura latifundiária voltada à monocultura. Ainda conforme a autora⁵⁵, uma sociedade camponesa se constituiu sobre as terras de florestas que haviam sido desprezadas pelo latifúndio, e por este motivo foram destinadas para a colonização.

Essas relações de trabalho somadas a publicação da Lei de Terras, de 1850, limitaram as possibilidades de aquisição de terras, tanto para imigrantes e ex-escravos quanto para os demais trabalhadores que não dispunham de recursos suficientes para pagar o valor estipulado, pois por meio dos dispositivos instituídos na referida lei, o Governo também acabou mercadorizando a terra ao priorizar sua venda e concessão aos posseiros já estabelecidos e às empresas colonizadoras⁵⁶, tornando legítima sua centralização em posse de médios e grandes proprietários. Esta prática, porém, acarretou um problema de ordem social, econômica, política e ambiental que, mais de 100 anos depois, o Governo tentaria solucionar com a Reforma Agrária e da Política de Desenvolvimento Rural, propostas na Lei do Estatuto da Terra, de 1964.

Após a publicação da Lei de Terras, as terras devolutas ficaram proibidas de serem adquiridas por qualquer título que não fosse o de compra, com exceção das terras localizadas nas áreas de fronteiras com outros estados nacionais, que continuaram sendo doadas pelo Governo como estratégia de defesa nacional. A própria expressão “terras devolutas”,

⁵² MARTINS, José de Souza. Op. cit. P.60.

⁵³ Id. Ibid. P.83.

⁵⁴ SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990. P. 21.

⁵⁵ Id. Ibid. P.24.

⁵⁶ Ainda que não fosse o objetivo principal, uma das intenções do Governo Imperial com essa lei era também o de ceder terras devolutas para empresas particulares, as quais se encarregariam do estabelecimento de colonos que não receberiam as terras devolutas por meio de doação, mas teriam a possibilidade de adquiri-las por meio da compra com condições facilitadas.

largamente utilizada, foi conceituada, pelo Art. 3º da Lei de Terras, como as terras que não estivessem sendo utilizadas em empreendimentos de natureza pública ou privada, que não tivessem assegurada sua propriedade por algum título ou a sua posse por meio de sesmarias ou outras concessões feitas pelos Governo Federal e Provincial. De acordo com Motta⁵⁷, o entendimento era o de que as terras que não eram particulares pertenciam ao Estado.

Para as terras devolutas concedidas pelo Governo antes da publicação da Lei de Terras, tendo em vista a conceituação de terra devoluta trazida por essa legislação, estariam assegurados os direitos de posse aos proprietários desde que observados alguns critérios. Conforme expresso nos termos do Art. 5º, seria legitimada a posse das terras “[...] adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente [...]”. Além disso, conforme o Art. 15º, seria atribuída aos já proprietários de terras devolutas a preferência na compra de terras que fizessem parte da contiguidade de sua propriedade, desde que demonstrassem capacidade para aproveitar as novas áreas para a agricultura e a pecuária. Por esse entendimento, os grandes proprietários de terras não apenas tinham assegurado o domínio sobre suas áreas, como também tinham preferência na compra de mais terras.

Um aspecto interessante da Lei de Terras foi o modo como procedeu o registro das terras, pois essa era uma das atribuições da Repartição Geral das Terras Públicas, órgão criado por determinação dessa lei, mas cujos encarregados pela coleta de declarações, requerimentos e registro em livro das titulações sobre as propriedades eram os vigários, representantes da Igreja Católica estabelecidos nas cidades, vilas e freguesias de todo país, motivo pelo qual o registro de terras ficou conhecido como “registro paroquial” ou “registro do vigário”⁵⁸. Para Motta⁵⁹, “os Registros Paroquiais não são um retrato da estrutura fundiária de cada região, nem tampouco seus dados são meros reflexos de uma realidade estática”, sendo preciso analisá-los no seu contexto de produção, uma vez que essa prática deu margem a muitas distorções, com diferenças significativas entre as informações registradas sobre as terras e os valores reais das propriedades. Contudo, essa foi uma primeira tentativa organizada para a elaboração de um inventário sobre a estrutura das propriedades e a distribuição de terras no Brasil.

⁵⁷ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.155.

⁵⁸ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.94.

⁵⁹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Op. cit. P.175.

De acordo com Rezek⁶⁰, a passagem do império para a república não foi acompanhada por mudanças na estrutura fundiária, já que a terra permaneceu concentrada nas mãos de uma elite agrária que sustentou seu poder político por meio de oligarquias. Sobre essa questão, é preciso considerar que o fato de não terem sido produzidas leis federais com a envergadura da Lei de Terras estava relacionado ao processo de federalização em curso, no qual os estados dispunham de certa autonomia na proposição de políticas e legislações, especialmente relacionadas à agricultura. De modo geral, a relação desigual na organização da propriedade privada no Brasil nesse período fica evidente quando observadas essas condições no acesso à terra entre fazendeiros, imigrantes, escravos libertos e outros grupos, sendo que em muitos locais havia a figura do coronel, associada a determinadas atividades econômicas desenvolvidas no campo, como a agricultura, a pecuária e o extrativismo.

A Constituição de 1891⁶¹ traz apenas uma referência aos imóveis rurais, quando, por meio do seu Art. 9º, atribuiu aos estados a competência pela arrecadação de impostos sobre os imóveis rurais e urbanos. Essa publicação teria sido favorável às oligarquias rurais que obtiveram facilidade na regularização das áreas devolutas passadas aos estados⁶². Os latifundiários, nesse momento, detinham poder econômico, conquistavam poderes políticos e por vezes eram também transformados em autoridades locais, como coronéis, ao passo em que a grande massa de escravos libertos não obteve do Governo benefícios que permitissem seu acesso à terra, como concedidos aos grupos de imigrantes e empresas colonizadoras.

Um desdobramento desse processo pode ser percebido nos conflitos que emergem na primeira república. O Contestado (1912-1916) é talvez um dos movimentos mais significativos para uma reflexão sobre a questão fundiária no período, um conflito armado que entre outros fatores refletia uma estrutura fundiária que havia se consolidado no planalto serrano catarinense ao longo dos séculos XVIII e XIX. De acordo com o historiador Paulo Pinheiro Machado, em seu estudo “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)”⁶³, na região era reproduzido o “padrão latifundiário predominante no Brasil”: de um lado grandes extensões de campos com áreas entre 5 e 20 mil hectares, em propriedade de criadores

⁶⁰ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.96.

⁶¹ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

⁶² Id. Ibid. P.98.

⁶³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. P. 74.

de gado; e de outro, pequenas áreas em zonas menos valorizadas, ocupadas por posseiros e sitiantes.

Seguindo o entendimento de Rezek⁶⁴, o terceiro momento da história agrária brasileira teve início com a Lei 3.071, de 1916, que instituiu o Código Civil de 1916, o qual traz uma questão relevante para este estudo, que é o emprego dos conceitos “prédio agrícola” e “prédio rústico”, sendo o primeiro identificado pela atividade nele desenvolvida e o segundo como algo fixo, que se opõe ao “prédio urbano”, um entendimento que mais tarde seria substituído por outras terminologias como prédio rural e, mais recente, como imóvel rural.

Outro marco importante foi a Constituição de 1934, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, que representou uma resposta aos anseios de grupos políticos que levaram à Revolução Constitucionalista de 1932⁶⁵, os quais exigiam uma nova constituição e o fim do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Entre as determinações trazidas pela Constituição de 1934, destaca-se o Art. 126º – que determinou uma redução de até 50 por cento no imposto arrecadado sobre as áreas com até 50 hectares –, o Art. 125º – que determinou o reconhecimento da propriedade da terra pelo Estado mediante a comprovação do seu usufruto por um período de dez anos –, além do Art. 121º, § 4º, em relação à inserção e ao trabalho do homem no campo, no qual o caráter nacionalista do Governo Vargas parece explícito:

O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas⁶⁶.

Passando do Governo Provisório (1930-1934) ao Governo Constitucional (1934-1937), até o Estado Novo (1937-1945), os 15 anos do primeiro período em que Vargas governou foi marcado por uma série de legislações, ganhando notoriedade as normas trabalhistas instituídas ao longo da década de 1930. Nessa fase, pode-se dizer que não houve um marco legal que incidisse sobre uma reestruturação fundiária, apenas políticas conjunturais relativas a produtos

⁶⁴ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.97.

⁶⁵ Em poucas palavras, destaca-se que a Revolução Constitucionalista de 1932 tratou-se de um conflito armado que ocorreu em São Paulo, movido pela insatisfação quanto ao quadro político estabelecido no país após a Revolução de 1930. Sobretudo por parte de uma elite paulista, conservadora, que buscava, através de uma mobilização, reaver o poder político que detinha durante a Primeira República. Cf. MOREIRA, Regina da Luz. Revolução Constitucionalista de 1932. Navegando na História. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/fatosimagens/revolucao1932>> Acesso em: 05 fev. 2015.

⁶⁶ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

agrícolas, por meio das quais se buscou criar condições para a manutenção dos pequenos produtores no campo. É relevante a este estudo uma publicação do último ano do Governo Vargas, também explorada por Rezek⁶⁷, que trata do Decreto-Lei 7.449, de 1945, pelo qual foi decretada a criação das associações rurais, tomando como referência dois conceitos importantes: “profissão rural” e “estabelecimento rural”.

A profissão rural, conforme proposto no Art. 1º, § 1º, é exercida pelo proprietário legal de um “estabelecimento rural”, que nos termos do Art. 1º, § 2º, “[...] é o imóvel, situado dentro ou fora dos limites urbanos, que se destina ao cultivo da terra, à extração de matérias primas de origem vegetal, à criação ou melhoria de animais e à industrialização conexas ou acessórias dos produtos derivados dessas atividades”⁶⁸. Nesse entendimento, a qualificação de um estabelecimento como rural independia de sua localização, mas dependia das atividades desenvolvidas, podendo ser agrícolas, extrativistas ou de manufatura.

No ano seguinte, foi promulgada a Constituição de 1946⁶⁹, a qual, diferente das anteriores, de imediato não trouxe questões que pudessem provocar um impacto maior na estrutura fundiária ou no desenvolvimento de atividades nos espaços rurais – algumas emendas posteriores é que teriam essa potência. Durante a década de 1950, a questão fundiária não estava na legislação sobre a propriedade, mas estava na agenda dos movimentos sociais, haja vista a formação das ligas camponesas⁷⁰ e o fortalecimento dos movimentos camponeses até o final do governo do presidente João Goulart – uma situação que pode explicar, em certa medida, a repressão da ditadura na década seguinte aos movimentos organizados dos trabalhadores rurais.

Na década de 1960, foram assinados acordos internacionais e lançadas leis no âmbito federal. Destaca-se a Carta de Punta del Este, assinada no ano de 1961 pelo Brasil e outros países latino-americanos que, por meio deste acordo, comprometeram-se a realizar uma reforma agrária e a aumentar a produção agrícola em seus territórios. Sobre esse compromisso, a filósofa Marlene Ribeiro, em “Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando

⁶⁷ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.100.

⁶⁸ BRASIL. Decreto-Lei Nº 7.449, de 9 de abril de 1945. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del7449.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

⁶⁹ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

⁷⁰ A esse respeito ver: ARAUJO, George Pedro Barbalho. Ligas camponesas: formação, luta e enfraquecimento. **IFPB**. João Pessoa, PB, 2011. P.2. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1808/1067>> Acesso em: 05 jan. 2015. De acordo com o autor, ainda que as ligas camponesas tenham ganhado força e visibilidade no cenário político da década de 1950, a organização dos trabalhadores rurais em torno de lutas pelo direito à terra teve início ainda na década de 1940, sendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) responsável pela mobilização de trabalhadores rurais em protestos contra a estrutura fundiária que favorecia os grandes proprietários de terras.

conexões históricas da educação do campo”⁷¹, afirma que na Carta de Punta del Este foram registrados os objetivos da “Aliança para o Progresso” (*Alliance for Progress*), um programa de cooperação lançado pelos Estados Unidos, em 1961, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos por meio de colaboração financeira e técnica⁷². No entanto, a autora⁷³ destaca que tratava-se de um desenvolvimento favorável aos interesses norte-americanos, considerando que a própria reforma agrária, definida na Carta de Punta del Este como indispensável para evitar a dependência da importação de produtos primários, implicava no aumento da produção associada ao processo de industrialização.

Ainda no início da década de 1960, foi publicada a Lei nº 4.214/1963, que dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e que trouxe em seus artigos determinações sobre remuneração, condições de trabalho, relação contratual, organização sindical, entre outros pontos. O que parece certo é que tanto a Carta de Punta del Este quanto o Estatuto do Trabalhador Rural fizeram parte de um contexto de discussões sobre o acesso à terra que teve início com a organização dos movimentos camponeses na década de 1940 e tiveram como desdobramento o Estatuto da Terra⁷⁴, uma das primeiras leis criadas após o Golpe de 1964.

Segundo Rezek⁷⁵, a criação Estatuto da Terra, de 1964, estaria relacionada a uma preocupação do governo militar em dar uma resposta a questionamentos que vinham do campo e, ao mesmo tempo, assegurar sua estabilidade pela proposição de um estatuto objetivando “pacificar” as tensões políticas e sociais envolvidas nas lutas e nos movimentos sociais ligados ao direito à terra que se fortaleceram durante os anos 1950, um aspecto que pode ser evidenciado no Art. 16º, que traz a Reforma Agrária como uma solução gradual para os problemas relacionados à distorção fundiária e à ausência de uma política agrária eficiente.

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o

⁷¹ RIBEIRO, Marlene. Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2014. P.10. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/2014nahead/1517-9702-ep-1517-97022014111587.pdf> Acesso em: 05 jan. 2015.

⁷² Outra finalidade da Aliança para o Progresso era impedir a adesão de outros países aos ideais comunistas, como ocorrera em Cuba, de modo que a colaboração financeira e técnica seria uma forma de países como o Brasil revolucionarem inclusive o modo de produção no meio rural, sem, no entanto, fazerem uma revolução, conforme difundido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁷³ RIBEIRO, Marlene. Op. cit. P.10.

⁷⁴ É preciso considerar que houve um anteprojeto do Estatuto da Terra, o qual passou por alterações e teve algumas partes que foram suprimidas durante sua tramitação no Poder Legislativo.

⁷⁵ REZEK, Gustavo Elias Kallás. Op. cit. P.101.

bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio⁷⁶.

Em seu estudo “Questão agrária e modernização da agropecuária brasileira entre 1964 e 1984: fatos e atores da derrota da reforma agrária”⁷⁷, o economista Pedro Ramos explica que a tomada do poder pelos militares de partida não significou o abandono do compromisso com a reforma agrária, assumida pelo Brasil na Carta de Punta del Este, em 1961, pois a instituição do Estatuto da Terra foi uma forma de dar resposta a essa questão que, antes de 1964, já tramitava no Congresso Nacional através de uma série de projetos⁷⁸. No entanto, o autor⁷⁹ afirma que os governos militares se voltaram para investimentos nas atividades agropecuárias que acabaram beneficiando mais aos grandes produtores. Dessa perspectiva, pode-se afirmar que a política agrícola dos governos militares, ancorada no Estatuto da Terra, favoreceu o modelo de propriedade latifundiário na medida em que estimulou a modernização dos processos e técnicas produtivas, além da ampliação da oferta de crédito rural⁸⁰.

Entre os discursos que permeiam o Estatuto da Terra está o da “função social da propriedade”, que conforme o Art. 12º, “[...] à propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.”⁸¹ De acordo com os termos do Art. 2º, § 1º, essa “função social” é desempenhada quando a propriedade simultaneamente favorece o bem-estar da família proprietária e das pessoas que nela trabalham, mantendo níveis “satisfatórios” de produção, assegurando a conservação dos recursos naturais e observando as disposições legais que regulam as relações de trabalho entre proprietários e funcionários.

O estímulo à produção, associado a uma preocupação com os recursos naturais, que a Política de Desenvolvimento Rural trazida pelo Estatuto da Terra propunha, era um discurso relativamente novo, mas que ganharia força nas décadas seguintes. Por conta dessa política foram propostas medidas visando, segundo o Art. 47º, inciso I, “[...] desestimular os que exercem o direito de propriedade sem observância da função social e econômica da terra [...]”,

⁷⁶ BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

⁷⁷ RAMOS, Pedro. Questão agrária e modernização da agropecuária brasileira entre 1964 e 1984: fatos e atores da derrota da reforma agrária. In: **Anais do II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**. II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, São Carlos, SP, 2013. P. 7.

⁷⁸ Id. Ibid. P.2.

⁷⁹ Id. Ibid. P.5.

⁸⁰ Em 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

⁸¹ BRASIL. 1964. op. cit.

assim como “a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem sua função social”⁸². Algumas dessas formas de uso da terra passariam a ser coibidas por medidas entre as quais cabe destacar a “desapropriação por interesse social” e a reversão à posse do Poder Público das terras julgadas indevidamente ocupadas ou exploradas⁸³.

A Constituição promulgada em 1988 dedicou um capítulo, o III, para tratar “Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária”⁸⁴, e uma das questões mais relevantes a se destacar presente nos termos do Art. 187º é a proposta de compatibilização das políticas agrícola e de reforma agrária, que no Art. 188º é associada à destinação das terras públicas e devolutas. Ou seja, as terras públicas ou privadas destinadas para a reforma agrária também devem atender às demandas agrícolas, pois dessa forma entende-se como o cumprimento da função social do imóvel. Conforme o Art. 184º, o não cumprimento dessa função social deveria ser utilizado como critério pela União para desapropriação dos imóveis rurais, salvo as pequenas e médias propriedades rurais, bem como as propriedades produtivas, entendidas no Art. 185º como modelos “insuscetíveis” para projetos de reforma agrária.

Essa classificação dos imóveis em pequenas, médias e grandes propriedades, veio a ser regulamentada com uma legislação posterior, a Lei nº 8.629, de 1993, que em seu Art. 4º trouxe a seguinte definição para o imóvel rural: “o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial”⁸⁵. Destaca-se aqui que é considerada “pequena propriedade” o imóvel rural compreendido por área entre um e quatro módulos fiscais; “média propriedade” o imóvel rural com área superior a quatro e limitada a 15 módulos; e “grande propriedade” o imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais⁸⁶.

Sobre as formas e os modelos de ocupação e exploração das terras no Brasil, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em seu trabalho “Agricultura Brasileira: transformações recentes”⁸⁷, constata que entre os anos 1950 e 1995/6 ocorreu uma multiplicação dos

⁸² BRASIL. 1964. op. cit.

⁸³ Id. Ibid.

⁸⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

⁸⁵ BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

⁸⁶ O módulo fiscal é expresso em hectares levando em consideração o tipo de exploração predominante em cada município, a renda obtida com essa exploração e outros tipos de exploração que, embora não predominantes, sejam expressivos em termos de renda e área utilizada. Cf. BRASIL. Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

⁸⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. P. 482.

latifúndios, algo que estaria relacionado ao “caráter concentrador” da estrutura fundiária brasileira, porém, contraditoriamente também traz dados demonstrando ter havido nesse período um crescimento expressivo do número de unidades camponesas, contrariando as hipóteses de alguns estudiosos ao afirmarem que as pequenas propriedades tenderiam ao desaparecimento.

De acordo com Oliveira⁸⁸, nas áreas com mais de 1000 ha não teria havido uma multiplicação de propriedades tão grande como ocorreu com áreas menores. Ainda assim, os números dobraram, totalizando aproximadamente 47 mil em 1995/6. As propriedades com áreas inferiores a 100 ha teriam passado de 1.629.995 no ano de 1950 para 4.318.861 em 1995/6, sendo que as áreas menores teriam apresentado um crescimento ainda maior, passando de 654.557 em 1950 para 2.402.374 em 1995/6. O autor também destaca o crescimento das atividades agropecuárias, sendo que as áreas com mais de 1000 ha passaram de 95 milhões de ha em 1950 para mais de 159 milhões em 1995/6, ao mesmo tempo em que as propriedades com menos de 100 ha passaram de pouco mais de 36 milhões de ha para 70,5 milhões de ha, e as propriedades com área inferior a 10 ha registraram um crescimento ainda mais significativo, passando de 2.893.439 para 7.882.194 ha⁸⁹.

Cabe destacar que estes dados apresentam o crescimento do número de propriedades e das áreas produtivas em uma dimensão macro, o que certamente não corresponde à realidade de todas as regiões brasileiras que durante a segunda metade do século XX passaram por transformações, como os processos de industrialização, migração e urbanização, que puderam ser percebidas de diferentes formas e intensidades em cada estado. Um contexto específico será abordado no capítulo seguinte, mas ter em vista essa dimensão macro nesse momento é relevante ao abordar documentos como as legislações sobre a terra, que embora procurem dar conta de particularidades fundiárias presentes no território nacional, foram instituídas tendo por base uma dimensão macro.

Dentro dessa dimensão, é interessante observar no trabalho de Oliveira⁹⁰ a sua constatação com relação à desigualdade no crescimento das propriedades em determinados períodos, pois se entre os anos 1950 e 1960 e 1960 e 1970 as pequenas e médias propriedades praticamente dobraram em número, tendo um menor crescimento na década de 1970 – especialmente entre os anos 1975 e 1980 –, as grandes propriedades, sobretudo as áreas com

⁸⁸ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Op. cit. P.482.

⁸⁹ Id. Ibid. p. 484.

⁹⁰ Id. Ibid. p. 483.

mais de 1000 ha, tiveram um crescimento mais expressivo justamente na década de 1970, passando de 95 milhões de ha para mais de 159 milhões. O autor⁹¹ atribui aos efeitos das políticas territoriais promovidas pelos governos militares pós 1964 essa desigualdade no crescimento do número de latifúndios e minifúndios no país durante a década de 1970, quando as pequenas áreas vão sendo absorvidas pelas maiores.

Uma mudança ocorreu na década de 1980, quando o ritmo de crescimento do número de latifúndios é reduzido, contrastando com o crescimento do número de pequenas propriedades, o que para o autor estaria ligado à implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aprovado para o período de 1985/1989 pelo Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. O Governo Federal, ao propor beneficiar 1.400.000 famílias por meio do I PNRA, também elevou a questão fundiária como uma das prioridades de sua gestão, conforme expresso no Art. 3º: “os Planos e Projetos destinados à execução do PNRA terão prioridade absoluta para atuação dos Órgãos e Serviços Federais [...]”. Contudo, uma observação dos números da estrutura fundiária no Brasil nos anos 1995/6, feita por Oliveira⁹², revelou que 89% das propriedades com menos de 100 ha dispunham de 20% da área ocupada, e 1% das propriedades com mais de 1000 ha controlava 45% das terras no país.

O que esses dados apontam, para além da grande concentração de terras, é a fragilidade das políticas de reforma agrária propostas, pois ainda que uma redução no crescimento do número de propriedades com mais de 1000 ha tenha ocorrido após a implantação do I PNRA, a concentração de terras em posse de latifundiários em 1995/6 ainda era muito elevada, dando conta de que 47 mil latifundiários com propriedades maiores que 1000 ha controlavam 159 milhões de ha, enquanto 2,4 milhões de proprietários de áreas com menos de 10 ha detinham a posse de 7,8 milhões de ha⁹³.

Essa desigualdade na distribuição das terras, conforme Oliveira⁹⁴, está relacionada com a história de cada região. E sobre essa questão, o também geógrafo Francisco Capuano Scarlato, em seu texto “O espaço industrial brasileiro”⁹⁵, ao abordar o contexto da região Sul do Brasil, afirma⁹⁶ que diferente de outras regiões do país, onde houve o predomínio do latifúndio e da

⁹¹ OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. Op. cit. P.485.

⁹² Id. Ibid.

⁹³ Id. Ibid.

⁹⁴ Id. Ibid. P.489.

⁹⁵ SCARLATO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

⁹⁶ SCARLATO, Francisco Capuano. Op. cit. P.345.

monocultura, neste local a agropecuária foi organizada em pequenas e médias propriedades, apresentando boa produtividade, uma diversificação da produção e, combinada com outros fatores, contribuiu para a consolidação do mercado interno e o desenvolvimento industrial de algumas cidades.

Nesse processo histórico sobre a organização da estrutura fundiária, torna-se possível vislumbrar de modo mais claro algumas das transformações vivenciadas na geografia brasileira, especialmente a partir dos anos 1950, representada pela mobilidade espacial de milhões de brasileiros que passaram a migrar dentro do território nacional. Um movimento que produziu efeitos imediatos no campo e nas cidades, nos espaços rurais e urbanos, dando margem a novas formas de pensar sobre esses espaços e suas relações.

1.2 A relação campo e cidade

A organização da estrutura fundiária no Brasil, especialmente após meados do século XX, esteve ligada a movimentos que foram além do campo. Os processos de industrialização e de urbanização promoveram deslocamentos sobre suas fronteiras físicas e simbólicas, alterando as tradicionais relações estabelecidas com a cidade. Dessa perspectiva, talvez um dos fenômenos mais significativos para uma reflexão sobre as transformações na sociedade brasileira, principalmente durante a segunda metade do século XX, tenham sido as migrações.

O agrônomo e economista Ivo Elesbão⁹⁷, que estudou o desenvolvimento e o impacto do turismo no espaço rural, afirma⁹⁸ que a migração do campo para as cidades, combinada com o processo de modernização da agropecuária, foram fatores que determinaram o processo de urbanização acelerado. Na mesma perspectiva, o geógrafo Francisco Capuano Scarlato⁹⁹ destaca, em seu trabalho “População e urbanização brasileira”¹⁰⁰, que a migração foi ocasionada por alguns fatores, dentre os quais a ampliação das relações capitalistas no campo, a

⁹⁷ ELESBÃO, Ivo. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. P. 150-166.

⁹⁸ Id. Ibid. P.150.

⁹⁹ SCARLATO, Francisco Capuano. P.391.

¹⁰⁰ SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

mecanização da agricultura e a substituição da lavoura por pastagens, somados ainda aos efeitos das comunicações no estreitamento da relação entre campo e cidade.

Para Scarlato¹⁰¹, “os atrativos das cidades, veiculados pela mídia sobre uma população que cada vez mais perdia suas raízes com a terra, contribuíram para o êxodo rural. Ao mesmo tempo em que o campo expulsava, a cidade atraía.” Contudo, é preciso considerar que os fatores que fizeram com que tantas famílias migrassem do campo para as cidades foram múltiplos e não podem ser compreendidos tão somente por uma visão econômica¹⁰², do mesmo modo que a influência da mídia não pode ser diretamente relacionada com a perda das “raízes” ou a ruptura dos vínculos com o campo, como pode se perceber pela discussão presente nas próximas linhas deste trabalho.

Ao analisar a migração como resultante de uma aproximação entre o campo e a cidade, é iminente o risco de algumas polarizações, pois se costuma atribuir às cidades uma imagem positivada, como um espaço moderno, que concentra os setores secundário e terciário. Ao passo que o rural é comumente tomado como espaço de produção de alimentos e matérias-primas, como local em atraso, onde são reproduzidas práticas sociais que representam o passado das gerações que migraram para as cidades. Segundo a cientista social Maria José Carneiro, em seu trabalho “Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica”¹⁰³, essa visão foi herdada da “sociedade burguesa industrial”, que tomou a cidade como local de residência e trabalho e o campo como espaço de produção, mas que de acordo com a autora, trata-se de uma visão que possui maior aderência em países capitalistas que passaram por movimentos de revolução burguesa.

Sobre essa questão, o agrônomo Valmir Luiz Stropasolas, em sua obra intitulada “O mundo rural no horizonte dos jovens”¹⁰⁴, afirma que “a sociologia, ao se constituir como ciência preocupada com as sociedades industriais, herdou do pensamento evolucionista a necessidade de considerar essas sociedades como um desdobramento positivo com relação às anteriores, como resultado de um ‘progresso’”. Compartilhando dessa ideia, Carneiro¹⁰⁵ defende que houve na Sociologia uma sustentação da dicotomia campo e cidade como espaços distintos,

¹⁰¹ SCARLATO, Francisco Capuano. Op. cit. P.392.

¹⁰² Cf. COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)**. Florianópolis, 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). p. 157-251.

¹⁰³ CARNEIRO, Maria José. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. P. 30.

¹⁰⁴ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P. 14.

¹⁰⁵ CARNEIRO, Maria José. Op. cit. P.33.

prevalecendo na Sociologia de “tradição” urbana industrial uma tendência à valorização do urbano, identificado como o espaço da civilização, do progresso e da modernidade, ao passo que o rural foi marcado pelo estigma do atraso, da tradição e do estático.

A ideia de atraso no campo também estava ligada a uma ideia de atraso na agricultura, decorrente principalmente da valorização dos profissionais responsáveis pelo emprego de conhecimento técnicos à agricultura a partir do final do século XVIII, na Europa, e durante os séculos XIX e XX, no Brasil. Conforme com a historiadora Sonia Regina de Mendonça, em seu estudo “Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961)”¹⁰⁶, “os agrônomos se empenharam em constituir uma matriz discursiva que, exacerbando a cientificidade de sua atividade, lhes garantisse legitimidade e reconhecimento sociopolítico”. Desse modo, a promoção da importância do emprego de conhecimentos técnicos na agricultura e desta como um domínio da ciência, fez com que os saberes e fazeres tradicionais até então empregados na agricultura fossem vistos como arcaicos, dando margem à ideia de atraso do campo.

No entanto, conforme Elesbão¹⁰⁷, em decorrência do próprio processo de urbanização, a emergência de alguns problemas como a violência e a poluição passaram a ser vivenciados pelos cidadãos e o modelo de sociedade urbano e industrial começou a ser questionado. A própria percepção com relação ao campo começou a mudar – se antes era estigmatizado, passou a ser evidenciado como local ausente de problemas sociais, sendo associado, inclusive, à qualidade de vida. Por outro lado, a cidade passou a ser vista como ameaça constante ao campo, por carregar os valores da sociedade de consumo e de uma cultura de massa¹⁰⁸.

Mas as percepções sobre o campo e a cidade remetem a outros períodos históricos. Mumford¹⁰⁹, em relação às primeiras cidades que surgiram ao longo da extensão dos rios Nilo e Tigre-Eufrates, avalia que obras de contenção e drenagem das águas, sistemas de irrigação, calendários para plantio, técnicas de colheita, entre outras melhorias demandadas pela agricultura, foram possíveis pela cooperação e pelo planejamento, por uma nova forma de organização que seria a “marca das cidades” – e essas melhorias realizadas nas aldeias teriam representado uma superação das “limitações rurais”.

¹⁰⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-141, 2010. P. 127.

¹⁰⁷ ELESBÃO, Ivo. Op. cit. P.150.

¹⁰⁸ CARNEIRO, Maria José. Op. cit. P.33.

¹⁰⁹ MUMFORD, Lewis. Op. cit. P.68.

Tratando de um momento posterior, o historiador Hilário Franco Júnior, em sua obra “A Idade Média: nascimento do ocidente”¹¹⁰, discute as transformações que marcaram a passagem da antiguidade para o medievo, dentre as quais destaca o processo de “ruralização da sociedade romana”, o qual teria iniciado no século III, quando o movimento de expansão das fronteiras romanas cessou e, havendo dificuldade para a manutenção das mesmas, em função da grande extensão dos seus limites, da escassez de mão de obra, e de outros fatores como as ameaças de grupos bárbaros, ocorreu um retraimento das atividades comerciais e urbanas que, somado a sensação de insegurança da população naquele momento, teria contribuído para a migração em direção ao campo¹¹¹.

Tratam-se então de movimentos distintos – urbanização e ruralização –, nos quais as percepções sobre o campo e a cidade também são diferentes. Se na antiguidade Mumford¹¹² observou um movimento de urbanização desencadeado por uma organização coletiva que proporcionou melhores condições para as aldeias que se organizavam ao longo dos rios Nilo e Tigre-Eufrates, de outro modo Franco Júnior¹¹³ percebeu a ruralização pela migração de populações das cidades para o campo como um fenômeno causado pelo enfraquecimento do comércio e outras atividades urbanas e por uma sensação de insegurança nas cidades.

Já no século XIX, na Europa, a visão do campo é positiva. Keith Thomas, em sua obra “O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)”¹¹⁴, ao discutir o contexto da Inglaterra, afirma que no século XVIII já era lugar-comum sustentar a ideia do campo como um lugar mais ordenado do que a cidade, e muitas pessoas endinheiradas construía ali suas casas, por vezes ostentando um luxo que era desconhecido do camponês. Os cidadãos idealizavam uma casa no campo e, além disso, mesmo quem não dispunha de recursos costumava passear no local¹¹⁵.

Porém, a fumaça provocada pela queima do carvão, os gases e os detritos gerados pela fermentação de cerveja e a tintura das roupas, somado ao crescimento vertiginoso da população, decorrente da Revolução Industrial, tornavam cidades inglesas, no século XIX, insalubres¹¹⁶. O

¹¹⁰ FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001. P. 114.

¹¹¹ Id. Ibid.

¹¹² MUMFORD, Lewis. Op. cit..

¹¹³ FRANCO JÚNIOR, Hilário. Op. cit.

¹¹⁴ THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo, Cia das Letras, 1988. P. 291.

¹¹⁵ Id. Ibid. P.296.

¹¹⁶ Id. Ibid. P.292.

historiador Erich J. Hobsbawn, em sua obra “A Era dos Impérios”¹¹⁷, afirma que, a partir de 1870, criou-se uma oposição entre os modos de vida e as habitações das pessoas e, com isso, uma transformação na paisagem das cidades teve início na Inglaterra, mas não nos centros onde a atividade industrial era contínua, apenas nas periferias. Tratava-se um novo estilo de vida composto por casa e jardim, no qual as famílias endinheiradas pertencentes a uma aristocracia buscavam, no distanciamento da atmosfera insalubre das cidades, o prestígio social e o *status* que uma mansão localizada no campo trazia.

No entanto, Thomas¹¹⁸ afirma que “[...] a acentuada tendência a depreciar a vida urbana e a encarar o campo como símbolo de inocência repousava numa série de ilusões”, decorrente de leituras equivocadas que se faziam das relações rurais, uma imagem que era reforçada por pintores e poetas que retratavam o campo como um cenário bucólico, ausente de tensões econômicas e sociais, que tomava os moradores como inocentes e as atividades rurais sob um ponto de vista romantizado. Ainda segundo o autor¹¹⁹, tratava-se de uma nostalgia que buscava no campo uma aparência do belo que a cidade não possuía – mais em função de um processo de “desruralização” –, que deu origem a um sentimento de insatisfação com o ambiente urbano (ou, nas suas palavras, de uma “repugnância”). Possivelmente emerge daí a noção de que a cidade ideal deveria possuir uma aparência rural, de que o campo e a cidade deveriam ser aproximados com a criação de cidades-jardim e de cinturões verdes.

Sobre as cidades-jardim, Hobsbawn¹²⁰ afirma que no final do século XIX, durante o período que ficou conhecido como *Belle Époque*, o modelo de habitação ideal para a classe média dos países anglo-saxões não fazia parte da cidade, mas do campo. Eram casas rodeadas de parques e jardins, inspiradas no padrão aristocrático de décadas anteriores, porém, em zonas planejadas e que tinham como objetivo isolar a classe média da vida operária e urbana e também concentrar os confortos da cidade nessas “cidades-jardim” ou “subúrbios-jardim”. O que é interessante notar, nessa tentativa de aproximação da cidade e do campo, é que não se trata do campo associado à vida agrícola, mas sim à qualidade de vida, sob a perspectiva de uma área residencial com jardins, parques e lagoas, localizada nas zonas periféricas.

¹¹⁷ HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 263.

¹¹⁸ THOMAS, Keith. Op. cit. P.298.

¹¹⁹ Id. Ibid. P.301.

¹²⁰ HOBSBAWN, Eric J. Op. cit. P.264.

Outra questão relevante trazida por Thomas¹²¹ está relacionada à percepção da natureza, da qual toma como exemplo as montanhas, que no século XVII eram vistas como deformidades, mas que no século XVIII foram transformadas em objetos de contemplação em virtude de sua estética, que passou a ser apreciada. Ainda segundo o autor¹²², o apreço pela natureza “selvagem”, no final do século XVIII, foi transformado em um ato quase “religioso”, uma mudança de percepção que estaria associada à difusão da mística da natureza entre os filósofos e teólogos – daí a ideia de que os homens que habitavam as florestas não eram bárbaros, mas pessoas simples e inocentes; de que as montanhas não eram repugnantes, mas obras divinas; e de que pela natureza o homem se aproximava de Deus.

Assim como Thomas constatou no contexto inglês essas mudanças de percepções quanto à natureza tomando como referência narrativas literárias sobre a cidade e o campo, o homem e a natureza, a literatura no Brasil também constitui um arcabouço de grande relevância para uma análise sobre esses temas¹²³. Um autor que descreveu através de romances históricos o campo nas regiões interioranas do Brasil foi José de Alencar¹²⁴, que publicou obras retratando o interior dos estados fluminense, paulista, e das regiões Nordeste e Sul – sobre essa última, ele publicou, em 1870, o romance regionalista “O Gaúcho”¹²⁵, no qual a descrição do ambiente, o pampa¹²⁶, e de suas características naturais aparecem associadas ao homem, o gaúcho, e à formação de sua personalidade, tal como expresso no seguinte trecho:

Nenhum ente porém, inspira mais energicamente a alma do pampa que o homem, o gaúcho. De cada ser que povoa o deserto, toma ele o melhor; tem a velocidade da ema ou da corça; os brios do corcel e a veemência do touro.

O coração fê-lo a natureza franco a descortinado como a vasta coxilha, a paixão que o agita lembra os ímpetos do furacão; o mesmo bramido, a mesma pujança. A esse

¹²¹ THOMAS, Keith. Op. cit. P.307.

¹²² Id. Ibid. P.309.

¹²³ A propósito da utilização de obras literárias, Camiloti e Naxara afirmam que “a utilização de fontes caracterizadas como literárias ou portadoras de literariedade ocorre [...] por formas múltiplas; pela própria abertura, também múltipla, aos significados que possam vir a ser operados e buscados nas relações entre textos nos seus mais diversos gêneros – desde a literatura de viagens, aos romances, crônicas, poemas, ensaios... que possam, cada qual com suas características específicas, ao dizer do passado no presente e projetar futuros, a temporalidade portanto, constituir apoio para o que denominamos conhecimento histórico”. Cf. CAMILOTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009. P. 40.

¹²⁴ José de Alencar (1829-1877) foi um jornalista, político, advogado e escritor brasileiro. Os temas e inovações no uso da língua portuguesa explorados pelo autor em alguns de seus romances escritos ao longo do século XIX representaram esforços para demarcar os aspectos culturais que diferenciavam o Brasil da Europa em um contexto de consolidação da independência e de construção de uma identidade nacional.

¹²⁵ ALENCAR, José de. **O gaúcho**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

¹²⁶ Planície situada na região meridional da América do Sul, abrangendo parte do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, do Uruguai e de províncias argentinas.

turbilhão do sentimento era indispensável uma grande amplitude de coração, imensa como a savana.

Tal é o pampa¹²⁷.

José de Alencar, no século XIX, procurou demonstrar um modo de vida existente no interior do Brasil, onde a natureza e o homem se conjugavam, numa visão que acabaria por contribuir para uma idealização da figura do gaúcho, o habitante da região dos pampas. No entanto, outros autores também exploraram as regiões interioranas do país, e outros personagens presentes no campo brasileiro, como a figura do caboclo, trazida por Monteiro Lobato¹²⁸ no contexto da Primeira República, em sua obra “Urupês”¹²⁹, de 1918.

Este funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se¹³⁰.

Esta obra de Lobato traz as características do caboclo e suas reações diante de uma situação nova que vivenciava no seu ambiente. Primeiramente o caboclo é tomado como uma pessoa materialmente e intelectualmente pobre, e que vive nas zonas fronteiriças, onde escapa a civilização. Mas esse personagem é ainda confrontado pelo avanço da modernidade, que chega com o trem, e pela chegada do imigrante italiano com instrumentos de trabalho que são símbolo do progresso no campo, como o arado. Diante dessa situação, o caboclo busca um distanciamento desse novo a fim de “conservar-se fronteiriço”. É interessante notar que a narrativa de Monteiro Lobato trata de um seminômade, um “parasita da terra”, que é expulso

¹²⁷ ALENCAR, José de. Op. cit. P.22.

¹²⁸ Monteiro Lobato (1882-1948) foi um escritor, editor, advogado, empresário e jornalista brasileiro. Como escritor e jornalista, a sua abordagem sobre a figura do caboclo e a crítica aos métodos empregados pelos produtores em suas terras, como as queimadas, pode ser melhor compreendida quando observados os aspectos marcantes de sua vida pessoal e profissional, como o fato de estar ligado ao movimento higienista e de ter trazido a público suas impressões a respeito da figura do caboclo, após seu fracasso enquanto fazendeiro. Destaca-se que Lobato tentou modernizar a fazenda herdada de seu avô, no interior do estado de São Paulo, através de investimentos em maquinários e nas técnicas de produção agrícola, não obtendo sucesso. No entanto, foi nesse período que Lobato trouxe a público suas impressões a respeito do caboclo do interior. Cf. STANCIK, Marco Antonio. Os jecas do literato e do cientista: Movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 13, n.1, p. 45-62, 2005. P. 49.

¹²⁹ LOBATO, José Bento Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 141.

¹³⁰ Id. Ibid.

de terras sobre as quais vivia em uma penumbra, diferente de outro regionalista, o gaúcho, de José de Alencar, em que é o homem que possui as qualidades da natureza e por isso é bravo.

Essas relações, percepções e representações construídas pelos autores em suas narrativas sobre o campo e a cidade, o homem e a natureza, são interessantes para uma contextualização de questões em debate na atualidade, como a ideia de atraso no campo, a percepção em relação à natureza, ou mesmo a relação entre o homem e o ambiente rural ou urbano. São questões que, embora abertas em outros momentos, não se tratam de repetições, mas sim de uma história que merece ser considerada, já que aborda diferentes conjunturas e olhares.

Em outro trabalho, “Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa”¹³¹, Carneiro aborda algumas mudanças no campo, porém, não como ameaças, mas como fatores que contribuem para outras dinâmicas da ruralidade, dentre os quais “a ampliação da mobilidade estimulada pela expansão dos meios de comunicação”, tanto chamados meios de comunicação “reais” – entendidos como os sistemas de transportes e outros – como dos meios de comunicação “virtuais” – nos quais destaca o acesso à rede de televisão (especialmente após os anos 2000, caberiam ser mencionadas aqui as redes de telefonia móvel e a internet). Ainda conforme a autora¹³², entre essas novas dinâmicas encontra-se,

De um lado, a ocupação do espaço rural por outras atividades econômicas não-agrícolas, associadas à revalorização do mundo rural como espaço de lazer ou residência (secundária ou principal) para segmentos de camadas médias da população urbana. De outro lado, a valorização do campo como “lugar de trabalho e de vida” através do reconhecimento da agricultura familiar como ator social do processo de desenvolvimento econômico [...]

Com relação a essa primeira dinâmica, em que prevalecem os usos do espaço rural por grupos urbanos, Stropasolas¹³³ afirma que “as classes médias urbanas apropriam-se do espaço rural e ao adequar aos seus interesses, alguns valores e relações camponesas anteriormente estabelecidas são suplantados”. Uma questão que se torna problemática na medida em que os interesses envolvidos na prática do espaço, seja por agricultores, comerciantes, turistas ou cidadãos que possuem uma residência de campo, são distintos. Um dos principais reflexos dessas diferenças se percebe na influência das classes médias quanto à elaboração de projetos

¹³¹ CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

¹³² Id. Ibid. P.224.

¹³³ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.65.

e políticas de desenvolvimento rural baseadas na construção de uma ideia do que é o rural, a natureza e o agricultor, objetivando atender interesses próprios, como a ampliação da oferta de serviços voltados aos espaços residenciais e ao lazer¹³⁴.

As atividades inseridas no meio rural e que não necessariamente implicam em um vínculo com a população local podem ser exemplificadas através das unidades agrárias de produção em larga escala, chácaras e outros formatos de propriedades voltados exclusivamente para lazer de cidadãos aos finais de semana, bem como por todo aparato turístico voltado para atender públicos externos à comunidade. Essas práticas, por vezes desconexas com o local, com sua cultura e seus códigos, é que desestabilizam o modo de organização social da comunidade, pois de acordo com Stropasolas¹³⁵, “um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor.”

Sobre uma dessas atividades desenvolvidas, o turismo, Elesbão¹³⁶ afirma que principalmente as propriedades que tem por base a agricultura familiar sentem mais dificuldades em manter sua estrutura produtiva e podem tomar a atividade turística como principal ou mesmo como a única desenvolvida na propriedade, pois esta é uma escolha que está relacionada ao retorno financeiro possível de ser obtido. Assim, a importância das atividades agropecuárias e outras tomadas como secundárias pode ser reduzida ou mesmo voltada somente para atender à demanda turística¹³⁷.

Nesse sentido, a atividade turística pode acarretar em um “deterioramento nas relações sociais” que, segundo Elesbão¹³⁸, está relacionado ao fato de que as pessoas que estão mais envolvidas com a atividade turística em suas propriedades acabam limitando sua participação nas práticas comunitárias, tais como celebrações religiosas e festivas que costumam ser realizadas principalmente nos finais de semana, ficando mais restritas ao ambiente doméstico, onde as atividades relativas ao turismo exigem sua presença.

O turismo nos espaços rurais suscita uma série de questões que envolvem tanto a população local como os turistas e os gestores públicos, e que dizem respeito ao meio ambiente, à produção de alimentos, ao patrimônio cultural e a outras que ainda serão aprofundadas no

¹³⁴ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.66.

¹³⁵ Id. Ibid. P.59.

¹³⁶ ELESBÃO, Ivo. Op. cit. P.158.

¹³⁷ Id. Ibid. P.159.

¹³⁸ Id. Ibid. P.162.

terceiro capítulo deste trabalho. Além do turismo, a criação de chácaras ou sítios para lazer também tem sido discutida por se tratar de uma prática que por vezes implica na substituição de unidades produtivas por áreas residenciais e no rompimento de relações sociais e de trabalho (principalmente em torno da agricultura) com a comunidade local.

O impacto desse fenômeno emergente no meio rural brasileiro é semelhante ao de outro movimento, iniciado na França na década de 1960, quando o campo associado à qualidade de vida passou a ser buscado por cidadãos que, sem abandonar os empregos no meio urbano, estabeleceram suas residências em áreas rurais, promovendo um deslocamento cotidiano entre o campo e a cidade, atribuindo às localidades rurais a característica de “aldeia-dormitório”¹³⁹. Em um primeiro momento, pode-se pensar nessa relação como benéfica para ambas as partes – para os cidadãos que encontravam “qualidade de vida” na “natureza” e para as famílias já estabelecidas no local, dependentes dos novos entrantes para a melhoria da oferta de serviços, manutenção de uma infraestrutura básica e fortalecimento do tecido social. No entanto, percebe-se uma questão complexa, considerando que a manutenção de uma residência ou de determinada atividade no campo não necessariamente implicava em algum vínculo social com o local¹⁴⁰.

Seguindo o entendimento de Stropasolas¹⁴¹, de que “[...] muitas vezes o que aparece como um problema econômico é essencialmente um problema social”, Carneiro¹⁴² afirma que a presença dos “neorrurais” não é suficiente para assegurar a manutenção do tecido social das localidades rurais, visto que a inserção dos grupos urbanos nos diferentes espaços de sociabilidade, “o do trabalho, o da casa, o do lazer”, é sempre uma inserção parcial, e que segue na direção contrária da lógica de uso do espaço rural já estabelecida. Para a autora¹⁴³, “a mobilidade como um valor das sociedades contemporâneas coloca em xeque o sedentarismo como um valor das sociedades tradicionais, produzindo uma situação na qual os laços sociais são fragilizados pela tensão que resulta dessa interação parcial”.

A crítica de Carneiro a esse movimento de “migração cotidiana” é relevante por levar em consideração aspectos sociais e econômicos, como em relação à construção e à pavimentação de estradas, por exemplo, pois o que para alguns moradores do campo pode ser

¹³⁹ CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.37.

¹⁴⁰ Id. Ibid.

¹⁴¹ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.36.

¹⁴² CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.37.

¹⁴³ Id. Ibid.

visto como favorável, como uma melhoria, para outros pode ser tomado como um incômodo, uma vez que é associada a uma intensificação do fluxo de automóveis. Entretanto, o fator mais relevante a esta discussão, trazido pela autora, é o dos vínculos e das identificações com o lugar, estabelecidos nas relações desenvolvidas nas fronteiras entre os espaços sociais. Trata-se de situação presente nos países europeus e em determinados contextos brasileiros, sobretudo em áreas próximas a centros urbanos maiores.

É importante averiguar até que ponto essa migração cotidiana, ao mesmo tempo [em] que amplia as fronteiras do universo social, também cria uma pluralidade de referências espaciais, mais ou menos superficiais, que pode ter como consequência um acirramento do desenraizamento de uma população que será, ao mesmo tempo, “rural” e “urbana”, “de dentro” e “de fora”, “nativa” e “estrangeira”. Ou se, ao contrário, é o desejo de enraizamento no nível local que estimula os nativos emigrados a retornarem à aldeia e aí se estabelecerem, reativando os laços sociais com a localidade [...] ¹⁴⁴.

Assim como em relação ao turismo, diferentes visões também permeiam a criação das chácaras, pois, se por um lado elas podem parecer desconectadas do espaço social que ocupam, por não estarem associadas às dinâmicas de produção agropecuária, por outro elas geram outras demandas de trabalho que permitem o emprego de moradores locais na propriedade, seja como jardineiros, caseiros, pedreiros ou prestadores de serviços. Essas funções, que antes eram desconhecidas nos espaços rurais, passaram a fazer parte de seu cotidiano e a alimentar um debate, por sua vez conflituoso, sobre o rural e a ruralidade enquanto discursos mobilizados por diferentes grupos sociais.

Para Stropasolas ¹⁴⁵, esse conflito se desenrola em torno de algumas questões principais: “priorização da agricultura x investimentos em atividades não agrícolas; utilização econômica dos recursos x preservação ambiental; espaço de produção x espaço de lazer, entre outras”. Ainda conforme esse autor, há três posições que são mobilizadas nesse jogo, sendo que a primeira considera propriedade rural como espaço de produção agrícola, a segunda engloba o rural ao conjunto da sociedade, onde caberiam as chácaras, o turismo e demais usos que substituem as unidades produtivas, e a terceira percebe a ruralidade além das formas de produção e habitação, mas como bem coletivo no qual se situa o patrimônio ambiental ¹⁴⁶.

¹⁴⁴ CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.38.

¹⁴⁵ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.65.

¹⁴⁶ Id. Ibid.

Stropasolas¹⁴⁷ atenta para o fato de que “as mudanças observadas recentemente nos espaços rurais não são oriundas, exclusivamente, de fatores externos, mas também das redefinições sociais e econômicas, operadas no seu interior”, as quais podem ser observadas a partir dos efeitos das novas relações de produção, da substituição de áreas tradicionalmente utilizadas para a agropecuária e por outros usos. Entre eles, podem ser citadas as melhorias no sistema de transportes, com a pavimentação de estradas e o acesso facilitado ao crédito para compra de veículos automotores – inclusive por meio de financiamentos de programas governamentais do Ministério do Desenvolvimento Agrário –, além do acesso facilitado às tecnologias de comunicação e informação. São elementos que contribuem tanto para um estreitamento das relações com o urbano, para a inserção desses espaços em mercados globais, quanto para influenciar as próprias dinâmicas de organização do mundo rural.

Carneiro¹⁴⁸ afirma que as motivações para a saída e para a permanência no campo são múltiplas, não podendo serem resumidas somente pela inserção no mercado de trabalho. Na opinião da autora, houve uma “ampliação das condições de permanência de jovens em suas localidades de origem”, as quais dizem respeito às melhorias de infraestrutura, mas também das relações de trabalho, em que os laços familiares ou de vizinhança muitas vezes sustentam a informalidade dos vínculos contratuais estabelecidos. Quanto às alternativas de emprego, é preciso ainda considerar que no processo de dinamização das propriedades rurais, novos postos de trabalho foram criados a fim de atender às demandas do turismo, da agricultura orgânica e da própria produção de grãos, considerando que a mecanização agrícola exige mão de obra qualificada.

Contudo, a permanência ou o regresso ao campo dos jovens que anteriormente haviam migrado para a cidade é uma situação observada em regiões rurais que passaram por transformações com a oferta de postos de trabalho, investimentos em infraestrutura e outras melhorias que tornaram o meio atrativo, como os espaços turísticos, por exemplo¹⁴⁹. Do contrário, quando se tratam de locais onde prevalece um modo “tradicional” de organização do trabalho e da produção agropecuária, a autora toma o êxodo como um caminho único para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. É preciso considerar ainda que, além dos filhos, as mulheres também buscam empregos na cidade como forma de complementar a renda da família.

¹⁴⁷ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.53.

¹⁴⁸ CARNEIRO, Maria José, 2002. Op. cit. P.228.

¹⁴⁹ Id. Ibid.

Diante das novas relações de trabalho que são estabelecidas entre esses espaços, alguns autores perspectivaram uma diluição das fronteiras entre o rural e o urbano, visto que, se no passado as pessoas migravam para as cidades em busca de trabalho, principalmente nas indústrias, atualmente muitas também saem das cidades para trabalhar no campo. Atribuindo esse movimento ao processo de “industrialização da agricultura”, Oliveira¹⁵⁰ assegura que isso “[...] tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória.” Nessa unidade que o autor vislumbra, os diferentes setores da economia (agricultura, pecuária, indústria, comércio, serviços) estariam se integrando pelo emprego de cidadãos no campo e de pessoas do campo nas cidades.

Ainda sobre a relação entre essas duas espacialidades, para Oliveira¹⁵¹, “tudo indica que o desenvolvimento do capitalismo está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, do campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão”. Ou seja, na perspectiva do autor, as fissuras abertas pelo advento do capitalismo no século XIX e seus efeitos sobre o meio rural (redução da oferta de trabalho, êxodo rural etc.), estariam agora sendo sanados pela aproximação entre a indústria e o agronegócio. Ainda que se considere que a proposta do autor não consiste em uma abordagem sobre o meio rural, cabe uma observação por se tratar de um estudo que produz sentidos sobre o rural e o urbano por meio de uma característica que outrora diferenciava esses espaços: as práticas agrícolas, que entram em um novo momento com a industrialização.

Para Oliveira¹⁵² “[...] a solução para a produção, quer do produto agrícola, quer do produto industrial, passa a requerer necessariamente o trabalho coletivo, e a questão central desta transfere-se para a distribuição dos frutos da produção (salário e lucro)”. Uma das questões que emerge dessa leitura é que ela limita o entendimento do rural e da ruralidade na medida em que não considera a dinâmica social própria desses espaços, pois ao atribuir as recentes transformações na paisagem rural tão somente às relações de trabalho estabelecidas por moradores que se deslocam entre o campo e a cidade, a participação dos indivíduos nessa relação é limitada à mão de obra, dentro de um modo de produção que, mais do que “soldar” as fronteiras entre o rural e o urbano, reduz a prática agrícola ao mercado.

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Op. cit. P.475.

¹⁵¹ Id. Ibid.

¹⁵² Id. Ibid.

Ainda de acordo com Oliveira¹⁵³, “essa unidade contraditória entre cidade e o campo não elimina suas diferenças – ao contrário, aprofunda-as, tornando cada uma mais específica, porém cada vez mais portadora da característica geral da outra”. E sobre esse aspecto, o autor ressalta as lutas de trabalhadores do campo que reivindicam nas cidades melhores preços para seus produtos, linhas de crédito e outras bandeiras, assim como as lutas pela causa ambiental que ocorrem no espaço rural e que são mobilizadas por cidadãos.

Para Stropasolas¹⁵⁴, o que se assiste na contemporaneidade é uma mudança de pensamento com relação ao rural, de modo que a ideia moderna de um movimento do campo para a cidade é contraposta pelo entendimento de que existe um espaço com características eminentemente rurais. A atualidade do campo é atravessada por diferentes práticas que vão à contramão de algumas concepções nas ciências sociais que, conforme destacado pelo autor¹⁵⁵, previram “um paulatino desaparecimento das sociedades camponesas tradicionais e dos espaços rurais, bem como projetaram a transformação da agricultura em mais um ramo da indústria”.

Por vezes tomadas somente pelo viés econômico, de modo que a ruralidade, o patrimônio histórico, os recursos naturais e as relações sociais ali existentes são marginalizadas, de acordo com Stropasolas¹⁵⁶, “as áreas rurais apresentam uma herança cultural que origina uma relação econômica e social específica que tem a agricultura e a produção de alimentos como pano de fundo das representações que são construídas [...]”. Essa representação de uma “agricultura histórica”, conforme expressão utilizada pelo autor¹⁵⁷, estaria alicerçada em uma construção do meio rural, com base em elementos presentes na configuração de uma realidade particular – um mundo rural – sobre o qual prevalecem uma valorização da natureza e do patrimônio cultural presente nos espaços rurais¹⁵⁸.

A dinâmica social própria do meio rural, anteriormente mencionada, segundo o entendimento de Stropasolas¹⁵⁹, é o resultado de uma convergência de fatores, dentre os quais se destacam a descentralização político-administrativa e a produção. Em relação ao primeiro fator, ela estaria associada às mudanças que ocorrem no âmbito dos espaços rurais – e sobre essa questão, pode-se pensar sobre os vários exemplos de distritos e subprefeituras que são

¹⁵³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Op. cit. P.475.

¹⁵⁴ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.51.

¹⁵⁵ Id. Ibid.

¹⁵⁶ Id. Ibid. P.33.

¹⁵⁷ Id. Ibid. P.35.

¹⁵⁸ CARNEIRO, Maria José, 2002. Op. cit. P.226.

¹⁵⁹ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.54.

criadas nas cidades brasileiras, principalmente em municípios com regiões metropolitanas ou que possuem uma área territorial de proporções elevadas, bem como os processos de ocupação de algumas áreas com comércios, residências e serviços públicos e que se transformam em outros centros político-administrativos, ressignificando áreas que, para as prefeituras, poderiam ser consideradas rurais.

Acerca do segundo fator, a produção, o autor¹⁶⁰ afirma que “[...] o espaço rural é com frequência atrativo do capital sendo menos sobrecarregado pelos processos trabalhistas clássicos, oferecendo também lugares mais agradáveis para trabalhar e viver do que as cidades modernas e os subúrbios [...]”. Assim como Oliveira¹⁶¹, que abordou a aproximação dos setores industriais e agrícolas e das relações de produção, Stropasolas¹⁶² concorda que há um interesse do capital no meio rural, mas que não ocorre somente por processos trabalhistas clássicos, pois sobre ele incidem fatores como a qualidade de vida no campo para trabalhar ou viver, e que dizem respeito às escolhas dos próprios indivíduos, que não são condicionados a determinações do capital.

Tanto a estrutura fundiária como as relações de trabalho no Brasil têm suas raízes históricas, conforme bem destacou Oliveira¹⁶³. E por essas questões trazidas, pode-se considerar que a concentração fundiária depende de cada região e dos processos de ocupação ou colonização ali ocorridos, de modo que há regiões onde predominam os latifúndios e a grande produção monocultora e agroexportadora, ao passo que em outras predomina o minifúndio, que paradoxalmente é o responsável por uma produção expressiva de alimentos (como poderá ser observado mais adiante). E com base nessa estrutura, as relações de trabalho também foram se desenvolvendo de diferentes maneiras: em algumas regiões ocorreu a passagem do trabalho escravo para o colonato, já em outras a colônia agrícola surge como um modelo primeiro, como é o caso de algumas cidades catarinenses.

O advento da industrialização abriu possibilidades de interação entre os espaços rurais e urbanos, e como seus efeitos também foram sentidos de diferentes maneiras no território nacional, em determinadas regiões ocorreu a inserção da mecanização agrícola e o trabalho passou a exigir mão de obra qualificada, e em outras o campesinato adquiriu diferentes formatos e o trabalho assalariado ampliou as possibilidades para a criação e a recriação do trabalho,

¹⁶⁰ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.54.

¹⁶¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Op. cit. P.475.

¹⁶² STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.54.

¹⁶³ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Op. cit. P.494.

coexistindo com outras relações não necessariamente mediadas por salários, como é o caso da agricultura familiar¹⁶⁴. Diante dessa multiplicidade de relações, a qualificação de uma atividade no meio rural foi dificultada pelo entendimento de que não é o meio que define seus usos, mas as práticas que são operadas por sujeitos no campo ou na cidade, de acordo com suas possibilidades e interesses.

As práticas de arborização e ajardinamento presentes nos espaços urbanos, assim como a diversificação dos usos e os investimentos em transportes e comunicação nos espaços rurais, significam mais do que um intercâmbio de atividades. Significam o efeito de mudanças socioculturais que têm inscrito novas dinâmicas ao campo e à cidade, suscitando, “[...] no meio acadêmico, a elaboração de recursos teórico-metodológicos para compreender a ocorrência desse fenômeno nos diferentes contextos”¹⁶⁵. Para o agrônomo e economista José Eli da Veiga, em “A dimensão rural do Brasil”¹⁶⁶, a relevância de se problematizar as abordagens teóricas cresceu nas últimas décadas em função da insatisfação com a “simples polarização” rural/urbano e de esforços para responder a perguntas sobre as novas interações entre os espaços e lugares sociais, o campo e a cidade.

Ao explorar as interações entre o campo e a cidade e as transformações operadas nesses espaços, pode-se perceber que essas concepções estão relacionadas ao modo como cada autor perspectivou campo e cidade em determinadas conjunturas históricas, considerando uma série de fatores aqui explorados. Nota-se também que essa questão suscita a seguir outro debate, no qual serão discutidos conceitos extraídos de obras produzidas por autores de diferentes áreas de formação e que permitirão aprofundar a discussão sobre o que pode ser entendido como rural e urbano.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Op. cit. P.495.

¹⁶⁵ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.71.

¹⁶⁶ VEIGA, José Eli da. Op. cit.

2 SOBRE O RURAL E O URBANO

A emergência de diferentes concepções de rural está muito relacionada aos interesses dos sujeitos que as idealizaram e do seu contexto histórico de produção. Elas traduzem jogos sociais e buscam imprimir verdades sobre o rural como um espaço marcado por dicotomias, interações, sobreposições ou anulações com relação ao urbano. A estrutura fundiária e a relação campo-cidade remetem ao debate para como geógrafos, historiadores, agrônomos, cientistas sociais e estudiosos de diferentes áreas de formação conceberam, nos seus escritos produzidos a partir da década de 1980¹⁶⁷, o rural e o urbano e suas perspectivas.

Stropasolas¹⁶⁸ estabelece um diálogo interdisciplinar buscando a desconstrução de uma ideia de rural pela ênfase nas suas múltiplas construções, privilegiando abordagens que possibilitam analisar o rural como um conceito em construção, no qual valores e relações são estabelecidos nas interações com o urbano. E para além das significações, tendo em vista que as leituras sobre o rural passam pela materialidade das transformações ocorridas no espaço, o autor considera questões como as migrações, agricultura familiar, gênero e geração, especialmente sob a perspectiva dos jovens.

Em sua análise sobre as transformações dos espaços rurais, e ao assumir um entendimento do rural e da ruralidade como uma construção sócio espacial, Stropasolas¹⁶⁹ entende que esse movimento implica em buscar como as representações se transformam e como elas são inseridas nas práticas dos grupos, uma vez que não são livres, mas negociadas dentro de uma coletividade. Para o autor¹⁷⁰, “[...] as representações sociais geram fatos sociais, fazem emergir identidades culturais, mobilizam e organizam socialmente pessoas e grupos em torno de reivindicações específicas [...]”. Nesse sentido, o espaço rural, o meio ambiente e todas as práticas que envolvem a ruralidade podem ser visualizadas em meio a disputas que ocorrem também no campo das representações.

Discutindo melhor o conceito de “representação”, o historiador Roger Chartier, em seu texto “O mundo como representação”¹⁷¹, considera que essa noção possibilita articular “três

¹⁶⁷ Cabe destacar que não se tratam de conceitos necessariamente produzidos a partir da década de 1980, mas presentes em obras de autores que foram publicadas a partir de 1980. Autores como o geógrafo Milton Santos abordaram esses conceitos em anos anteriores.

¹⁶⁸ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.32.

¹⁶⁹ Id. Ibid. P.34.

¹⁷⁰ Id. Ibid.

¹⁷¹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Vol. 5, nº 11, p. 173-191, 1991.

modalidades de relação com o mundo social”. A primeira, de classificação, que produz diferentes configurações pelas quais a realidade é tomada como uma construção dos diferentes grupos sociais. A segunda, pelas “[...] práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição [...]”¹⁷². E a terceira, entendida por meio das “formas institucionalizadas e objetivadas”, por meio da qual organizações coletivas ou indivíduos marcam a existência de seu grupo, comunidade ou classe de modo visível.

Diante desse panorama, Chartier¹⁷³ ainda destaca duas perspectivas teóricas: “[...] uma que pensa a construção de identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma [...]”, e outra que considera o recorte social como a tradução do valor que cada grupo atribui a si próprio a fim de ser reconhecido pela sua demonstração de unidade.

Estabelecendo uma analogia com a literatura, Chartier¹⁷⁴ ressalta que “contra a representação, elaborada pela própria literatura, segundo a qual o texto existe em si, separado de toda a materialidade, é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) [...]”. Ou seja, as representações sociais que Stropasolas aborda podem, para além do suporte, ser compreendidas tendo em vista o trabalho, o lazer, e outras práticas de espaço por meio das quais indivíduos e grupos significam o mundo rural.

Chartier¹⁷⁵ também afirma que “[...] não há compreensão de um escrito, qualquer que seja que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor”, pois a construção de sentidos sobre um texto não ocorre somente na sua produção, mas também no momento da sua leitura, de recepção pelos leitores que do texto se apropriam de diferentes formas. Nessa perspectiva, pode-se pensar a pluralidade de sentidos sobre o rural como parte do jogo de apropriações feitas pelos indivíduos que o significam de acordo com seu contexto, suas referências e seus interesses. Uma disputa protagonizada por diferentes grupos sociais que, no campo simbólico, operam memórias a fim de estabelecer identidades sobre os lugares rurais e, desta forma, também transformam estes espaços.

¹⁷² CHARTIER, Roger. Op. cit. P.183.

¹⁷³ Id. Ibid.

¹⁷⁴ Id. Ibid. P.182.

¹⁷⁵ Id. Ibid.

Dessa perspectiva, neste capítulo pretende-se discutir inicialmente as principais abordagens que circulam entre os estudiosos sobre o rural na contemporaneidade, tendo por objetivo uma compressão sobre como foram analisadas as transformações ocorridas na relação entre a cidade e o campo. Num segundo momento, serão abordadas as novas espacialidades rurais a partir dos conceitos de “espaço” e “lugar” presentes na obra do historiador Michel de Certeau. Por fim, ganha centralidade a discussão sobre o rural a partir dos movimentos em prol de sua patrimonialização e os elementos que são acionados para lhe dar sustentação.

2.1 Dicotomias, interações, sobreposições, anulações

No campo teórico, as principais abordagens que circulam sobre o rural na atualidade foram produzidas por estudiosos de diferentes áreas que, de modo geral, procuraram explicar as transformações operadas nesse espaço decorrentes de forças internas ou externas, bem como o tipo e a intensidade das relações estabelecidas com o urbano. Algumas dessas abordagens, ainda que sejam apropriadas em diferentes contextos, possuem sua própria historicidade e surgiram a partir do movimento de populações e de mudanças observadas em determinados lugares.

Uma dessas ideias é a da neo-ruralidade, que de acordo com Stropasolas¹⁷⁶, teve início na França a partir da década de 1970, quando algumas regiões de montanha que haviam passado por um processo intenso de êxodo rural após a Segunda Guerra Mundial começaram a registrar um aumento populacional com a chegada de migrantes urbanos e outras pessoas que anteriormente residiam no campo, mas que tiveram alguma experiência de vida na cidade. Porém, esse movimento gerou uma relação conflituosa entre os estabelecidos, portadores dos códigos locais, e os “novos” entrantes, vistos como forasteiros, havendo uma resistência quanto a sua inserção nas atividades agropecuárias e na própria comunidade local¹⁷⁷. Essa situação pode ser percebida em outros contextos históricos, no campo e nas cidades. Contudo, em contextos rurais, essas disputas possuem algumas particularidades pelo fato de estarem quase sempre relacionadas ao cotidiano dos trabalhos no campo ou a um modo de vida camponês,

¹⁷⁶ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.61.

¹⁷⁷ Id. Ibid.

identificado pela interação com determinados elementos que compõem o ambiente rural e que se veem confrontados com as diferenças, supostamente ameaçadoras que vem de fora.

Stropasolas refere-se ao neo-rural como construção de uma representação da ruralidade “[...] por um segmento expressivo de pessoas que, ao questionar as relações de trabalho e emprego vigentes no contexto urbano, decidem mudar-se para o campo, passando a desenvolver atividades ligadas à agricultura ou à pecuária”¹⁷⁸, ou ainda como retomada de valores que se acreditou estarem desaparecendo nos espaços rurais franceses. O conceito de neo-ruralidade permite tanto lidar criticamente com visões binárias sobre rural como pode também incorrer em polarizações que acabam por explicar o rural como uma forma de negar o novo e o moderno.

A mudança de percepção com relação ao rural contribuiu, de acordo com Stropasolas¹⁷⁹, para uma inversão na tendência histórica que previa o esvaziamento social e econômico do campo. Isso porque tem diminuído as diferenças entre esses espaços, pois, conforme abordado anteriormente, com a chegada de tecnologias e serviços antes somente acessíveis nas cidades, o campo se tornou mais atrativo para alguns cidadãos, ao mesmo tempo em que houve um crescimento de problemas urbanos, contribuindo para o fenômeno que alguns autores vão qualificar como “renascimento rural”, ideia difundida especialmente na França.

No contexto brasileiro, segundo Carneiro¹⁸⁰, consideradas as especificidades regionais, em números estatísticos houve um crescimento da população rural a partir da metade da década de 1990 a uma taxa anual de 1,1% ao ano, muito próxima à população total que foi de 1,3% ao ano. Tratou-se de um movimento de “retração do êxodo rural”, acompanhado, de um lado, por um declínio das atividades agrícolas, e de outro, por um crescimento das atividades não agrícolas a uma taxa de 6,1% entre os anos de 1996 e 1999, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE e analisada pela autora, que constatou o aumento no número de jovens nos espaços rurais durante a década de 1990, os quais, nesse contexto, passaram a se dedicar a atividades mais bem remuneradas e valorizadas que a agricultura, dando sentido ao que alguns autores chamaram de novo rural brasileiro.

O agrônomo José Graziano da Silva, em seu texto intitulado “O novo rural brasileiro”¹⁸¹, observou um processo de urbanização do campo como resultante de uma “industrialização da

¹⁷⁸ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.62.

¹⁷⁹ Id. Ibid. P.57.

¹⁸⁰ CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.28.

¹⁸¹ GRAZIANO DA SILVA, Jose Francisco. O novo rural brasileiro. Nova Economia (UFMG), Belo Horizonte/MG, v. 7, n.1, p. 43-82, 1997.

agricultura”, atrelada ao urbano tanto pela necessidade da compra de insumos agrícolas e venda dos produtos cultivados, quanto pelo que chama de “[...] transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”¹⁸². O crescimento do número de pessoas ocupadas com atividades não agrícolas seria uma decorrência da ampliação da oferta de empregos próprios dos setores urbanos nas áreas rurais, especialmente naquelas localizadas próximas a grandes centros urbanos, emergindo daí a ideia de uma continuidade (*continuum*).

Essa ideia de um “novo rural” como proposta de ruptura com a noção de rural associada a práticas agrícolas é vista como problemática por autores como Stropasolas¹⁸³. Isso pelo fato de que as atividades não associadas à agricultura costumam ser mais valorizadas, de modo que o “novo rural” enquanto espacialidade é somente acionado quando se pretende demonstrar as “novas” atividades que estão sendo desenvolvidas no campo.

Partindo do entendimento de que essa passagem do rural para o urbano não se dá por meio de uma ruptura, considerando a superação da perspectiva antagônica e vislumbrando uma aproximação e uma maior interação entre o rural e o urbano como espaços sociais, Graziano da Silva, na esteira do “novo rural”, pensa num *continuum* existente entre os espaços rurais e urbanos, o qual pode ser compreendido de modo mais claro pela seguinte citação:

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária¹⁸⁴.

De acordo com Maria de Nazareth Baudel Wanderley¹⁸⁵, há duas vertentes que orientam o uso do conceito de *continuum*: “a primeira seria centrada no urbano, sendo este, fonte de progresso, enquanto o polo rural seria expressão do atraso, estando fadado à redução pela expansão do urbano”. Entretanto, vários autores, entre os quais Stropasolas¹⁸⁶, avaliam essa interpretação como uma “visão urbano centrada”, na medida em que essa aproximação, na

¹⁸² GRAZIANO DA SILVA, Jose Francisco. Op. cit. P.43.

¹⁸³ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.67.

¹⁸⁴ GRAZIANO DA SILVA, Jose Francisco. Op. cit. P.43.

¹⁸⁵ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Norma Giarracca. (Org.). **Una nueva ruralidade em America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.P. 32.

¹⁸⁶ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.68.

maioria das vezes, é posta como benéfica aos espaços rurais pela possibilidade de apropriação de bens e serviços que traduzem o “progresso” das cidades e os valores da vida urbana, enquanto o rural continua sendo tomado como um local atrasado a ser preenchido por redes de eletrificação, de comunicação e transportes, além de outras facilidades da vida urbana.

Wanderley¹⁸⁷ afirma que, juntamente com outras teorias que vêm indicando uma urbanização do campo, o *continuum* conduziria a uma homogeneização tanto espacial quanto social do rural e do urbano, um movimento que, para Stropasolas¹⁸⁸, “[...] se traduziria por uma crescente perda de nitidez das especificidades das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana”. Já com relação à segunda vertente do *continuum*, prevalece o entendimento de que mesmo com as aproximações e interações que marcam a relação entre o campo e a cidade, suas particularidades são mantidas, de modo que as práticas urbanas não anulam a espacialidade rural¹⁸⁹.

Carneiro¹⁹⁰ sustenta que a noção de *continuum* foi “[...] resgatada na tentativa de enquadrar as situações empiricamente observadas que fogem às especificidades dos espaços estritamente rurais e urbanos”, e que não se trata de uma dicotomia ou complementaridade entre um e outro ou da noção de rural como um espaço que é descaracterizado em função das pressões urbanas, mas do entendimento de que o *continuum* representa uma realidade que carrega especificidades de ambos os polos. O que se percebe é que, do ponto de vista da dicotomia ou da complementaridade, o *continuum* é um conceito que até pode ser em parte considerado em alguns contextos urbano-rurais no Brasil, especialmente quando se tratam de centros urbanos maiores, porém não se aplica a qualquer realidade, por exemplo, em situações em que os processos de urbanização ou a pressão urbana que atinge reordenações territoriais não necessariamente são sentidas com a mesma intensidade em municípios menores.

O geógrafo Eduardo Paulon Girardi, em sua tese de doutorado¹⁹¹, ao discutir as abordagens teóricas sobre o rural e o urbano, também se mostra contrário a perspectiva dos autores que vislumbraram o fim do rural [...] a partir do entendimento de que a mecanização,

¹⁸⁷ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Op. cit. P.32.

¹⁸⁸ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.68.

¹⁸⁹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Op. cit. P.33.

¹⁹⁰ CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.40.

¹⁹¹ GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. P. 182.

implantação de equipamentos, serviços, tecnologias e infraestrutura social “urbanizam” o campo por serem exclusivos das cidades”. Para o autor, a inserção desses elementos nos espaços rurais não configura uma urbanização do rural, mas a atribuição de novas características a um espaço em transformação.

Não temos um rural que se urbaniza, mas sim um rural que se transforma, seja pela melhoria da qualidade de vida da sua população (com trabalho menos penoso, acesso a serviços básicos etc.), seja pela imposição de ritmos produtivos mais acelerados para atender a demanda crescente da população cada vez mais urbanizada¹⁹².

Sobre essas ideias, que se referem ao rural como um espaço que nasceu de novo ou que voltou à vida, pode-se perceber que elas surgem no momento em que há um retorno ao campo, vislumbrado como um espaço de residência, de trabalho e que comporta diferentes práticas e representações distintas de outros momentos, quando o fim do rural chegou a ser anunciado por alguns autores diante do recuo da agricultura familiar e do crescimento dos números da migração para as cidades. Para Stropasolas¹⁹³, a perda de vitalidade do rural está ligada aos “esvaziamentos demográficos” que outrora promoveram rupturas nas relações e organização coletiva das comunidades rurais.

Segundo Stropasolas¹⁹⁴, quando ocorre esse “esvaziamento demográfico”, os vínculos são perdidos em decorrência da substituição das unidades familiares por outras formas de produção que não implicam na fixação de residência no espaço rural, gerando o que o autor chama de “espaços socialmente vazios”. Ainda que reconheça outras dinâmicas de uso dos espaços rurais, pode-se perceber uma visão positiva do autor em relação à agricultura familiar e demais atividades ligadas à ruralidade, as quais considera relevantes para a manutenção dos vínculos sociais e para o desenvolvimento rural. Para Veiga, em seu estudo “A atualidade de contradição urbano-rural”¹⁹⁵, o desafio na definição do rural atualmente encontra-se na própria problemática de definição de agricultura, considerando que ela também se apresenta em diferentes formatos que suscita classificações e enquadramentos.

Ao discutir os efeitos do estreitamento das relações entre o “universo cultural” das pessoas que se deslocam da cidade para o campo e o da população local, e partindo da

¹⁹² GIRARDI, Eduardo Paulon. Op. cit. P.182.

¹⁹³ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.60.

¹⁹⁴ Id. Ibid. P.36.

¹⁹⁵ VEIGA, José Eli da. A atualidade de contradição urbano-rural. In: **Análise Territorial da Bahia Rural**. SEI, Série Estudos e Pesquisas, nº. 71, 2004b. P. 2.

interrogação sobre quais seriam “os instrumentos conceptuais mais adaptados à abordagem das dinâmicas sociais desses espaços tidos até então como “rurais””, Carneiro¹⁹⁶ traz uma contribuição relevante para pensar o rural, o campo, além de oposições e continuidades entre o urbano ou a cidade. Em sua análise, a autora¹⁹⁷ questiona as apropriações e os usos de conceitos ou categorias forjadas em contextos históricos específicos para referir-se ao rural e ao urbano, bem como a pertinência desses termos na qualificação de espaços e lugares contemporâneos, tendo em vista as novas dinâmicas presentes nos espaços rurais e no debate sobre as novas ruralidades.

Stropasolas¹⁹⁸ propõe que se pense em uma “nova ruralidade” como um conceito que “[...] busca resgatar e colocar em relevo a importância que adquirem o espaço rural, as atividades agrícolas e as populações aí residentes, buscando valorizá-los nas políticas de desenvolvimento”. Essa proposição de uma nova ruralidade, para Carneiro¹⁹⁹, é resultante da multiplicidade de visões acerca do rural, de conflitos e de ambiguidades que imprimiram uma nova dinâmica ao rural, introduzindo “novas dimensões às noções de “localidade” e de “comunidade””, considerando que a autora entende não como um “espaço reificado”, mas como uma construção social operada por atores sociais que adotam o mesmo território como referência de trabalho, residência ou lazer.

Segundo Stropasolas²⁰⁰, “as interações ecológicas e as peculiaridades que caracterizam o rural tornam este espaço uma questão de apropriação e de gestão [...]”, decorrente tanto das estratégias de desenvolvimento agrícolas como de outras atividades e setores da economia. Um panorama que, segundo o autor²⁰¹, postula “[...] a necessidade de uma nova abordagem que consiga recompor o objeto e repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação”, substituindo o “enfoque clássico” por abordagens que permitam visualizar a singularidade do espaço rural na emergência de uma “nova ruralidade”.

Conforme o entendimento de Carneiro²⁰², o debate sobre as novas ruralidades no Brasil se desenrola sobre duas perspectivas. Uma no sentido de refletir sobre as novas dinâmicas e questionar os limites das categorias fundadas sobre uma abordagem dualista, buscando também

¹⁹⁶ CARNEIRO, Maria José, 2002. Op. cit. P.223.

¹⁹⁷ Id. Ibid. P.224.

¹⁹⁸ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.67.

¹⁹⁹ CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.38.

²⁰⁰ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.70.

²⁰¹ Id. Ibid. P.70.

²⁰² CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.38.

interpretar o lugar de algumas práticas culturais na atualidade, seja com relação à construção de identidades ou da produção de outros sentidos sobre o rural. E a outra abordagem voltada ao desafio de oferecer “[...] um esclarecimento do sentido do rural nesses novos contextos, buscando indicar as características empíricas que marcariam a sua especificidade, presentes quer no contexto da nova ruralidade, quer em situações não submetidas às novas dinâmicas”²⁰³. Considerando essas duas perspectivas trazidas pela autora, que parecem dar conta do cenário de discussões sobre a ruralidade que está posto, cabe destacar que o presente estudo se aproxima dessa primeira categoria, uma vez que se propõe à análise dos conceitos produzidos sobre o rural e também a uma discussão de práticas culturais relacionadas ao patrimônio. E não se aproxima dessa segunda perspectiva, a qual, ao buscar situar características empíricas que seriam próprias do rural na atualidade, acaba por assumir a existência de uma configuração primeira do rural.

Para Carneiro²⁰⁴, novas necessidades e novos desafios fizeram com que o espaço rural fosse complexificado, de modo que “a organização social e econômica de unidades familiares especializadas na agricultura dá lugar a organizações pluriativas baseadas na inserção plural dos indivíduos no mercado de trabalho”, uma relação que extrapola as fronteiras físicas entre o rural-urbano, na medida em que os postos de trabalho no comércio e na indústria tornam-se tão acessíveis quanto os oferecidos nos espaços agriculturáveis que preenchem a paisagem rural. Uma situação que contribui para que as práticas agrícolas sejam reduzidas aos contextos de produção familiar.

O direcionamento dos indivíduos para outros setores tem como fator determinante a baixa remuneração nos empregos oferecidos nas atividades agrícolas, entretanto, eles não são os únicos responsáveis pelo “desestímulo à atividade agrícola”. Carneiro²⁰⁵ afirma que sobre essa situação incidem outros fatores, sem uma relação direta com a produção agrícola, tal como a “pressão exercida pelos organismos oficiais de proteção ambiental”, fortalecida por turistas e grupos neo-rurais, que adotam uma postura com relação à proteção ambiental baseada em uma visão de natureza própria do contexto brasileiro.

Segundo Carneiro²⁰⁶, “[...] a valorização da natureza pelas camadas urbanas é sustentada pela imagem da natureza intocada expressa pela categoria *mata* – território dominado pela

²⁰³ CARNEIRO, Maria José. 2012. Op. cit. P.39.

²⁰⁴ CARNEIRO, Maria José. 2002. Op. cit. P.226.

²⁰⁵ Id. Ibid. P.227.

²⁰⁶ Id. Ibid.

vegetação que cresce espontaneamente, e pela ausência de qualquer ação “civilizadora”, uma idealização do campo que, segundo a autora, teria iniciado no Brasil na década de 1970 com o movimento “hippie”, e ganhado legitimidade e amplitude por meio do discurso ecologista dos anos 1990, revelando outras faces do rural.

Essa visão da natureza como um lugar a permanecer intocado e do agricultor brasileiro como principal responsável pela sua proteção acaba por descortinar algumas tensões relacionadas à estrutura fundiária brasileira, na qual por um lado se tem o predomínio do modelo latifundiário e agroexportador que valoriza a agricultura e a pecuária em larga escala enquanto atividades produtivas e geradoras de divisas, e por outro, as pequenas propriedades voltadas ao cultivo de subsistência e que fazem uso de técnicas como a queimada da *capoeira* no preparo do solo para o plantio²⁰⁷. O problema emergente diz respeito às políticas de controle ambiental que, por vezes, acabam restringindo as práticas agrícolas dos pequenos agricultores, embora a agricultura e a pecuária extensiva, sejam responsáveis pelo desmatamento de grandes áreas no território nacional.

A preservação da mata (a natureza) supõe, nessas condições, o fim da atividade agrícola, não sendo difícil de imaginar os conflitos decorrentes da disputa por interesses e visões de mundo tão divergentes. As alternativas à ação repressora, se existentes, ainda não são percebíveis, de maneira que ao agricultor só resta a saída para outra atividade, a migração, ou o enfrentamento com órgãos protecionistas²⁰⁸.

Como uma alternativa para responder a esses desafios surgiu a noção de “multifuncionalidade da agricultura”, um esforço de articulação entre a agricultura e demais atividades e setores econômicos, visando projetos de desenvolvimento local. Uma perspectiva que Carneiro²⁰⁹ questiona pelo fato da classificação das atividades praticadas nos espaços rurais tomar por base sua função econômica, de produção, de modo que algumas categorias sociais que cumprem papéis importantes são excluídas das políticas públicas por serem pouco relevantes em termos estatísticos.

Esta discussão sobre a multifuncionalidade, especialmente em relação aos setores econômicos que são geradores de emprego, aproxima-se do tema da “pluriatividade” que, para Girardi²¹⁰, trata-se de um fenômeno que pode ser caracterizado pelo desenvolvimento de

²⁰⁷ CARNEIRO, Maria José. 2002. Op. cit. P.227.

²⁰⁸ Id. Ibid.

²⁰⁹ CARNEIRO, Maria José, 2002. Op. cit. P.234.

²¹⁰ GIRARDI, Eduardo Paulon. Op. cit. P.181.

atividades diversas pelos “agricultores” – e não necessariamente agrícolas –, uma visão que em outro momento foi apropriada por autores que defendiam a ideia de “urbanização do campo”²¹¹. Tanto a multifuncionalidade quanto a pluriatividade são noções que decorrem de reflexões políticas sobre a atuação do poder público no meio rural, e o que as diferencia de outras ideias sobre o rural, exploradas anteriormente neste trabalho, é o fato de que “são termos que não qualificam um processo ou um fenômeno específico, mas, pelo contrário, englobam fenômenos sociais e econômicos distintos”²¹².

As reflexões em torno da multifuncionalidade e da pluriatividade possibilitam um olhar sobre a ruralidade como um processo mais dinâmico, permitindo pensar em outras formas de interações entre os grupos sociais inseridos no meio rural. O que Carneiro²¹³ sugere, diante da complexidade das realidades projetadas pelos processos de identificação social na contemporaneidade, é uma “reorientação do olhar”, de modo que, ao invés de pensar em um único vínculo de pertencimento ao sistema cultural, dado pela organização da família camponesa em torno de práticas específicas, pense-se nos agentes sociais desse processo e nos significados que atribuem a essas práticas sociais.

Diante do entendimento que os grupos sociais rurais não podem ser classificados e qualificados a partir de determinada atividade, Carneiro²¹⁴ questiona a validade de se pensar em uma multifuncionalidade ou em uma pluriatividade da agricultura, na medida em que essas ideias permanecem ancoradas nas práticas agrícolas. Também considerando o campo e a atividade agropecuária como parâmetros limitados para um entendimento do rural, mas trabalhando sob uma outra perspectiva, a da revalorização do rural, Veiga²¹⁵ afirma que “não é preciso, pois, muitas palavras para concluir que o peso relativo da agropecuária (ou do “campo”) não pode ser o critério da diferença territorial entre espaço urbano e espaço rural”.

Perante essa questão, Carneiro²¹⁶, sugerindo que o foco deve ser voltado para os atores sociais e o modo como eles se inserem no território, afirma que o mais adequado seria pensar uma “multifuncionalidade do território”, um conceito que abarcaria “[...] as diferentes categorias sociais que são engendradas pelas novas dinâmicas econômicas e sociais das ruralidades contemporâneas”. Ao tomar o território como uma espacialidade, sobre a qual os

²¹¹ GRAZIANO DA SILVA, Jose Francisco. Op. cit.

²¹² CARNEIRO, Maria José, 2002. Op. cit. P.234.

²¹³ Id. Ibid. P.236.

²¹⁴ Id. 2012. P.39.

²¹⁵ VEIGA, José Eli da. 2004b. Op. cit. P.5.

²¹⁶ CARNEIRO, Maria José. 2002. Op. cit. P.237.

grupos locais ancoram identidades e demarcam o seu pertencimento à localidade, as categorias “rural” e “urbano” passam a designar não mais espaços, mas representações sociais em um processo pelo qual se pode reconhecer expressões tidas como rurais que se manifestam em espaços considerados urbanos, podendo o rural ser visto tanto como expressão da tradição, do autêntico, do atraso, do simples, como também ser tomado como símbolo de uma modernização em processo nas cidades²¹⁷.

Algumas práticas que vêm sendo identificadas no Brasil por autores de diferentes áreas são as apropriações de elementos culturais e da memória de determinados grupos rurais com o objetivo de promover a atividade turística, a qual será ainda objeto de discussão no terceiro capítulo deste trabalho, mas que merece aqui mais algumas considerações sobre a noção de território na construção da ideia de rural como uma espacialidade. O território, quando associado a uma prática como o turismo, refere-se não apenas a um espaço geograficamente delimitado, mas também a uma representação do rural com base nas práticas culturais locais. E se por um lado o reconhecimento do território como um sentido sobre o espaço autoriza toda uma gama de interpretações sobre ele, por outro, a noção de localidade também não permanece estática, pois conforme Carneiro²¹⁸,

[...] a noção de localidade implica também o reconhecimento de uma pluralidade de fronteiras que se entrecortam, formando núcleos de sociabilidades distintos, muitas vezes sem comunicação entre eles apesar de seus atores compartilharem o mesmo espaço físico. É necessário, portanto, levar em conta a mobilidade física quando falamos em pertencimento a um determinado território para se investigar em que medida as representações sociais sobre o rural (ou uma dada localidade) interferem na prática social dos atores e no próprio processo de elaboração de suas identidades.

Esse entendimento do território e da localidade se desdobra do histórico de relações estabelecidas entre o campo e a cidade, no qual as melhorias no sistemas de comunicação e transportes, entre outros aspectos que incidiam sobre o trabalho, o lazer, e demais sociabilidades identificadas no campo, conforme destacados anteriormente, passaram a ser margeados por diferentes interpretações, incluindo o reconhecimento por parte de alguns autores de que há diferentes modos pelos quais as pessoas atribuem o seu pertencimento ao local. E isso pode ser entendido como um avanço no debate, o qual é importante conhecer considerando sua relevância inclusive para a formulação de políticas públicas sobre o meio rural.

²¹⁷ CARNEIRO, Maria José. 2012. Op. cit. P.41.

²¹⁸ Id. Ibid. P.42.

Tendo em vista o propósito deste trabalho, ganha relevância aqui a proposição do rural como um território multifuncional que não mais se limita ao campo ou a determinadas atividades, mas como um conceito que permite pensar práticas que são manifestadas tanto no campo como na cidade, considerando a flexibilidade das fronteiras na atualidade. É por essa perspectiva que seguirá a parte final deste capítulo, na qual serão exploradas as novas espacialidades rurais a partir da interpretação dos conceitos de “espaço” e “lugar” pelo historiador Michel de Certeau e a valorização de elementos e expressões culturais associadas ao campo como fenômenos que apontam para uma patrimonialização do rural.

2.2 Novas espacialidades rurais

A espacialidade, entendida aqui como as práticas e representações de lugares por meio de operações de demarcação e deslocamentos de fronteiras, foi possibilitada pela mudança de foco sobre o rural, da ênfase no lugar físico para as ações dos indivíduos que o praticam. Sobre essa perspectiva é que se moverá a parte final deste capítulo, explorando a formação de algumas espacialidades rurais, porém, não em áreas oficialmente rurais determinadas por zoneamentos municipais, mas nos espaços urbanos. O objetivo será o de perceber o rural nas cidades contemporâneas. Nessa questão, a produção de alimentos e outras expressões marcadas pela ambiência rural serão intencionalmente exploradas por se tratarem de práticas e representações que outrora eram meios de associação do rural ao campo, e de sua distinção em relação ao urbano.

No que tange à produção de alimentos, ainda que se considere que a agricultura produzida sob a estrutura latifundiária seja responsável por um importante percentual do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro²¹⁹ e que esses números representam uma fonte de tributos para o governo, os quais incidem sobre a comercialização de sementes, fertilizantes, adubos, maquinários e outros produtos que vão desde a etapa do plantio até a comercialização dos grãos, é preciso considerar que atualmente não são as grandes propriedades as principais

²¹⁹ De acordo com Menten, o agronegócio brasileiro foi responsável, em 2013, por 23% do PIB nacional. MENTEN, José Otávio. Retrospectiva 2013 e o Agro. Piracicaba: Casa do produtor rural, 2014. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/cprural/artigos.php?col_id=69> Acesso em: 29 abr. 2014.

responsáveis pela produção de alimentos no país, pois a agricultura em larga escala é dominada pela produção de *commodities*²²⁰.

Na agricultura, *commodities* consistem em produtos geralmente extraídos da terra, a exemplo do milho, da soja, do trigo e da cana de açúcar, sobre os quais os produtores não têm controle total sobre o preço. Geralmente negociados em bolsas de valores e que têm seu preço definido pelas condições do mercado, sofrem as oscilações deste. Algumas organizações, como o Greenpeace, tendo em vista que essa produção agrícola é voltada ao mercado e não à produção de alimentos, investem na diferenciação da *commodity production* em relação à *food production*²²¹.

Considerando alguns fatores que impactam sobre a produção, comercialização e destinação final desses produtos, que são cultivados em grandes áreas e têm preços fixados internacionalmente, a produção de *commodities* representa um problema de ordem econômica, social e ambiental. De modo mais claro, pode-se entender melhor o problema posto pela *commodity production* em relação à *food production* tomando como exemplo alguns desses produtos, como a soja e o milho, que são utilizados como insumos para as indústrias de carnes e na produção de biocombustíveis. De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em seu site²²², a soja ocupa 49% da área plantada em grãos no Brasil, sendo que do resultante dessa produção, 30,7 milhões de toneladas são transformadas por ano em óleo comestível – produzindo 5,8 milhões de toneladas de óleo –, e 23,5 milhões de toneladas são transformadas pela indústria de rações em farelo protéico²²³, que são destinados especialmente para a produção de carnes.

²²⁰ Conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil, *commodities* são “produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos ‘in natura’, cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias”. Cf. EXPORTAÇÕES de *commodities*. Brasília: MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

²²¹ Cf. GREENPEACE. **Agriculture at a Crossroads: Food for Survival**. Amsterdan: Greenpeace International, 2009. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/france/PageFiles/266577/iaastd-rapport-en-anglais.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2015.

²²² MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Soja. Brasília: Mapa. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>> Acesso em: 27 abr. 2014.

²²³ MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Soja. Brasília: Mapa. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>> Acesso em: 27 abr. 2014.

Com relação ao cultivo do milho, no qual o Brasil é o terceiro maior produtor mundial, o Mapa, por meio de seu site²²⁴, afirma que “a primeira ideia é o cultivo do grão para atender ao consumo na mesa dos brasileiros, mas essa é a parte menor da produção. O principal destino da safra são as indústrias de rações para animais.” Além do mais, parte da produção tanto do milho quanto da soja é destinada à fabricação de biocombustíveis, considerados menos poluentes. Contudo, o que poderia ser uma solução para os problemas de energia – a substituição dos combustíveis fósseis e a redução da emissão de gases poluentes (no caso da soja, o biodiesel reduz em até 78% a emissão desses gases na atmosfera) –, acaba implicando em uma produção maior de grãos e, conseqüentemente, da área plantada. Exemplo disso é um panorama divulgado pela Assessoria de Gestão Estratégica do Mapa sobre a produção de milho nos próximos anos, que “indica aumento de 19,11 milhões de toneladas entre a safra de 2008/2009 e 2019/2020. Em 2019/2020, a produção deverá ficar em 70,12 milhões de toneladas e o consumo em 56,20 milhões de toneladas”²²⁵, ou seja, uma produção do cereal superior a demanda interna e que, conforme essa projeção, produzirá um grande excedente, que possivelmente será destinado à exportação.

Um dos números mais expressivos sobre a produção de grãos do país foi anunciado em janeiro de 2014 pela Presidente da República, Dilma Roussef, durante seu pronunciamento no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. A Presidente destacou que “a produção de grãos aumentou 221% em duas décadas, com alta de apenas 41% na área plantada”²²⁶ – um aumento de 180% na produtividade. O que todos esses indicadores de crescimento da produção e do aumento da produtividade revelam é um cenário positivo para a produção de *commodities*, um tipo de produção agrícola sustentado por bases latifundiárias, mas que pouco contribui para a produção de alimentos na medida em que é voltado às grandes indústrias (de processamento de óleo de soja, de rações animais etc.).

De outro modo, a chamada “pequena agricultura” (considerando as dimensões das áreas em que costumam ser produzidas) é que tem sido a responsável pela produção de alimentos, sobretudo com relação à produção de hortifrutigranjeiros destinados ao abastecimento do

²²⁴ MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Milho. Brasília: Mapa. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/milho>> Acesso em: 27 abr. 2014.

²²⁵ MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2014a. Op. cit.

²²⁶ PORTAL BRASIL. Produção de grãos no Brasil cresce 221% em duas décadas. Brasília: Portal Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/02/producao-de-graos-no-brasil-cresce-221-em-duas-decadas>> Acesso em: 27 abr. 2014.

mercado interno. De acordo com o estudo feito por Lisiane Dörr Rocha²²⁷, os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006 indicaram a agricultura familiar como responsável pela produção de 70% dos alimentos²²⁸ que são consumidos pelos brasileiros, por 77% dos empregos no setor agrícola e 10% do PIB nacional.

Esses números ajudam a traduzir o cenário da agricultura do país, o qual remonta a outras questões discutidas ainda no início deste capítulo, quando foi abordada a constituição de uma estrutura fundiária no Brasil, as migrações internas (tanto em busca de novas áreas produtivas como em direção aos centros urbanos), entre outros fatores que não serão aqui retomados. Cabe ressaltar algumas mudanças em processo no meio rural, as quais incidem sobre as práticas agrícolas e a configuração das propriedades, um exemplo disso tem-se no aumento de produtividade nas lavouras²²⁹ das grandes propriedades, o que contribui para um maior aproveitamento das áreas produtivas, tanto em função do desenvolvimento tecnológico que envolve a produção de sementes, adubos e o desenvolvimento das técnicas de produção, quanto da necessidade de adequar-se à legislação ambiental, e em função da pressão exercida por movimentos sociais em suas lutas por reforma agrária.

Já com relação à agricultura familiar, principal responsável pela produção de alimentos, as transformações também dizem respeito ao aproveitamento do potencial das pequenas propriedades, onde podem ser destacados alguns subsídios concedidos pelo Governo Federal por meio de iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual “[...] financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária”²³⁰, através da concessão de linhas de crédito (como o Programa Mais Alimentos²³¹) para o custeio da safra, investimentos em máquinas e na infraestrutura destinada para a produção. Esse apoio governamental à agricultura familiar, além de assegurar a produção de

²²⁷ ROCHA, Lisiane Dörr. A diversidade na produção de alimentos da agricultura familiar no interior do município de Três Passos. Trabalho de Conclusão (Tecnólogo em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2013. P. 19.

²²⁸ De acordo com Rocha, os principais alimentos produzidos pela agricultura familiar no Brasil são mandioca (87%), feijão (70%), milho (46%), arroz (34%), leite (59%), carne suína (59%) e aves (50%). ROCHA, 2013, p.19.

²²⁹ Nas duas últimas décadas ocorreu um crescimento de 180% na produtividade das lavouras. A esse respeito ver: PORTAL BRASIL. Op. cit.

²³⁰ PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em: 26 abr. 2014.

²³¹ MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mais Alimentos. Brasília: MDA. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/maisalimentos>> Acesso em: 27 abr. 2014.

alimentos, busca qualificar a produção e oferece condições para a manutenção deste sistema produtivo no campo.

No entanto, outros exemplos que alimentam o debate sobre a agricultura podem ser observados por meio de modelos inovadores de produção de alimentos que vêm sendo implantados sobretudo em regiões metropolitanas, tendo como objetivo central o cultivo sustentável de alimentos em áreas não ocupadas. A crescente demanda por alimentos em países emergentes como o Brasil²³² faz com que a “fronteira agrícola” do país seja continuamente ampliada, porém, não sobre as regiões amazônicas ou sobre o cerrado brasileiro no sentido que o uso histórico da noção “fronteira agrícola” aciona, com todo o impacto ambiental e social que o agronegócio gera, mas pela produção de alimentos hortifrutigranjeiros em pequenas áreas no campo e nas cidades, uma prática desenvolvida tanto por moradores rurais quanto por urbanos, por famílias, além de empresas, instituições, organizações governamentais e não governamentais.

Em contextos urbanos, algumas dessas iniciativas são conhecidas por se tratarem de propostas que buscam associar a produção de alimentos a projetos de desenvolvimento local, os quais costumam ser implantados em regiões com problemas sociais latentes, como aqueles relacionados à destinação do lixo e à oferta de alimentos – daí a implantação de programas como a “Agricultura Urbana” e a “Agricultura Periurbana”, práticas desenvolvidas dentro de perímetros urbanos ou nas áreas de transição para o meio rural²³³. Cabe destacar que as práticas agrícolas no meio urbano não são algo recente. No entanto, o que se discute aqui é em que medida os projetos que propõem a criação de áreas de cultivo no meio urbano com objetivos diversos permitem pensar em um rural para além das fronteiras legalmente delimitadas como rurais, considerando que historicamente a agricultura esteve associada ao meio rural.

No Brasil, a Agricultura Urbana integra a agenda do Programa Fome Zero²³⁴, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Através desse programa, são incentivadas ações comunitárias em parcerias com as prefeituras municipais para a

²³² FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. FAO discute demanda mundial por alimentos. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/FAOddma.asp>> Acesso em: 04 mai. 2013.

²³³ As práticas agrícolas no meio urbano não são algo recente, pois as áreas de cultivo sempre estiveram presentes nas cidades, porém, o que se discute aqui é em que medida os projetos que propõem a criação de áreas de cultivo no meio urbano com objetivos diversos permitem pensar em um rural para além das fronteiras legalmente delimitadas como rurais, considerando que historicamente a agricultura esteve associada ao meio rural.

²³⁴ Uma estratégia do Governo Federal a fim de assegurar a alimentação adequada a pessoas com dificuldade no acesso aos alimentos, organizada por meio do desenvolvimento de ações decorrentes da articulação entre programas e políticas públicas federais, estaduais e municipais.

implantação, conforme informações disponibilizadas no site do MDS²³⁵, de “[...] hortas, lavouras, viveiros, pomares, canteiros de ervas medicinais, criação de pequenos animais, unidades de processamento e beneficiamento, feiras e mercados públicos populares.” Os produtos resultantes dessas ações são destinados primeiramente para o consumo da comunidade, e o excedente é comercializado em restaurantes e nos mercados locais. O público-alvo prioritário das ações do programa são as populações “[...] em vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional identificada no Cadastro único dos Programas Sociais do Governo Federal, e que residem nas regiões metropolitanas [...]”²³⁶.

Outro exemplo é o da Organização Cidades Sem Fome (CSF), uma organização não governamental (ONG) criada no ano de 2004 por Hans Dieter Temp²³⁷, que desenvolve projetos de agricultura com base na produção orgânica de alimentos, objetivando a autossuficiência das pessoas que são beneficiadas pelos projetos²³⁸. Entre as iniciativas desenvolvidas pela CSF estão hortas comunitárias, hortas escolares e estufas agrícolas que são implantadas em áreas públicas e particulares sem um uso específico, e que assim como os projetos de Agricultura Urbana do Programa Fome Zero, buscam oportunizar a criação de postos de trabalho para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e também para a melhoria da qualidade da alimentação da população²³⁹.

Uma das criações da ONG Cidades Sem Fome é o “Projeto Hortas Comunitárias”, conhecido por ações desenvolvidas na Zona Leste de São Paulo, onde foram criadas 21 hortas comunitárias em que 115 pessoas trabalham como agricultores urbanos, assegurando uma renda familiar que beneficia aproximadamente 650 pessoas²⁴⁰. Já no município de Agudo, na região central do estado do Rio Grande do Sul, foi implantado o “Projeto Pequenos Agricultores Familiares”, uma adaptação do projeto desenvolvido na área urbana de São Paulo para a área rural desse município, onde está sendo incentivada entre agricultores a diversidade de cultivos

²³⁵ MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Agricultura Urbana. Brasília: MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/regiao-metropolitana/gestor/agricultura-urbana>> Acesso em: 31 jan. 2014.

²³⁶ MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Agricultura Urbana. Brasília: MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/agricultura-urbana>> Acesso em: 31 jan. 2014.

²³⁷ Hans Dieter Temp é formado em Administração de Empresas e Técnico em Agropecuária e Políticas Ambientais. Em 2013 Hans Dieter Temp recebeu o título de Empreendedor Social “Changemaker” pela Ashoka.

²³⁸ CSF – Organização Cidades Sem Fome. Cidades Sem Fome. São Paulo: CSF. Disponível em: <<http://cidadessemfome.org/pt-br/>> Acesso em: 3 fev. 2014.

²³⁹ Id. Ibid.

²⁴⁰ Id. Ibid.

como forma de solucionar problemas decorrentes da monocultura do tabaco, que ocupa boa parte das lavouras do local desde a década de 1980²⁴¹.

O exemplo de um projeto implantado na zona periférica de uma megalópole como São Paulo, em que as áreas verdes são reduzidas em comparação com cidades menores, permite observar essa como uma solução possível para a produção de alimentos, considerando o fato de que a produção de alimentos é um problema social que não necessariamente está ligado à disponibilidade de terras, o que pode ser percebido ao se tomar como exemplo o município de Agudo, onde o que ocorreu foi a substituição gradativa das áreas produtivas pelo cultivo do tabaco, refletindo sobre a produção de alimentos. Assim como aconteceu com o tabaco em Agudo, há também em outras regiões brasileiras casos semelhantes envolvendo a monocultura da cana-de-açúcar para a produção de combustíveis e a substituição das lavouras pelo plantio de espécies como o pinus e o eucalipto, destinadas para indústrias moveleiras e de celulose²⁴².

Outros exemplos poderiam aqui ser citados, como a “Revolução dos Baldinhos”, um Programa de Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana, coordenado pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), em Florianópolis/SC²⁴³, que se trata de um modelo de produção de alimentos que utiliza processos de compostagem como solução para aproveitamento de resíduos orgânicos. Nesse sentido, as hortas produzidas por meio dessas iniciativas também desempenham uma função social na medida em que são atravessadas por preocupações sustentáveis e que envolvem jovens e adultos nos bairros onde são implantadas, tanto pela fonte de renda possibilitada por essas atividades quanto voluntariamente. Alguns números de 2013 sobre a Revolução dos Baldinhos apontam para o envolvimento de cerca de 200 famílias na reciclagem de aproximadamente 15 toneladas de resíduos orgânicos mensais e a manutenção de hortas em 30 quintais e nove escolas²⁴⁴.

Essas iniciativas poderiam ser consideradas dentro de uma perspectiva de complementaridade que desde o período colonial esteve presente entre as grandes e pequenas

²⁴¹ CSF – Organização Cidades Sem Fome. Cidades Sem Fome. São Paulo: CSF. Disponível em: <<http://cidadessenfome.org/pt-br/>> Acesso em: 3 fev. 2014.

²⁴² BARBOSA, Luciana Mendes. Agroenergia, biodiversidade, segurança alimentar e direitos humanos. In: **Conjuntura Internacional**, ano 4, nº 33. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. p. 1-7. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CBO_ARQ_BOLET20070925212324.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

²⁴³ FBB – Fundação Banco do Brasil. Agricultura Urbana e a Revolução dos Baldinhos. Brasília: FBB. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/agricultura-urbana-e-a-revolucao-dos-baldinhos.htm>> Acesso em: 3 fev. 2014.

²⁴⁴ CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Oficina da Rede Mobilizadores revela interesse sobre o tema Agricultura Urbana. Florianópolis: Cepagro. Disponível em: <<http://cepagroagroecologia.wordpress.com/tag/revolucao-dos-baldinhos/>> Acesso em: 20 jul. 2014.

propriedades, ou entre a grande e a pequena produção, primeiro com a cana de açúcar e depois com a cafeicultura, pois conforme observado anteriormente, muitas fazendas compravam os produtos agrícolas produzidos em áreas cultivadas por imigrantes que trabalhavam nos cafezais, porém, elas parecem estar muito mais ligadas a outro cenário.

A grande questão que se coloca em debate hoje para além das fronteiras nacionais é a da erradicação da fome no mundo, e daí vem a crítica às políticas voltadas para a produção de *commodities*, diante de números que apontam para as pequenas áreas como responsáveis pela produção de alimentos enquanto o latifúndio de *commodities*. Mesmo diante de safras recordes de grãos que são noticiadas anualmente, há uma demanda maior de alimentos no mundo que não é acompanhada pelo crescimento da oferta, e que associada a outros fatores, como a elevação do preço do petróleo, gera uma elevação dos preços dos alimentos, constituindo um dos fatores para o que a Organização das Nações Unidas (ONU) alerta como a possibilidade de uma crise alimentar mundial²⁴⁵. Essas iniciativas de agricultura nas cidades são também uma forma de responder a essas questões globais que estão em pauta.

Seja como estratégia para a produção de alimentos ou para a resolução de questões de outra ordem, como problemas sanitários desencadeados em função do acúmulo de resíduos orgânicos, ao inserir no espaço urbano uma prática historicamente associada ao mundo rural, esses movimentos podem ser relevantes para a construção de um pensamento crítico com relação à urbanização, de que o processo de urbanização não pode ser tomado sob a perspectiva de um desenvolvimento positivo das áreas rurais, pois as práticas agrícolas que identificam a ruralidade e são necessárias para a vida urbana não necessariamente precisam ficar restritas ao espaço rural. Além do mais, se a produção de alimentos é condição necessária para considerar uma área como rural, o que a agricultura faz é criar uma condição rural dentro da urbanidade, não uma área determinada legalmente como rural, mas um sentido de rural sobre um lugar urbano, acionado por uma prática oriunda do campo.

A fim de melhor compreender as chamadas novas espacialidades rurais ou os lugares que suscitam práticas rurais no urbano, cabe aqui fazer uma distinção entre o que pode ser entendido como “lugares” e “espaços”, visto que essas práticas são espacializantes, conforme o entendimento de autores anteriormente abordados²⁴⁶. Sobre essa questão, o historiador Michel

²⁴⁵ ONU – Nações Unidas no Brasil. A ONU e a alimentação. Rio de Janeiro: UNIC Rio. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-alimentacao/>> Acesso em: 22 jul. 2014.

²⁴⁶ CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.41.

de Certeau, em sua obra “A Invenção do Cotidiano: artes de fazer”²⁴⁷, apresenta um capítulo intitulado “Relatos de Espaço”, em que traz não uma definição de rural, mas uma perspectiva teórica sobre os “lugares” e os “espaços” que, como conceitos operatórios, permitem compreender melhor a mobilidade dos conceitos rural e urbano na contemporaneidade.

Para Certeau²⁴⁸, “um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. O lugar é a marca de um “próprio”, é a definição de uma posição que o estabiliza e o torna singular ao lado de outros elementos. A enunciação de um lugar é o impedimento necessário para outro elemento o ocupar, ele sempre é único, faz parte de uma configuração que está posta, “um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições”²⁴⁹, determinado por uma relação mais ou menos estável com outros elementos que compõem uma configuração.

De outro modo, Certeau²⁵⁰ entende que “espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”, o tempo, as velocidades e as direções são condicionantes para sua existência. Ainda conforme Certeau²⁵¹, “diversamente do lugar, [o espaço] não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um ‘próprio’”, uma vez que ele não é algo prescrito pela técnica ou jurisdição, mas o movimento das práticas dos lugares.

O espaço, nesse sentido, difere de algumas interpretações geográficas que o equivalem a extensões territoriais aprioristicamente determinadas que, no conjunto, formam uma espécie de palco das ações humanas²⁵² ou área circunscrita por determinações legais valendo-se de critérios variados. Baseando-se em Certeau, enquanto o rural, definido por leis ou pelo olhar técnico seria um lugar, no momento em que seus moradores ou visitantes vivem nele ou transitam por ele usando-o ou o percebendo de diferentes formas, ele se torna um espaço.

Assim, o que também entra em jogo na noção de rural são as práticas pelas quais os indivíduos podem significar sua a cartografia. Desse ponto de vista, como diz o sociólogo Rogério Proença Leite²⁵³ ao focar a teoria de Michel de Certeau para refletir sobre a dinâmica cultural na contemporaneidade, “as práticas [tanto] podem ajustar espaços a lugares, como

²⁴⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

²⁴⁸ Id. Ibid. P.201.

²⁴⁹ Id. Ibid.

²⁵⁰ Id. Ibid. P.202.

²⁵¹ Id. Ibid.

²⁵² A esse respeito ver: BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 22, 2007. Pp. 65 – 72. O autor apresenta uma reflexão epistemológica do conceito de espaço a partir das obras de geógrafos desde a segunda metade do século XIX.

²⁵³ LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, nº. 3, 2010.

subverter lugares. Há, entre essas categorias, passagens que permitem entender a dinâmica das fronteiras flexíveis que marcam a vida cotidiana”. Isto auxilia na compreensão sobre o modo que lugares urbanos são tomados por práticas associadas ao rural como a agricultura que, nessa concepção, representaria uma espacialização do rural.

Neste caso, o urbano como um lugar que foi pensado para ser cidade, na cotidianidade recebeu a introdução de elementos e de práticas associadas ao rural que criaram novas espacialidades sobre um lugar próprio. Isto se torna mais perceptível por meio da metáfora da leitura da cidade trazida pelo autor. Para Certeau²⁵⁴, “[...] a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito”. Assim, as leituras sobre a cidade e o campo podem ser as mais diversas, pois permitem diferentes interpretações e criações de novos espaços, diferente da escrita na imobilidade de seu lugar.

A inscrição no tecido urbano de uma área para ser um conjunto habitacional, uma área de lazer, ou até mesmo a margem de uma rodovia, do ponto de vista dos diferentes grupos sociais que praticam a cidade, podem suscitar leituras que tornam possíveis a criação de hortas ou lavouras, ações marcadas por apropriações rurais de um texto urbano sobre a cidade, considerando que as margens das rodovias fazem parte do tecido urbano, que trata-se de uma área pertencente ao poder público que está destinada à circulação ou instalação de mobiliários urbanos, como placas de sinalização, lixeiras e iluminação, porém, não são destinadas à criação de hortas. Esse movimento refere-se tanto a uma apropriação de um lugar público quanto pode ser entendido como uma ruralização desse tecido urbano.

As ações de demarcação consistem em um ato mais do que descritivo ou tão somente de fixação de sentidos, mas de fundação e articulação de espaços pela ampliação, sobreposição ou superação de limites urbanos ou rurais, pois conforme Certeau²⁵⁵, “[...] “toda descrição é mais que uma fixação”, é “um ato culturalmente criador””. Nesse sentido, os relatos sobre os espaços “autorizam” ou não essas novas espacialidades, considerando que se tratam de relações estabelecidas nas fronteiras e, para Certeau²⁵⁶, “[...] não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras”.

A agricultura consiste em uma espacialização que, tendo em vista o pensamento certauniano, não tem por função transformar partes da cidade em campo, pois estes são lugares próprios. O que a agricultura suscita nas cidades é “a prática dos lugares em movimento”, uma ação que se torna espacializante a partir do deslocamento das noções rural e urbano, que

²⁵⁴ CERTEAU, Michel de. Op. cit. P.202.

²⁵⁵ Id. Ibid. P.209.

²⁵⁶ Id. Ibid.

incidem sobre o próprio ordenamento territorial de médios e grandes municípios, os quais, através de seus planos diretores e outros instrumentos legais, passam a considerar as práticas do espaço na delimitação de outras áreas, além da rural e urbana, como as chamadas áreas de transição urbana, de transição rural, perirurbana, de preservação, com destinação diversa, entre outras qualificações que são empregadas no zoneamento dos municípios.

De acordo com Certeau²⁵⁷, as fronteiras que demarcam as espacialidades encontram sua oposição em outro conceito, nas “pontes”, que metaforicamente representam a possível ligação com sua exterioridade, com os elementos e as relações sociais possíveis de serem estabelecidas para além das fronteiras, deslocando-as. Segundo o autor²⁵⁸, a contradição entre as fronteiras e as pontes é que animam os relatos, e estes criam sobre os espaços novas fronteiras que funcionam como um “terceiro” e operam nas fronteiras entre uma e outra espacialidade regulando articulações e passagens.

Quando se aborda a relação entre as “fronteiras” e as “pontes”, o que se coloca em jogo são forças conflitantes mobilizadas por diferentes grupos sociais: os que de um lado estabelecem suas “estratégias” para a manutenção de uma configuração de lugar fundada a partir elementos protegidos por fronteiras; e outros que buscam subverter essas estratégias com a criação de “pontes” com a exterioridade, quer dizer, operando “táticas” cotidianamente com o objetivo de produzir outras espacialidades no lugar. Nessas disputas sobre os lugares, “a estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças [...]”²⁵⁹. De outro modo, as táticas autorizam a abertura de inúmeras pontes sobre as fronteiras, considerando que “a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...]”²⁶⁰.

Nesse sentido, a agricultura praticada tanto em hortas comunitárias nas regiões periféricas como nos quintais das casas ou nas sacadas dos apartamentos das grandes metrópoles talvez possa representar uma das expressões dessa relação rural/urbano. Além dos produtos hortifrúteis, as plantas medicinais e até mesmo as árvores em bandeja (bonsais) são elementos que podem remeter à floresta, a uma “natureza” possível de ser trazida para dentro da residência através de técnicas de miniaturização e simulação dos padrões de crescimento de

²⁵⁷ CERTEAU, Michel de. Op. cit. P.212.

²⁵⁸ Id. Ibid. P 213.

²⁵⁹ Id. Ibid. P.99.

²⁶⁰ Id. Ibid. P.100.

espécies de árvores. Dessa perspectiva, algumas espécies podem remeter tanto à natureza quanto ao rural, considerando que estes conceitos são construções sociais. No entanto, as referências ao rural em lugares urbanos não se resumem ao plantio de cultivares²⁶¹, pois outras práticas caberiam ser destacadas aqui, como a alimentação.

Atualmente, há regimes alimentares que apresentam diferentes objetivos, baseados na valorização de determinados tipos de alimentos, nas inclusões e exclusões de pratos, com restrições em relação aos modos de preparo e consumo, entre outras regras. Alguns se aproximam das discussões ambientais e agrárias e buscam, por meio do consumo de alimentos com procedência garantida, contribuir para tal propósito. Outros se propõem como uma orientação saudável, a fim de assegurar através de determinadas dietas um envelhecimento com qualidade de vida. Há ainda outros regimes que emergem como filosofia de vida, seja visando à valorização do alimento e dos processos que envolvem a sua produção e preparo pelo estímulo à comensalidade, ou então que se baseiam no direito dos animais e pela negação a qualquer alimento ou produto com procedência animal²⁶².

Diante de uma variedade de modelos alimentares propostos por esses movimentos, será aqui abordado o *Slow Food*, tendo como propósito refletir sobre ele enquanto uma citação ao rural que é cotidianamente impressa nos cenários urbanos. Fundado em 1986 e tornado uma organização sem fins lucrativos em 1989, o *Slow Food* possui atualmente mais de 100 mil membros em todo o mundo²⁶³. De acordo com informações disponibilizadas em seu site²⁶⁴, “o princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores.” Uma de suas marcas é a oposição declarada à padronização dos alimentos, sobretudo do tipo *fast food*²⁶⁵, pois há um esforço para que os consumidores de alimentos se tornem coprodutores, o que implica em um consumo

²⁶¹ De acordo com a Lei de Proteção de Cultivares, Lei nº 9.456/1997, são consideradas espécies cultivares as plantas que passaram por algum tipo de melhoria devido à alteração ou introdução, pela ação humana, de determinada característica que anteriormente a espécie não possuía. Cf. BRASIL. Lei Nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9456.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

²⁶² Destaca-se o vegetarianismo como um regime alimentar baseado na negação do consumo de carnes, o qual é adotado por motivações diversas, que incluem direito dos animais, crenças religiosas, estética, meio ambiente, entre outras. De outro modo, o veganismo trata-se de um movimento baseado no direito dos animais e que orienta-se pelo boicote a produtos de origem animal e atividades consideradas “especistas”.

²⁶³ SLOW FOOD BRASIL. Movimento Slow Food, 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>> Acesso em: 23 jul. 2014b.

²⁶⁴ Id. Ibid.

²⁶⁵ Modo de preparo de alimentos que se popularizou nos Estados Unidos a partir da década de 1950 e que se caracteriza como um tipo de alimentação preparada em um curto intervalo de tempo e que segue uma padronização, sendo preparada com ingredientes pré-prontos e geralmente servidos em restaurantes específicos.

responsável, tendo como objetivo a proteção e a valorização dos saberes culinários associados aos diferentes grupos culturais e à promoção das sociabilidades.

Uma vez que o *Slow Food* adota o conceito de ecogastronomia²⁶⁶, as refeições passam a ser também uma forma de resistência às refeições rápidas e aos riscos que elas representam para os alimentos, vegetais, frutas e outras cultivares que poderiam desaparecer em função do predomínio desse tipo de refeição, da industrialização dos alimentos e do impacto gerado pelo agronegócio²⁶⁷. Dentro da filosofia do movimento, uma refeição não pode ser desconexa das questões ambientais e socioculturais que envolvem a produção dos ingredientes e o preparo do alimento, observando que essas ações possuem impacto sobre a biodiversidade e as tradições²⁶⁸.

Considerando que entre as características da comensalidade contemporânea estão a escassez de tempo para o preparo e o consumo de alimentos, o acesso facilitado a produtos que reduzem esse tempo e a oferta de produtos de diferentes partes do mundo, o *Slow Food* permite compreender como uma refeição pode se configurar em um ato de resistência a esses e outros fatores estabelecidos nos hábitos alimentares dos cidadãos, conforme aponta o trabalho produzido pela nutricionista Rosa Wanda Diez Garcia²⁶⁹. E se por um lado o mercado oferece como resposta a essa aceleração novos produtos alimentares (padronizados) e novas técnicas de preparo (instantâneas), a fim de manter o ritmo dos indivíduos nas cidades, de outro modo o *Slow Food* busca percorrer o caminho contrário, valorizando o lastro cultural dos alimentos que vão da preocupação com a sustentabilidade do processo produtivo no campo e do respeito às tradições alimentares que atravessam a utilização de receitas e ingredientes na preparação dos pratos até as sociabilidades que são reforçadas na mesa durante a refeição e no contato com os produtores rurais.

A atribuição do *status* de coprodutores de alimentos aos membros do *Slow Food* enuncia o estabelecimento de uma ponte com práticas culturais externas ao lugar onde estão inseridos. Os coprodutores buscam em outros lugares, incluindo o meio rural, produtos com uma qualidade assegurada, receitas que dialogam com identidades de um grupo, memórias que situam os alimentos em um contexto, diferentes sentidos sobre o alimento suscitados pelo

²⁶⁶ A ecogastronomia trata-se de uma proposta de articulação entre a enogastronomia, que refere-se à tradição de harmonizar pratos e vinhos, com os novos modelos de produção de alimentos, baseados em experiências de agricultura menos intensiva e de uma aproximação com as comunidades locais.

²⁶⁷ SLOW FOOD BRASIL. Missão. *Slow Food*, 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/missao>> Acesso em: 25 abr. 2014a.

²⁶⁸ SLOW FOOD BRASIL, 2007b. Op cit.

²⁶⁹ DIEZ GARCIA, Rosa W. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista Nutrição*, Campinas, n. 16, p. 483-492, out./dez., 2003.

estabelecimento dessas relações. Para Certeau²⁷⁰, o que existe são “passagens” abertas por ações que são capazes tanto de silenciar movimentos, de estabilizá-los e enquadrá-los conforme as demandas de um lugar, assim como de dar nova vitalidade a elementos esquecidos e que podem ser recuperados a fim de operar mudanças e serem mobilizados na produção de espacialidades sobre lugares. Em outras palavras, comer é uma prática que envolve deslocamento se estabelecimentos, é uma “operação de demarcação”.

As “operações de demarcação”, contratos narrativos e compilações de relatos, são compostas com fragmentos tirados de histórias anteriores e “bricolados” num todo único. Neste sentido, esclarecem a formação dos mitos, como têm também a função de fundar e articular espaços²⁷¹.

Outras práticas poderiam ser mencionadas aqui como representações do rural nas cidades, como operações de demarcação, a exemplo do sertanejo e do *country*, com todo o conjunto de referências (musicais, festivas, alimentares e no vestuário) que remetem a aspectos cotidianos da vida no campo, inclusive mesclando expressões culturais do centro-sul do Brasil com elementos da cultura *country* estadunidense. A música “sertaneja” ou “caipira”, executada em instrumentos como a viola, possui letras que versam sobre a vida rural, o vestuário característico é composto por elementos como o chapéu e botas de montaria. A culinária apresenta as chamadas comidas “caipiras” e “tropeiras”, presentes tanto no campo como nas praças de alimentação dos shoppings nas cidades, pois baseando-se em Certeau²⁷², “não é possível prender no passado, nas zonas rurais ou nos primitivos os modelos operatórios de uma cultura popular. Eles existem no coração das praças fortes da economia contemporânea”.

A partir desses exemplos associados ao “sertanejo” e ao “*country*” e do diálogo que se procurou estabelecer com os movimentos alimentares e com a agricultura, o entendimento que perdura é o do rural como uma ação espacializante operada por indivíduos que produzem espacialidades rurais sobre lugares urbanos, subvertendo delimitações cartográficas e deslocando suas fronteiras, pois de acordo com as palavras de Certeau²⁷³, “onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia”. Uma ação que não é involuntária, mas é decorrente do interesse dos cidadãos por práticas e representações ligadas ao campo e que conduzem este trabalho a outra questão: as relações entre o rural e o patrimônio.

²⁷⁰ CERTEAU, Michel de. Op. cit. P.203.

²⁷¹ Id. Ibid. P.208.

²⁷² Id. Ibid. P.87.

²⁷³ Id. Ibid. P.215.

2.3 O rural e o patrimônio

Segundo Elesbão²⁷⁴, “está se desenvolvendo e consolidando cada vez mais o interesse dos cidadãos pelo contato com um espaço que outrora era visto como lugar de atraso, e que, agora, passa a ser desejado.” Dessa citação, é possível pensar sobre um fenômeno que pode ser visualizado em alguns contextos rurais, pois se em outros momentos o campo foi significado como local de atraso com relação à cidade em função das práticas e das tecnologias disponíveis no local, atualmente um dos valores atribuídos ao rural, e que desperta interesse dos cidadãos, é justamente a rusticidade dos elementos que compõem algumas propriedades rurais, como objetos e atividades que são tomados como índices para outros tempos históricos.

Ainda de acordo com Elesbão²⁷⁵, dois outros atrativos guiam esse outro olhar sobre o rural: o modo de vida no campo, representado por práticas agropecuárias em consonância com o meio ambiente, especialmente no que diz respeito a sua conservação. Esses fatores combinados corroboram para a formação de paisagens idílicas e a atribuição de um sentido bucólico em relação ao rural, como um lugar composto por características geográficas e históricas singulares, uma ideia que, para o autor²⁷⁶, “[...] só poderia ter surgido juntamente com o crescimento das cidades e nos sentimentos de quem já estava afastado do cotidiano no campo e dele começava a sentir falta”.

Nesse sentido, a mudança de percepção com relação ao rural seria decorrente de decepções com relação ao urbano enquanto depositário de expectativas sociais e econômicas, as quais em outro momento teriam contribuído para o fenômeno migratório ocorrido durante o século XX, associada à busca por referências culturais capazes de preencher os vazios de sentido e responder às ausências que a urbanização teria provocado nas sociabilidades. Para Stropasolas²⁷⁷, em função da crise do modelo urbano-industrial ocorreu uma valorização do rural e do espaço ocupado pela ruralidade na sociedade contemporânea.

Essa passagem do rural de um espaço de produção para um objeto de fruição é mediada por uma produção de novos signos e por expressões culturais supostamente “tradicionais” que,

²⁷⁴ ELESBÃO, Ivo. Op. cit. P.152.

²⁷⁵ Id. Ibid. P.153.

²⁷⁶ Id. Ibid.

²⁷⁷ STROPASOLAS, Valmir Luiz. Op. cit. P.56.

conforme Carneiro²⁷⁸, tornam-se a base sobre a qual a noção de rural é construída. O que fica evidente nesse processo é uma valorização dos aspectos imateriais que compõem o rural, tais como os saberes e os modos de fazer refletidos nos bens arquitetônicos e festividades, que são também apropriados pelo turismo e outras atividades que produzem bens simbólicos que alimentam a chamada “indústria cultural”²⁷⁹.

As transformações no meio rural em função das crises agrárias, das migrações, da urbanização acelerada e outros fatores anteriormente discutidos, de acordo com Paulo Peixoto, em seu texto intitulado “Os meios rurais e a descoberta do património”²⁸⁰, configuram um cenário de “mudança identitária” dos lugares. Analisando o caso de Portugal, para o autor²⁸¹, “é neste contexto que a instrumentalização e a criação de símbolos, características dos processos de patrimonialização²⁸² põem em marcha uma descoberta do património pelos meios rurais”.

Na perspectiva de Peixoto²⁸³, a “descoberta” do património no meio rural se dá por meio de três etapas, as quais entende como características de uma emergência do património. Considerando a relevância para este trabalho dos apontamentos feitos pelo autor, as linhas seguintes serão destinadas a uma exploração maior de seu trabalho, quando serão abordadas melhor essas três etapas. A primeira é caracterizada pela espontaneidade, na qual há a produção de objetos por meio da prevalência de gestos técnicos como meio de dar respostas a problemas práticos de uma comunidade. A segunda etapa, que Peixoto chama de “histeria patrimonial”, é caracterizada por uma tomada de consciência que extrai o objeto de seu lugar de produção utilitário. A terceira etapa é a atribuição de uma identidade patrimonial pelo objeto²⁸⁴.

A primeira etapa estaria representada pelo conflito entre duas visões: uma que põe em discussão as ameaças (de ordem demográfica, econômica e cultural) que impactam sobre o meio rural; e a outra dada por uma preocupação crescente com o património²⁸⁵. Nesse cenário, vale ressaltar uma observação feita pelo autor com relação às ameaças de ordem cultural: “Este

²⁷⁸ CARNEIRO, Maria José, 2012. Op. cit. P.35.

²⁷⁹ Id. Ibid.

²⁸⁰ PEIXOTO, Paulo. Os meios rurais e a descoberta do património. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**. Nº. 175, Coimbra, 2002.

²⁸¹ Id. Ibid. P.13.

²⁸² Cabe destacar que essa patrimonialização do rural difere do processo ocorrido no Brasil durante a metade do século XX, quando as sedes de fazendas estavam sendo patrimonializadas seguindo a lógica da preservação das estruturas em “pedra e cal”, tal como ocorria no meio urbano. A patrimonialização do rural aqui trazida se propõe a uma abordagem que abarca os bens em “pedra e cal”, mas que não se resume a eles, trazendo inclusive elementos naturais e cenários agropastoris como elementos identitários de uma região.

²⁸³ PEIXOTO, Paulo. Op. cit. P.2.

²⁸⁴ Id. Ibid.

²⁸⁵ Id. Ibid.

conjunto de ameaças dá frequentemente azo a discursos de pendor moralista e político que anunciam, em tom de lamentação, e, não raras vezes, numa lógica de idealização, o desaparecimento de um mundo harmonioso e virtuoso²⁸⁶. Um discurso que recai sobre as tecnologias agrícolas implantadas no campo como responsável pela fratura nas sociabilidades até então mantidas pelos camponeses através de suas organizações comunitárias operadas nos regimes de trabalho com a terra, as quais deixaram de ser sustentadas por laços geracionais e patrimoniais com a saída dos filhos²⁸⁷.

Quanto à segunda etapa, da descoberta do patrimônio no meio rural, Peixoto²⁸⁸ afirma que os meios rurais cumprem um papel importante no alargamento do campo patrimonial, pois “a patrimonialização de elementos geográficos e paisagísticos, bem como de “produtos agrícolas locais” e de valores e costumes “típicos” tem-se tornado tão importante quanto a patrimonialização das construções rurais e dos saberes agrícolas artesanais [...]”²⁸⁹. Desse modo, pode-se perceber com mais clareza que a patrimonialização do rural, para o autor, não se resume a um conjunto de bens materiais e imateriais, mas abarca os próprios elementos naturais que constituem o território e a visão sobre ele enquanto cenário.

Porém, esse movimento também conduz a uma problemática, pois dentro da ideia de que para ser patrimônio tem que estar morto, a “descoberta” do patrimônio no meio rural implica no anúncio de sua morte²⁹⁰.

A histeria do património, promovendo a exumação intensiva do passado que a patrimonialização leva a cabo, revela que o património é um reflexo do nosso futuro mais do que do nosso passado. Por um lado, verificamos que a consciência patrimonial se manifesta a partir de um traumatismo de ruptura. Ela é uma reacção contra o desaparecimento que tem por objectivo promover a regeneração. O luto, no sentido metafórico, e transposto para o domínio grupal, funda as relações sociais sobre uma memória colectiva: a dos antepassados comuns. Num processo profundamente identitário não é, contudo, a identidade o factor mais interessante, mas a assimilação colectiva da mudança. No âmbito de mutações brutais e com frequência dolorosas, como as que se têm manifestado com particular incidência nalguns meios rurais, a identidade serve de consciência subjacente à acção²⁹¹.

²⁸⁶ PEIXOTO, Paulo. Op. cit. P.4.

²⁸⁷ Id. Ibid.

²⁸⁸ Id. Ibid. P.5.

²⁸⁹ Id. Ibid. P.8.

²⁹⁰ Id. Ibid. P.7.

²⁹¹ Id. Ibid. P.8.

Discutindo o interesse por lugares “abandonados” ou despovoados e a associação que costuma ser feita desses locais a uma ideia de natureza, Peixoto²⁹² explica que isso “deve-se ao facto de eles se constituírem como um campo de investimento patrimonial, tanto em termos culturais, quanto ambientais e ecológicos”. Ainda segundo o autor²⁹³, ao esticar a noção de patrimônio pode-se perceber que no momento atual o território torna-se “símbolo identitário de um grupo ou de uma configuração social”, de modo que os processos de patrimonialização territorial e os de territorialização tendem a confundir-se.

Continuando a discussão sobre a “histeria do patrimônio” proposta por Peixoto, é interessante destacar outro aspecto que também é de fundamental importância para a compreensão do objeto proposto no segundo capítulo deste trabalho. Trata-se da preocupação com a conservação da agricultura, porém, não com a manutenção dessa atividade, mas com relação à conservação de uma “paisagem agrícola”, a qual “[...] representa, frequentemente, para a própria população urbana um elemento definidor da sua própria identidade”²⁹⁴, o que corrobora com a ideia de Elesbão²⁹⁵ quanto à atribuição do sentido bucólico ao rural por parte dos citadinos que do rural sentiam falta. Dessa forma, a qualificação de uma área agricultável em “paisagem agrícola”, onde se tem resquícios de mata e se observa a interação homem e natureza, pode ser entendida como uma forma de marcar o pertencimento àquele espaço.

Ainda que Peixoto esteja escrevendo a partir do contexto português, as associações possíveis deste texto com a realidade brasileira são muitas. Em relação às “capitais de distrito”, que são cidades que não fazem parte de uma configuração metropolitana, e que no caso brasileiro podem ser entendidas como as chamadas cidades médias (caracterizadas pelo IBGE como cidades que possuem entre 100 mil e 500 mil hab.), o autor entende o fato de essas cidades conservarem paisagens rurais nas suas imediações como um símbolo de sua identificação, “[...] como recursos estratégicos das novas imagens urbanas que as políticas locais procuram promover e como emblemas de uma sustentabilidade não ameaçada pelas pressões urbanas das grandes cidades”²⁹⁶.

Por fim, a terceira etapa, de acordo com Peixoto²⁹⁷, diz respeito à procura de um “espírito do lugar” não geográfico, mas a busca de um lugar que remete a uma ideia de

²⁹² PEIXOTO, Paulo. Op. cit. P.8.

²⁹³ Id. Ibid. P.9.

²⁹⁴ Id. Ibid.

²⁹⁵ ELESBÃO, Ivo. Op. cit. P.153.

²⁹⁶ PEIXOTO, Paulo. Op. cit. P.10.

²⁹⁷ Id. Ibid. P.12.

“enraizamento” e que, juntamente com a transformação do mundo rural e a “histeria patrimonial”, conduzem a “territorializações diversas e superficiais” que podem ser percebidas nas habitações secundárias (casas de campo), nas diferentes opções de recreação, nas tipologias de turismo e no movimento de regresso de emigrantes ao campo.

O “espírito de lugar” é visto por Peixoto²⁹⁸ como um território patrimonializado e que pode contribuir para novas dinâmicas locais como vetor de identidades e sociabilidades. Sob esse aspecto, cabe destacar que o movimento *Slow Food*, anteriormente abordado, também se aproxima da ideia do espírito do lugar como meio de valorizar a produção de alimentos e bebidas diante da padronização desses produtos. O espírito do lugar é acionado sob a justificativa de que se os alimentos precisam ser vistos mais do que produtos de um território, mas como resultado de um processo que depende de aspectos climáticos, geográficos e também, da “manualidade” e da “personalidade do lugar”²⁹⁹.

De acordo com Corrêa³⁰⁰, “escolher ‘produtos da terra’ é um jeito de experimentar a energia do território e de recuperar os saberes tradicionais e as culturas locais”, pois ainda que os alimentos possam ser feitos em outros locais, comercializados em grande escala e por um preço inferior, o que se coloca em discussão é que esses produtos não teriam a mesma “aura” que aqueles resultantes de processos artesanais, já que trata-se de um valor que somente os saberes, as tradições e o território podem conferir ao produto.

Os meios rurais vivem, presentemente, uma efervescência patrimonial que não pode deixar de ser vista como uma reacção à atomização social e ao desenraizamento causados pela aceleração da vida moderna, pela desertificação dos campos e pelo ritmo de desaparecimento dos “modos de vida tradicionais”. O património funciona, neste contexto, como uma invenção cultural, uma forma de reanimar o presente através da atribuição de uma segunda vida a um passado inerte e supostamente longínquo. A refuncionalização desse passado, oscilando entre a reactivação, a reinvenção e a idealização, adquire formas diversas de caso para caso³⁰¹.

Tendo em vista esses apontamentos feitos por Peixoto sobre a experiência portuguesa e buscando estabelecer um diálogo com a reflexão do autor, no quarto capítulo deste trabalho serão discutidas como as interfaces entre o patrimônio e o rural podem ser percebidas em outro contexto, no município de Joinville, em Santa Catarina. O desenvolvimento dessa problemática,

²⁹⁸ PEIXOTO, Paulo. Op. cit. P.14.

²⁹⁹ CORREA, Elisa. O espírito do lugar. SlowFood Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/textos/genius-loci/218-o-espírito-do-lugar>> Acesso em: 16 dez. 2014.

³⁰⁰ Id. Ibid.

³⁰¹ PEIXOTO, Paulo. Op. cit. P.14.

articulado às demais questões abordadas até então, como a constituição da estrutura fundiária, o histórico da relação entre o campo e a cidade e as novas espacialidades rurais, possibilitará analisar como esse processo ocorre em âmbito local.

3 SENTIDOS SOBRE O RURAL E A RURALIDADE EM JOINVILLE

Alguns sentidos sobre o rural e a ruralidade em Joinville podem ser percebidos por meio de referências a lugares, práticas, objetos e grupos sociais que permeiam as narrativas de viajantes, historiadores, memorialistas e agentes do poder público em suas interpretações sobre o campo e a cidade. Através da análise de alguns escritos, produzidos em diferentes contextos e com diferentes intencionalidades, objetiva-se uma compreensão sobre como o rural foi significado ao longo dos anos no município, levando-se em consideração, para isso, um conjunto de questões econômicas, políticas, ambientais e culturais apresentadas a seguir.

Inicialmente, são abordados documentos produzidos por agentes responsáveis pelo planejamento e gestão do território municipal. São planos diretores, urbanísticos e leis de uso e ocupação do solo, pelos quais são buscados os sentidos de rural presentes na esfera pública em diferentes momentos. Os discursos sobre proteção dos recursos hídricos, produção de alimentos e turistificação de bens culturais são aqui explorados tendo em vista suas conexões com legislações produzidas no âmbito federal e com os contextos distintos de parcelamento, uso e ocupação do solo identificados no município.

Na sequência, buscando uma compreensão das interações entre a cidade e o campo e os fatores históricos que tornaram singular o modelo de propriedade rural em Joinville, são analisadas obras historiográficas que subsidiaram a construção de planos urbanísticos para Joinville e que abordam os processos de imigração e colonização no século XIX, os efeitos da industrialização e da urbanização, entre outras questões que, de algum modo, impactaram sobre as atuais configurações territoriais do município. A análise historiográfica é realizada em diálogo com outras fontes, tais como crônicas de viajantes oitocentistas e obras de memorialistas produzidas no final do século XX.

3.1 O rural no planejamento e gestão pública do território

A fim de discutir como os agentes públicos ligados ao planejamento e à gestão do território conceberam o rural e a ruralidade em Joinville ao longo dos anos, são abordadas leis

e outros documentos produzidos entre 1938 e 2010: Plano Básico de Urbanismo (PBU)³⁰², de 1966; Lei nº 1262/1973³⁰³, que, entre outras providências, reestruturou o Plano Diretor de Joinville; Plano de Estruturação Urbana (PEU)³⁰⁴, de 1987; Lei nº 27/1996³⁰⁵, que, entre outras providências, definiu o perímetro urbano e atualizou as normas de uso, ocupação e parcelamento do solo; Lei Complementar nº 261/2008³⁰⁶, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville; Lei nº 312/2010³⁰⁷, que atualizou e deu nova redação à Lei nº 27/1996; e Lei nº 318/2010³⁰⁸, que estabeleceu e definiu o macrozoneamento municipal como referencial ao zoneamento urbano e rural.

O contexto em que foram produzidos os documentos mencionados, incluindo suas articulações com legislações de âmbito nacional, será problematizado neste capítulo, que tem como ponto de partida a definição legal do perímetro urbano de Joinville em observância ao Decreto-Lei Federal nº 311/1938. Conforme apresentado no primeiro capítulo³⁰⁹, esse decreto-lei que regulamentou as unidades territoriais no país foi o primeiro marco legal a estabelecer uma distinção entre áreas consideradas rurais e urbanas no Brasil.

A delimitação do perímetro urbano de Joinville passou a ser legalmente conhecida a partir daquele momento, considerando que o decreto-lei determinava, através de seu Art. 13º, o prazo de um ano para que os municípios depositassem na Secretaria do Diretório Regional de Geografia o mapa do seu território, que deveria ser elaborado atendendo a requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia. O município que não cumprisse tal determinação

³⁰² JOINVILLE. **Plano Básico de Urbanismo (PBU)**. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, 1966. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/15-Plano+B%C3%A1sico+de+Urbanismo+1966.html>> Acesso em: 05 dez. 2014.

³⁰³ JOINVILLE. Lei Nº 1262, de 27 de abril de 1973. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/16-Plano%2BDiretor%2Bde%2BJoinville%2B1973.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

³⁰⁴ JOINVILLE. **Plano de Estruturação Urbana de Joinville (PEU)**. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, 1987. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/17-Plano%2Bde%2BEstrutura%C3%A7%C3%A3o%2BUrbana%2B%2B1987.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

³⁰⁵ JOINVILLE. Lei Nº 27, de 27 de março de 1996. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/krbfi>> Acesso em: 22 jan. 2014.

³⁰⁶ JOINVILLE. Lei Complementar Nº 261, de 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/9-Plano%2BDiretor%2Bde%2BJoinville.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

³⁰⁷ JOINVILLE. Lei Complementar nº 312, de 19 de fevereiro de 2010a. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/public/portalamd/pdf/jornal/36df386f114060a6f2a27cb4a650ac12.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2014.

³⁰⁸ JOINVILLE. Lei Complementar nº 318, de 19 de fevereiro de 2010b. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/download/codigo/39-Estrutura%C3%A7%C3%A3o%2BTerritorial.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

³⁰⁹ Ver Capítulo I, página 18.

teria sua autonomia cassada e o seu território seria anexado a um dos municípios vizinhos, que também teria o prazo de um ano para apresentar o mapa com o território anexado.

Joinville produziu o mapa³¹⁰, e nessa cartografia foram designadas a cidade (Joinville) e seus distritos, discriminações que deveriam ser adotadas como padrão pelos municípios, conforme estabelecido no Art. 15º. Somado a isso, cabe destacar a delimitação do perímetro suburbano da sede do município, uma figura jurídica utilizada para se referir às áreas situadas além do perímetro urbano que ainda não possuíam uma infraestrutura que as permitisse serem consideradas urbanas, mas que já se previa o crescimento urbano sobre elas. Até então, a área rural compreendia toda a porção territorial além dos perímetros urbano e suburbano.

Naquele momento, os critérios para o uso, ocupação e parcelamento do solo no município eram definidos por leis específicas, pois um ordenamento territorial com a instituição de regras para isso ocorreu somente em 1973, com a aprovação do primeiro Plano Diretor do município. No entanto, antes de abordar o Plano Diretor de 1973, cabe destacar que ele foi decorrente de um processo iniciado na década de 1960, com a publicação do Plano Básico de Urbanismo (PBU), em 1966, o qual pode ser considerado um marco para o ordenamento territorial no município pelo fato de ter sido um estudo urbanístico com análises e projeções que subsidiaram a construção do Plano Diretor.

O PBU de Joinville foi um estudo encomendado pela Prefeitura de Joinville em 1965, durante a gestão do Prefeito Helmut Fallgatter, quando foi contratada a Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. Para que, em colaboração com Jorge Wilhelm – Arquitetos Associados, produzisse as premissas socioeconômicas e urbanísticas para o desenvolvimento da cidade³¹¹. O PBU tinha como objetivo apresentar uma definição sobre a situação da cidade e apontar as tendências prováveis de desenvolvimento econômico e urbanístico. A orientação das áreas consideradas adequadas para expansão urbana, a fixação de um programa indicando as obras necessárias a curto, médio e longo prazo e a definição de estudos complementares que seriam necessários para implantação do Plano Diretor também estavam entre suas finalidades³¹².

A construção dos Planos Diretores era uma discussão que na década de 1960 estava ocorrendo em vários municípios brasileiros, e havia empresas que prestavam consultoria para

³¹⁰ O mapa encontra-se disponível no Acervo da Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville – IPPUJ.

³¹¹ JOINVILLE, 1966. Op. cit.

³¹² Id. Ibid.

as prefeituras elaborarem esses documentos. O PBU de Joinville, publicado em 1966, coincide em termos de época com o plano diretor implantado em Curitiba em 1964, tendo participado da construção de ambos Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, um escritório de arquitetura que se tornaria conhecido pela elaboração de estudos urbanísticos e diretores para várias cidades brasileiras. Para se ter uma ideia de como esse movimento foi intenso naquele momento, somente esse escritório produziu, nas décadas de 1960 e 1970, entre outros estudos para prefeituras municipais, os planos urbanísticos de Joinville (1966), Osasco (1966) e Natal (1967), os Planos Diretores de Curitiba (1964), Guarulhos (1969), São José dos Campos (1969), Paulínia (1969), Campinas (1970), Piracicaba (1973) e São Bernardo do Campo (1977), o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (1968) e o Plano Setorial do Tietê, em São Paulo (1968)³¹³.

A questão que prevalece é o que moveu a criação dos planos urbanísticos nesse período algo obrigatório ou desejado pelos municípios, incluindo Joinville, pois pode-se afirmar que a delimitação do perímetro, no final da década de 1930, teve como objetivo responder ao Decreto-Lei nº 311/1938. Porém, quando se trata do plano urbanístico de 1966, que foi pensado já como um plano a servir de subsídio para a construção do Plano Diretor, pode-se dizer que houve um contexto mais amplo de discussão que levou à formulação de estudos urbanos em Joinville e em outros municípios.

Duas hipóteses podem ser consideradas nessa questão: a primeira é a relação estabelecida pelos gestores entre o movimento migratório, o crescimento populacional e a ocupação do território, tendo em vista que a preocupação em ordenar o território poderia ser justificada pelo crescimento da cidade; e a segunda, uma agenda de questões políticas que estavam sendo instituídas em nível nacional e que teve como um de seus principais desdobramentos a proposição das Reformas de Base.

Sobre a primeira hipótese, é preciso considerar que o Censo Demográfico de 1970 indicou que cerca de 50% do crescimento da população urbana era devido às migrações internas³¹⁴. Esse processo, já abordado no capítulo anterior, teve implicações nas relações entre o campo e a cidade, pois dos 29,5 milhões de migrantes recenseados no Brasil em 1970, apenas 26% haviam migrado de um meio rural para outro – os demais foram para as cidades³¹⁵.

³¹³ WILHEIM, Jorge. **Planos Urbanísticos**. São Paulo: Jorge Wilhelm Consultores Associados, 2010. Disponível em: <http://www.jorgewilheim.com.br/___index.html> Acesso em: 05 dez. 2014.

³¹⁴ SOUZA, Maria Adélia A. de. Op. cit. P.126.

³¹⁵ Id. Ibid.

Ainda de acordo com Souza³¹⁶, existia nessa época uma correlação entre o fluxo migratório e a localização do crescimento econômico, de modo que o destino de grande parte dos migrantes eram as cidades em processo de industrialização. A relação entre o tamanho das cidades, o crescimento populacional e o emprego industrial também são aspectos apontados por essa autora como fatores que contribuíram para a emergência de algumas configurações por região, havendo maior população urbana e menor emprego industrial no Nordeste e um equilíbrio na evolução entre a população urbana e o emprego industrial no Sul.

Embora a relação entre o tamanho das cidades, o crescimento populacional e o emprego industrial não possa ser utilizado como parâmetro para generalizar o processo de migração e urbanização de toda uma região, no PBU de Joinville essa relação pode ser localizada em umas das partes introdutórias. O “Diagnóstico Socioeconômico” apresentou o problema que estava posto naquele momento: a cidade estava com 90 mil habitantes, o que correspondia a 84% do total da população do município, que era de 108 mil habitantes e apresentava taxas de crescimento populacional consideradas “altíssimas”, pois entre 1950 e 1960 esse crescimento ocorreu a uma taxa de 8,53% ao ano, alcançando 13,15% ao ano entre 1960 e 1964³¹⁷.

O crescimento populacional era acompanhado por elevadas taxas de crescimento do emprego na indústria. Seguindo a ideia de Souza³¹⁸, a urbanização nessa região do país foi marcada por um equilíbrio entre o crescimento da população urbana e a geração de empregos, pois se entre 1949 e 1959 o emprego na indústria cresceu a uma taxa de 6,38% ao ano, entre 1959 e 1963, momento em que as taxas de crescimento populacional urbano atingiram níveis elevados, a geração de emprego na indústria ocorreu a uma taxa de 15,85% ao ano, muito acima de outras médias registradas no país³¹⁹.

Considerando as taxas de crescimento do emprego industrial e a porcentagem da população que trabalhava diretamente na indústria, que era de 19%, o PBU qualificou Joinville como uma cidade industrial que teria um futuro assegurado pelo desenvolvimento desse setor: “a localização da indústria e do emprego revela que Joinville é a própria indústria joinvilense e desenvolver-se-á a partir da evolução da indústria”³²⁰. Não há referências ao campo. As

³¹⁶ SOUZA, Maria Adélia A. de. Op. cit. P.126.

³¹⁷ JOINVILLE, 1966. Op. cit. P.7.

³¹⁸ SOUZA, Maria Adélia A. de. Op. cit. P.126

³¹⁹ JOINVILLE, 1966. Op. cit. P.38.

³²⁰ Id. Ibid. P.30.

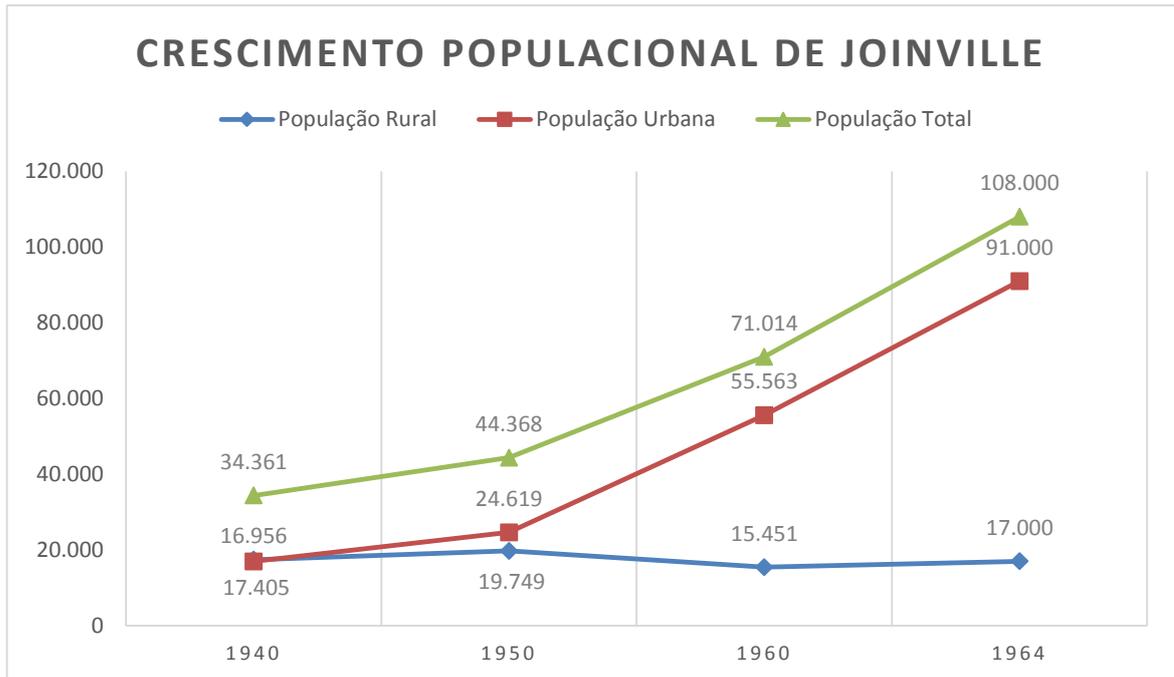
projeções de desenvolvimento econômico e a ordenação territorial tinham como foco a indústria e a geração de empregos nesse setor.

Na época, a proximidade entre as taxas de crescimento populacional e de empregos foi tratada como um fenômeno atípico em relação a outras cidades brasileiras. No entanto, a possibilidade de desemprego no futuro passou a ser considerada diante das projeções, indicando que a geração de empregos não acompanharia as taxas de crescimento populacional de 7,8% ao ano, entre 1965 e 1980, e de 4% ao ano, entre 1980 e 2000. Nesse cenário, estimou-se que Joinville alcançaria a marca de 300 mil habitantes em 1980 e poderia chegar a 650 mil habitantes no ano 2000³²¹. A explosão demográfica e a disparidade entre o crescimento populacional e geração de empregos projetados foram consideradas indicativos de uma mudança pela qual a cidade passaria nos anos seguintes.

Por se tratar de um plano urbanístico, não há projeções sobre as atividades econômicas, geração de empregos ou o crescimento populacional do meio rural. Os números relativos à população rural nas décadas anteriores são trazidos como forma de demonstrar o quanto a cidade estava crescendo e como isso poderia impactar sobre o planejamento urbano, uma preocupação que pode explicar a encomenda do PBU pelo município. A diferença entre o crescimento da população urbana e rural de Joinville entre os anos 1940 e 1964 pode ser melhor visualizada no gráfico a seguir, por meio do qual é possível observar o crescimento da população rural durante a década de 1940, seguida por uma redução na década de 1950 e uma estabilização desses números no início da década de 1960. Uma situação diversa da população urbana, que cresceu exponencialmente ao longo de todo esse período.

Figura 1 – Gráfico do crescimento populacional de Joinville (1940 – 1964).

³²¹ JOINVILLE, 1966. Op. cit. P.52.



Fonte: Plano Básico de Urbanismo de Joinville, de 1966.

A explosão demográfica se tornou uma das preocupações do PBU ao passo que poderia impactar sobre o processo de urbanização da cidade. Mas essa preocupação não estava deslocada de uma agenda de questões políticas instituídas em nível nacional e que também podem ter contribuído para a construção dos planos urbanístico e Diretor de Joinville e outros municípios brasileiros. A começar por um conjunto de medidas, que passaram a ser discutidas durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek, visando mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais brasileiras, mas que ganharam forma durante o governo do Presidente João Goulart, que as lançou sob o título de Reformas de Base.

Entre essas reformas, a Reforma Agrária era uma das mais esperadas, pois conforme abordado no primeiro capítulo, a questão fundiária nesse momento se sobressaía diante de um contexto de reivindicações de movimentos sociais organizados por trabalhadores rurais e por segmentos progressistas da sociedade brasileira. A proposta de democratizar o acesso à terra e eliminar os conflitos no campo através de uma Reforma Agrária foi uma questão problemática e que enfrentou a resistência de grupos conservadores. Um desdobramento dela foi a aprovação do Estatuto da Terra, em 1964, com o objetivo de promover a reforma agrária³²².

A Reforma Urbana, que também integrou as chamadas reformas de base, tinha como intuito a construção de uma nova política urbana nacional, voltada à democratização do direito

³²² Conforme já abordado no Capítulo I, p.19.

à cidade. Entre os objetivos dessa política estavam a contenção do crescimento urbano desordenado e da especulação imobiliária, a redução do número de terrenos não ocupados dentro do perímetro urbano, o controle e a proibição dos loteamentos em áreas distantes do centro urbano, além da realização de investimentos em infraestrutura e em serviços públicos destinados a atender demandas de saúde, educação e cultura, como ocorre na sociedade capitalista.

O agravamento dos problemas sociais decorrentes dos elevados índices de urbanização verificados no Brasil naquele momento é que teriam movido a proposição de medidas a fim de regular o processo de urbanização³²³. A Reforma Urbana foi decorrente do entendimento de que a transformação das cidades em mercadoria contribuía para situações como a ocupação desordenada do espaço, baixo adensamento populacional, formação de vazios urbanos, favelização de áreas periféricas e a segregação social, na medida em que dificultava o acesso à propriedade e aos serviços oferecidos no meio urbano pela população economicamente menos favorecida.

A proposta de reforma urbana foi formulada em 1963, durante um congresso promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, ocasião em que foi produzido um documento síntese que teve como foco esse tema e a questão habitacional. O diagnóstico e as propostas elaboradas no âmbito de discussões das reformas de base mobilizaram arquitetos, engenheiros, sociólogos, líderes sindicais e estudantes, além de representantes de outros grupos e setores que buscavam inserir na agenda de reformas a temática do urbano³²⁴. Porém, com o Golpe Militar deflagrado em 1964, a reforma foi inviabilizada, voltando ao debate nas décadas de 1970 e 1980 com o fortalecimento de movimentos sociais.

A proposta de Reforma Urbana permite uma compreensão sobre o contexto que permeou a construção dos planos urbanísticos e diretores de Joinville e outras cidades brasileiras entre as décadas de 1960 e 1970. Os problemas relativos ao processo de urbanização discutidos na formulação do projeto de Reforma Urbana também estavam presentes em publicações como o PBU, que abordou, entre outras questões, o baixo adensamento populacional de Joinville. Uma situação atribuída ao aspecto rural dos lotes urbanos, que possuíam dimensões similares aos minifúndios – características que foram relacionadas ao

³²³ SILVA, Éder Roberto da; SILVA, Ricardo Siloto da. Origens e matrizes discursivas da reforma urbana no Brasil. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo: NEUR. n.46, 2005, p.144-156. P. 145.

³²⁴ Id. Ibid. P.144.

modo particular sobre como ocorreu a colonização desse território no século XIX, quando os lotes negociados possuíam dimensões elevadas e eram distribuídos de modo esparso³²⁵.

O PBU³²⁶ considerou que a formação de Joinville fora marcada por fatores muito particulares e que não se enquadravam no conjunto de referências relativo ao processo de formação das cidades brasileiras, pois diferente de outros núcleos urbanos que surgiram em decorrência do parcelamento do solo de latifúndios ou de agrupamentos próximos a linhas ferroviárias e rodoviárias, Joinville foi constituída por pequenas propriedades agrícolas distribuídas ao redor de um núcleo urbano. No entanto, é preciso considerar que há um equívoco nesse ponto, porque conforme será abordado na parte seguinte deste capítulo, a transformação do primeiro núcleo da Colônia Dona Francisca na cidade de Joinville foi decorrente das transformações ocorridas nesse local, uma vez que inicialmente as áreas de habitação e cultivo dividiam o mesmo espaço. Ademais, segundo Seyferth³²⁷, “não houve aglomerações – vilas ou aldeias – que concentrassem as casas de moradia dos colonos, com uma distribuição de terras de lavoura fora da área habitacional”.

O interesse de alguns imigrantes em residirem e desenvolverem atividades industriais teria contribuído para a característica que a cidade apresentava na década de 1960, “lotes grandes e residências misturadas com indústrias”³²⁸. O surgimento da “indústria doméstica” seria decorrente da transformação estrutural e funcional da “casa urbana do colono”, da substituição de hortas e pomares por depósitos fabris destinados à produção de manufaturas, bem como da substituição da ocupação principal do colono, que deixa a produção agrícola no campo e volta-se para a produção industrial na cidade, onde usos residenciais e industriais passaram a ocupar o mesmo espaço. Um modelo de industrialização classificado como um fenômeno “típico” de Joinville e explicado pela existência de uma suposta homogeneidade do grupo colonizador e do isolamento da cidade em relação a outros centros urbanos³²⁹.

A transformação de Joinville em um centro industrial é atribuída à mentalidade empresarial dos imigrantes enquanto responsáveis pelos empreendimentos fabris surgidos ainda no século XIX, e que teriam representado a superação da colônia agrícola. Os desafios da colonização são minimizados diante das técnicas conhecidas e empregadas pelos europeus em

³²⁵ JOINVILLE, 1966. Op. cit. P.77.

³²⁶ Id. Ibid. P.76.

³²⁷ SEYFERTH, Giralda. Op. cit. P.23.

³²⁸ JOINVILLE, 1966. Op. cit. P.77.

³²⁹ Id. Ibid.

suas iniciativas, o que teria permitido atender a demandas de consumo que estavam além das possibilidades de produção de uma colônia agrícola, como pode-se observar no seguinte trecho:

Joinville deveria por isso assumir feições de aldeias de colonos, uma comuna democrática com espírito e iniciativa capitalistas. Surgiram aí, no entanto, as contingências americanas a perturbar os padrões europeus. A possibilidade de mercado, as rápidas exigências de consumo, os fabulosos índices de crescimento de tudo (desde a população até a concentração urbana) exacerbaram as potencialidades artesanais, típicas de qualquer coletividade rural europeia. Este fator, aliado a mentalidade empresarial de homens que tinham saído de uma Europa em pleno florescimento capitalista, acarretou o surgimento das indústrias domésticas³³⁰.

Outra questão trazida no documento e qualificada como um fenômeno “menos positivo” para a continuidade do ritmo de crescimento que a cidade apresentava é o chamado “dilema racial”, algo que, de acordo com a publicação, poderia ser explicado historicamente pelo fato do sucesso econômico possuir identificação em valores como trabalho e honestidade, associados ao germanismo e ao passado colonial de Joinville³³¹. Contudo, essas referências estariam perdendo força com o elevado crescimento demográfico, sendo alertada a necessidade para que isso fosse superado, tendo em vista os possíveis conflitos de gerações e valores que essas manifestações poderiam causar.

A vida urbana reflete um momento da história joinvilense em que a sociedade caracteristicamente descendente dos colonos, mantém seu domínio usufruindo da mesma segundo os seus próprios critérios relativamente tradicionais. O crescimento previsto vai, no entanto, pôr em dúvida estes critérios e valores. Novas exigências mais variadas demandarão maior coesão social, maior interação dos grupos, maior enriquecimento e variedade recreativa³³².

A questão habitacional, os investimentos em infraestrutura e as formas de integração dos grupos migrantes às dinâmicas urbanas eram desafios importantes para o desenvolvimento urbano que estavam sendo postos para a cidade naquele momento. Ainda que o PBU não tenha tido força de lei, as análises e projeções por ele apontadas foram posteriormente levadas em consideração na formulação do Plano Diretor de 1973.

O Plano Diretor de 1973³³³, instituído durante a gestão do Prefeito Pedro Ivo Figueiredo de Campos, por meio da Lei nº 1262/1973, possuía um caráter estritamente físico e territorial,

³³⁰ JOINVILLE, 1966. Op. cit. P.77.

³³¹ Id. Ibid. P.51.

³³² Id. Ibid. P.127.

³³³ JOINVILLE, 1973. Op. cit.

uma característica dos planos produzidos naquele momento. Também possuía uma articulação com o planejamento viário do município, o que pode estar relacionado ao fato de ser um período marcado pela sucessão de governos militares, no qual a construção de rodovias, pontes e viadutos eram alimentadas pela premissa de que o país cresceria economicamente e teria recursos suficientes para dar continuidade a essas obras. A viabilidade financeira não parecia ser a maior preocupação dos projetos de infraestrutura, de modo que poucos projetos regulamentados naquela ocasião implantados em Joinville em função do volume de desapropriações que seriam necessárias e do custo elevado das obras³³⁴.

O território municipal foi classificado em área urbana, área de expansão urbana e área rural³³⁵: a primeira, entendida como a área de predominância de “edificações urbanas”, com pelo menos dois serviços públicos oficiais e uso predominante do solo “não rural”; a segunda, indicada pelo Plano Diretor como futuramente urbana; já a terceira, a área rural, não possuía uma descrição do perímetro, podendo ser entendida como a totalidade do território localizado além das áreas urbana e de expansão urbana, sendo regida por legislação federal própria, pois o município passou a legislar sobre o meio rural somente em 1996. Ainda cabe destacar que nesse momento já se tinha o Estatuto da Terra, aprovado em 1964.

As áreas classificadas como urbana e de expansão urbana foram ainda subdivididas em zonas de uso mistas, especiais, residenciais, comerciais e industriais, entre outras. Algumas também foram classificadas como zonas de preservação permanente pela possibilidade de virem a “[...] influir no equilíbrio ecológico, social, econômico e no desenvolvimento turístico do município”³³⁶. A criação de áreas de preservação nas áreas urbana e rural eram atravessadas por uma preocupação comum, os usos e a ocupação do solo, como pode-se perceber pelas finalidades expressas na criação de uma dessas áreas, o Cinturão Verde.

O Cinturão Verde [...] tem por finalidade conter a expansão urbana no sentido oeste, bem como ser o setor de abastecimento primário do município. Neste setor serão incentivadas atividades hortigranjeiras. O parcelamento do solo se fará mediante legislação Municipal específica para área e autorização dos órgãos competentes³³⁷.

³³⁴ IPPUJ – Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Sistema Viário. Joinville: IPPUJ. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/conteudo/23-Sistema+Vi%C3%A1rio.html>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

³³⁵ JOINVILLE, 1973. Op. cit. P.7.

³³⁶ Id. Ibid. P.24.

³³⁷ Id. Ibid.

O Cinturão Verde consistiu numa proposta de ordenamento territorial visando coibir ocupações irregulares no meio rural diante do déficit habitacional enfrentado pelos migrantes que se instalavam no município, bem como dispor sobre as atividades que deveriam caracterizar o uso e a ocupação do solo dentro da faixa verde demarcada como cinturão³³⁸. A vinculação das atividades hortigranjeiras ao rural e a estipulação de 5 mil m² como a dimensão mínima dos lotes parecem evidenciar uma tentativa de espacialização do rural como meio de limitar o desenvolvimento de funções urbanas e a multiplicação de loteamentos na região, como também assegurar a proteção de bens que atendiam à vida urbana, como os recursos hídricos.

Dessa perspectiva, a manutenção de um equilíbrio ecológico, social e econômico dentro dessa área de preservação estaria muito mais ligada a preocupações com a vida urbana, visto que o parcelamento do solo e sua ocupação por funções urbanas poderia colocar em risco o abastecimento de água da cidade. Outra questão que incidiu sobre a proteção do rural foi com relação à possibilidade de as áreas de preservação virem a influir no “desenvolvimento turístico do município”, ou seja, naquele momento já se vislumbrava na área rural elementos que poderiam vir a ser explorados turisticamente³³⁹.

O cinturão acabou sendo ineficiente na sua proposta de limitar o crescimento populacional sobre as áreas rurais, tendo em vista o crescimento expressivo de alguns núcleos populacionais na parte oeste da cidade, nos limites do perímetro urbano, onde hoje estão localizados os atuais bairros Vila Nova e Morro do Meio. Sobre esse último, Corrêa e Rosa³⁴⁰ afirmam que “nos anos 70, cerca de 59 construções deram à nova localidade aspecto de vila, com novos caminhos de roça e becos. Para os novos migrantes, a região do Morro do Meio era a oportunidade de se obter terrenos a baixos preços”.

Ainda que o baixo preço dos terrenos tenha contribuído para a ocupação da parte oeste da cidade, é preciso considerar que o perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor de 1973 e detalhado pela Lei nº 1410/1975 também possuía uma área maior do que a atual e, conseqüentemente, isso também incidia no parcelamento do solo da região com novos loteamentos e usos não necessariamente rurais. Mais adiante serão abordadas algumas questões que levaram o município a reduzir seu perímetro urbano em 1996, mas antes disso, outro plano teve uma relevância singular no planejamento de Joinville.

³³⁸ JOINVILLE, 1973. Op. cit. P.46.

³³⁹ Id. Ibid. P.24.

³⁴⁰ CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros de Joinville**. São Paulo: Círculo, 1992. p. 112.

Em 1987, foi apresentado o Plano de Estruturação Urbana (PEU), um documento com análises e recomendações produzido durante a gestão do Prefeito Wittich Freitag por uma equipe de profissionais composta por arquitetos, engenheiros e um geógrafo, com o objetivo de “revitalizar” o sistema de planejamento³⁴¹. Uma das principais questões apresentadas foi o crescimento do tecido urbano sobre as áreas rurais, tratado como um problema de ordem social e econômica decorrente do processo de urbanização de Joinville.

O PEU apontou para a necessidade de conhecer as causas que influenciaram nesse processo, assim como de questionar até que ponto a industrialização e o desenvolvimento econômico teriam sido positivos para a urbanização de Joinville, considerando que naquela época era identificada uma “tendência progressiva de deterioração de alguns aspectos da qualidade de vida urbana”³⁴². Nesse sentido, o controle do crescimento populacional seria uma forma de disciplinar o desenvolvimento urbano e também de proteger o meio rural como local que possuía elementos responsáveis pela manutenção de uma qualidade de vida ameaçada pela urbanização.

A Administração Municipal, preocupada com o agravamento dos problemas sociais e urbanos, vem desenvolvendo gestões no sentido de alterar este quadro através de medidas que visam refrear o fluxo migratório. Para tanto, pretende-se, com estas ações, estruturar a cidade para equacionar, antes de tudo, seus atuais problemas urbanos, disciplinando e orientando seu desenvolvimento³⁴³.

Objetivando a compatibilização dos usos do solo, foi proposto no PEU um zoneamento que levava em consideração as características do território municipal. Entre as propostas estavam: Área Urbana e de Expansão Urbana; Área Rural Agriculturável; Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar; Área de Preservação Permanente dos Mangues; Área da Estação Ecológica; e Área de Proteção Ambiental da Estação Ecológica³⁴⁴.

A Área Rural Agriculturável foi mencionada como sendo contíguas às áreas urbanas e de expansão urbana, limitada a oeste por uma referência geográfica, a cota altimétrica 100. Para essa área foram recomendadas atividades ligadas à “produção rural” e orientadas algumas medidas visando assegurar a qualidade do meio ambiente, dentre as quais a “definição das faixas de domínio *non aedificandi* ao longo das estradas vicinais”, a definição das faixas não agriculturáveis, considerando os principais cursos d’água, além de “estudos visando a

³⁴¹ JOINVILLE, 1987. Op. cit. P.5.

³⁴² Id. Ibid. P.4.

³⁴³ Id. Ibid.

³⁴⁴ Id. Ibid. P.22.

nucleação rural”³⁴⁵. Essa proposta de nucleação rural ligava-se à constituição de vilas com infraestrutura destinada a atender às necessidades básicas da população local, uma inserção de funções urbanas no meio rural. Outra questão é que a ideia de rural estava atrelada à agricultura, assim, a produção agrícola é mencionada como sendo uma “produção rural”.

Na Área de Proteção da Serra do Mar havia uma preocupação com as questões ambientais e o aproveitamento turístico dos bens culturais presentes nessa área. Por essa característica ela foi subdividida em outras três zonas: Agrícola com Aptidão Restrita, de Proteção dos Mananciais e de Proteção da Encosta³⁴⁶. Na Zona Agrícola com Aptidão Restrita foi recomendada a utilização de técnicas e insumos de modo a compatibilizar a produção agrícola como a conservação do solo. A Zona de Proteção de Encosta, em função de suas características topográficas e ecológicas, foi indicada para a preservação permanente. A Zona de Proteção dos Mananciais, por sua vez, foi tratada com atenção maior no que diz respeito aos usos e à ocupação, por ser uma área que abrangia bacias hidrográficas responsáveis pelo abastecimento de Joinville³⁴⁷.

Ainda na Zona de Proteção dos Mananciais destacou-se a proposta de implantação de um roteiro cultural ao longo da Estrada Dona Francisca pelo SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, que percebia nos bens alusivos à colonização da região um “quadro cultural de valor inestimável”³⁴⁸ – a proposta de um roteiro nessa região será melhor explorada no capítulo seguinte. Cabe destacar o fato do roteiro turístico ser significado neste documento como uma proposta positiva, que contribuiria para a sua preservação. Entre as potencialidades de lazer na Serra do Mar que poderiam ser aproveitadas pelo turismo são mencionados como “lugares de rara beleza” o Castelo dos Bugres e o Salto do Rio Cubatão, ambos localizados ao norte da cidade, no Distrito de Pirabeiraba³⁴⁹.

No Distrito de Pirabeiraba, a concentração de atividades comerciais e a ocupação residencial do seu núcleo urbano teriam contribuído para que o local passasse a exercer a função de um “subcentro”, com comércio e serviços voltados a atender demandas locais. Ainda de acordo com o PEU³⁵⁰, considerando sua proximidade com as rodovias Dona Francisca, BR 101 e o Distrito Industrial de Joinville (Zona Industrial Norte), o núcleo urbano de Pirabeiraba

³⁴⁵ JOINVILLE, 1987. Op. cit. P.20.

³⁴⁶ Id. Ibid.

³⁴⁷ Id. Ibid. P.22.

³⁴⁸ Id. Ibid.

³⁴⁹ Id. Ibid. P.23.

³⁵⁰ Id. Ibid. P.104.

poderia ser caracterizado como um “núcleo de transição urbano-rural” pela diversidade de usos do solo identificados no local: agrícolas, comerciais, industriais e residenciais.

O eixo Dona Francisca, no seu trecho que avança em direção à Serra, constitui-se sem dúvida em área de características singulares, notadamente na sua paisagem natural, estrutura fundiária e na manutenção de traços da cultura germânica ainda presentes. O fato do perímetro urbano avançar linearmente neste eixo já começa a repercutir negativamente no conjunto, sobretudo nas formas de parcelamento, uso e ocupação do solo eminentemente urbanos que vêm descaracterizando rapidamente aquela área. Este eixo urbano atravessa também a área do principal manancial e ponto de captação de água da cidade, caracterizando uma forma de ocupação incompatível com a importância estratégica desta área para a cidade³⁵¹.

A valorização de elementos naturais e até mesmo da estrutura fundiária podem ser entendidos como uma tentativa de caracterização do meio rural de Joinville, uma medida de proteção adotada como meio de refrear o processo de urbanização. O que estava em jogo naquele momento era o entendimento de que o crescimento populacional em direção à Serra do Mar, o parcelamento do solo e sua utilização por funções urbanas contribuiriam para uma descaracterização dessa área, sob a qual eram atribuídos elementos singulares, uma vez que a proximidade dessa área com indústrias teria contribuído tanto para a formação de novos núcleos populacionais quanto para outro tipo de ocupação do meio rural, o de dormitório para os operários que trabalhavam no Distrito Industrial de Joinville³⁵².

A partir dessa avaliação sobre as questões econômicas, habitacionais e socioambientais que permeavam o planejamento municipal na década de 1980, algumas recomendações foram prescritas para o município, dentre as quais destacam-se três propostas para o Distrito de Pirabeiraba³⁵³. A primeira tratava da criação de uma Área de Preservação Ambiental (APA) em uma região com mananciais de rios importantes para o município. A segunda foi com relação à Preservação da Área de Colonização da Estrada Dona Francisca, local onde já se discutia a implantação de um roteiro cultural como um meio de estimular a preservação de bens culturais. A terceira recomendação proposta foi a Redução do Perímetro Urbano e o controle do parcelamento do solo, tendo em vista tanto a ameaça da urbanização sobre áreas consideradas estratégicas para o município, em função dos recursos naturais existentes, quanto o aproveitamento de áreas urbanas que ainda poderiam absorver o crescimento da cidade³⁵⁴.

³⁵¹ JOINVILLE, 1987. Op. cit. P.104.

³⁵² Id. Ibid.

³⁵³ Id. Ibid. P.105.

³⁵⁴ Id. Ibid. P.164.

Embora o PEU não tenha sido transformado em lei, as discussões sobre o planejamento e a gestão do território municipal nele contidas tiveram ressonâncias na elaboração de outros planos e leis. A exemplo disso podem ser mencionadas a criação da Área de Proteção Ambiental Dona Francisca, pelo Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997, a criação de roteiros turísticos a partir da década de 1990, que serão explorados no capítulo seguinte deste trabalho, além das alterações no perímetro e nos critérios estabelecidos para o uso e a ocupação do solo no meio rural, através da Lei Complementar nº 27/1996.

A Lei Complementar nº 27/1996 atualizou as normas de uso e ocupação, redefiniu o perímetro urbano e instituiu o parcelamento do solo urbano de Joinville. A partir dessa lei, o município passou a legislar também sobre o meio rural, visto que o regramento territorial preconizado pelos planos urbanístico de 1966 e Diretor de 1973 previam somente a delimitação do perímetro, competindo ao Governo Federal as demais questões relativas ao rural. A atualização das normas de uso e ocupação do solo e a redefinição do perímetro pode ser relacionada a uma tentativa de responder a determinações de instâncias superiores ao município ou de dar respostas a mudanças mais profundas na sociedade.

A Agenda 21, como compromisso internacional firmado durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, constituiu-se um instrumento de planejamento visando o desenvolvimento sustentável por meio da articulação entre proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica³⁵⁵. Ainda que não seja possível afirmar uma influência direta da Agenda 21 sobre a Lei Complementar nº 27/1996, é preciso considerar que a construção dessa lei municipal se deu em um contexto de discussões ambientais, do qual a Agenda 21 foi um importante desdobramento.

O território municipal, a partir da Lei Complementar nº 27/1996, foi dividido em Área Rural e Área Urbana, de modo que a primeira foi entendida como uma “área não ocupada ou não prevista para ocupação por funções urbanas, sendo destinada às atividades agrosilvopastoris [...]”, enquanto a segunda foi prevista para ocupação por funções urbanas, como atividades residenciais, industriais e comerciais. Essas áreas foram ainda subdivididas, conforme o Art. 3º, em Área Rural de Utilização Controlada (ARUC), Área Rural de Conservação e Preservação (ARCP), Área Urbana de Ocupação Não Prioritária (AUNP) e Área Urbana de Ocupação Prioritária (AUP).

³⁵⁵ MMA – Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. Brasília: MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> Acesso em: 5 dez. 2014.

Quanto à utilização do solo na Área Rural de Utilização Controlada (ARUC), o Art. 4º estabeleceu que deveria ser feita a manutenção das atividades agrosilvopastoris, incentivadas as atividades de lazer, além da conservação e preservação da natureza. No entanto, como alguns usos permitidos nessa área implicavam no fracionamento das propriedades, a legislação municipal passou a admitir o parcelamento do solo desde que observada a legislação agrária vigente e mediante autorização do órgão federal competente, o Incra. Através da análise do documento, pode-se deduzir que a flexibilização do parcelamento do solo foi um meio para atender a demandas residenciais, comerciais e industriais no meio rural, entendendo que não se tratavam de loteamentos residenciais nos moldes urbanos ou de centros comerciais e industriais, mas de propriedades campestres, da comercialização de produtos agrosilvopastoris e de fábricas de transformação de produtos agropecuários.

Desse modo, foi determinado que seriam autorizadas pela Prefeitura Municipal nessa área empreendimentos voltados a determinadas finalidades ou atividades: residência unifamiliar; equipamentos agropecuários; sede campestre de associações e/ou instituições recreativas ou desportivas; depósito ou entreposto de comercialização de produtos de origem agrosilvopastoris; indústria de extração e de beneficiamento de produtos vegetais; hotéis-fazenda; equipamentos comunitários; cooperativas rurais; indústria de transformação de produtos agropecuários; e indústria de extração e de beneficiamento de produtos minerais.

A Área Rural de Conservação e Preservação (ARCP) foi estabelecida em conformidade com a Lei Estadual nº 6063/1982 que, entre outras providências, dispunha sobre o parcelamento do solo urbano. Entre os pontos que cabem ser destacados desta lei estadual está o seu Art. 3º, no qual determinou-se que o parcelamento do solo poderia ser realizado somente nas zonas urbanas e de expansão urbana, não sendo permitido em terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações, em áreas com características topográficas não indicadas para edificação e em áreas de proteção especial. Esses critérios estabelecidos para o parcelamento do solo em Santa Catarina foram seguidos em Joinville pela Lei nº 27/1996.

Destaca-se no Art. 6º, da Lei Estadual nº 6063/1982, o entendimento sobre as áreas de interesse especial, entre as quais foram listadas as áreas consideradas necessárias à preservação do meio ambiente, “as que diziam respeito à proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, artístico, histórico, paisagístico e científico”, além de áreas reservadas para o planejamento regional e urbano e outras destinadas à instalação de distritos e áreas industriais. Essas áreas de interesse especial podem ser percebidas nas subdivisões previstas para a Área Rural de

Conservação e Preservação (ARCP) de Joinville, a qual foi subdividida em Área de Preservação Permanente dos Mangues (APPM) e Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar (APSM), sendo essa última ainda subdividida em Área de Preservação Permanente das Encostas (APPE) e Área de Proteção dos Mananciais e Preservação Cultural Paisagística (APMC).

Quanto à Área Urbana, uma reportagem publicada no jornal Folha de S. Paulo em 16 de fevereiro de 1997, sob o título “Joinville fecha as portas para evitar o inchaço da população”, permite uma compreensão do cenário que estava posto para os gestores do município naquele momento. De acordo com o texto, o município contava “com apenas 8% do esgoto tratado, regiões de mangue ocupadas irregularmente e deficiências no transporte coletivo [...]”³⁵⁶. Diante dessa situação, “o perímetro urbano foi reduzido, e o município proibiu a abertura de novos loteamentos em regiões afastadas da cidade. Empreendimentos imobiliários só podem ser lançados caso esteja pronta a infraestrutura básica, com água, luz e estradas”³⁵⁷.

Cabe destacar que desde 1979 já existia uma lei federal, Lei nº 6.766/1979, que dispunha sobre o parcelamento do solo urbano e determinava que as alterações no uso do solo rural com finalidades urbanas dependiam da aprovação do Incra e da Prefeitura Municipal, conforme o Art. 53º. No entanto, a aplicação dessa lei em Joinville era problemática em função do contorno do perímetro urbano, que se estendia sobre áreas com características rurais, o que acabava permitindo a multiplicação de loteamentos. Nesse sentido, a proposta da Lei nº 27/1996 era fazer com que a transformação de áreas rurais em urbanas só ocorresse mediante uma pressão para a urbanização e caso não houvesse uma estocagem de terras no perímetro urbano.

A redução do perímetro urbano era uma questão que estava relacionada tanto a uma preocupação com o avanço do tecido urbano sobre as áreas rurais quanto ao entendimento de que era necessário promover o adensamento populacional no meio urbano. O baixo adensamento era uma questão que já havia sido abordada na esfera pública em 1966, quando o PBU atribuiu essa situação ao aspecto rural dos lotes urbanos, os quais possuíam grandes dimensões e uma distribuição de modo esparso.

O baixo adensamento é tratado como um problema de planejamento urbano na medida em que o crescimento populacional de modo esparso implica em investimentos maiores em infraestrutura para atender a população. Entretanto, é preciso considerar que há outros interesses

³⁵⁶ LEOBET, Deise. Joinville fecha as portas para evitar inchaço da população. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 fev. 1997. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc160217.htm>> Acesso em: 17 dez. 2014.

³⁵⁷ Id. Ibid.

envoltos na produção e consumo do espaço urbano. As alterações no perímetro a fim de promover o adensamento de uma determinada área, bem como as alterações nas leis de uso e ocupação do solo que tem como premissa a produção de um espaço urbano organizado, contribuindo para a transformação do solo em uma mercadoria, objeto de disputas entre diferentes segmentos sociais. A classificação do território municipal em áreas prioritárias para determinados tipos de ocupação e usos, contribui para a atribuição de valores diferentes ao solo e, conseqüentemente para o fracionamento do espaço urbano e a segregação, na medida em que atende, sobretudo, aos interesses do capital.

Tendo em vista essas questões e a fim de ocupar os terrenos vazios e promover um adensamento populacional no meio urbano, em 1996 foram reduzidos os limites do perímetro urbano e caracterizada a Área Urbana de Ocupação Não Prioritária (AUNP).

Art. 9º. – A Área Urbana de Ocupação Não Prioritária (AUNP) caracteriza-se pelas limitações na oferta de infraestrutura básica, pela baixa densidade de ocupação e pela existência de condições físico-naturais, que restringem a urbanização e têm como objetivo conter a expansão da malha urbana, ficando a Prefeitura desobrigada de novos investimentos na região, limitando-se à manutenção do existente.

A redução do perímetro urbano visando promover o adensamento populacional foi proposta como uma estratégia de gestão do poder público para facilitar a oferta dos serviços básicos, pois a criação de loteamentos afastados do centro urbano se tornava um problema para o município que precisava fazer com que os serviços básicos como abastecimento de água, energia elétrica e saneamento chegassem até os novos núcleos populacionais³⁵⁸. Porém, tratava-se também da produção do espaço pelo poder público, que pela redução do perímetro urbano interferiu nas finalidades de uso e ocupação de determinadas áreas. A implantação de loteamentos e a chegada das estruturas urbanas eram fatores que contribuía para uma valorização da área situada entre o centro urbano e o empreendimento edificado, fomentando um processo de especulação da terra. Porém, com a Lei nº 27/1996, os loteamentos afastados do centro urbano deixaram de ser vantajosos para especulação imobiliária, pois ao desobrigar o poder público de assegurar a oferta dos serviços básicos à população estabelecida fora do perímetro urbano, transferiu-se essa responsabilidade para o empreendedor.

³⁵⁸ Essa já uma questão apontada com o PBU, quando se mencionou que o “espraiamento” da população sobre áreas residenciais elevava sobremaneira os gastos do poder público em investimentos para assegurar a população os serviços essenciais. Cf. JOINVILLE, 1966. Op. cit. P.63.

As áreas delimitadas como rurais e urbanas pela Lei nº 27/1996 permaneceram nessas configurações até a aprovação da Lei Complementar nº 261/2008³⁵⁹, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville. A mudança do Plano Diretor estava ligada à aprovação do Estatuto da Cidade³⁶⁰, que regulamentou o capítulo sobre a política urbana da Constituição Brasileira de 1988.

O Estatuto da Cidade promoveu uma mudança na forma de se pensar as políticas urbanas, pois definiu diretrizes que deveriam ser observadas pelo governo federal e pelos governos estaduais e municipais para a promoção da política urbana. Com isso, foram estabelecidos instrumentos para o desenvolvimento sustentável das cidades, incluindo um conjunto de diretrizes para elaboração do Plano Diretor dos municípios, considerando a função social da propriedade e a gestão democrática da cidade.

O Conselho das Cidades, um instrumento de gestão articulado à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e responsável por emitir orientações e recomendações sobre a aplicação do Estatuto da Cidade, por meio da Resolução nº 34/2005, Art. 1º, determinou o conteúdo mínimo que os Planos Diretores deveriam prever. Desse conteúdo, cabe destacar: “as ações e medidas para assegurar o cumprimento das funções sociais da cidade, considerando o território rural e urbano, bem como o cumprimento da função social da propriedade urbana, tanto privada como pública” e “os objetivos, temas prioritários e estratégias para o desenvolvimento da cidade e para a reorganização territorial do município, considerando sua adequação aos espaços territoriais adjacentes”³⁶¹.

Por meio das recomendações trazidas pela Resolução nº 34/2005 pode-se perceber uma situação nova com relação aos Planos Diretores, pois até então não havia uma legislação federal que obrigasse os municípios a estabelecerem um regramento para as áreas rurais – essa foi uma demanda criada pelo Estatuto da Cidade. No entanto, Joinville havia se antecipado a esse momento com a publicação da Lei nº 27/1996, que realizou um zoneamento e estabeleceu regras relacionadas à ocupação do solo rural. Algumas propostas da lei de 1996 são retomadas no Plano Diretor de 2008, como a contenção do perímetro, que estava relacionada tanto a uma preocupação com o adensamento populacional do meio urbano quanto à proteção do meio rural.

³⁵⁹ JOINVILLE, 2008. Op. cit.

³⁶⁰ BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

³⁶¹ BRASIL. Ministério das Cidades. Resolução nº 34, de 01 de julho de 2005. Brasília: Diário Oficial da União, 14 jul. 2005.

O território municipal, conforme o Art. 55º do Plano Diretor de 2008, foi dividido em Macrozona Urbana e Macrozona Rural³⁶², sendo que essa última “caracteriza-se por áreas não ocupadas ou não prioritárias para ocupação por funções urbanas, sendo destinadas à preservação, às atividades agrosilvopastoris, de mineração, de turismo e lazer que dependem de localização específica”³⁶³. O termo rural presente nesse documento refere-se a todo território classificado como não urbano, sobre o qual foram indicadas áreas com critérios diferentes para utilização do solo, de modo que a Macrozona Rural foi dividida em três categorias que sintetizam o entendimento de rural contido no plano diretor vigente: Área Rural de Proteção do Ambiente Natural (ARPA)³⁶⁴, Área Rural de Utilização Controlada (ARUC)³⁶⁵ e Área Rural de Transição (ART)³⁶⁶.

A Área Rural de Proteção do Ambiente Natural foi proposta com o objetivo de minimizar o impacto ambiental da ocupação e de determinados usos do solo em áreas com nascentes de rios, nas encostas da Serra do Mar e manguezais, considerados elementos de um rural a ser preservado, onde as restrições quanto à utilização dessas áreas estão relacionadas ao desenvolvimento sustentável do município. De outro modo, na Área Rural de Utilização Controlada, com a preocupação relativa à proteção de áreas de mananciais, planícies e do planalto, foram propostas medidas para minimizar o impacto ambiental nessas áreas, através de

³⁶² De acordo com inciso III, Art. 54º do Plano Diretor de 2008, entre os objetivos que orientavam o macrozoneamento estava o de “garantir a manutenção ou redução do perímetro urbano definido na Lei Complementar nº 27/1996, objetivando a redução da degradação socioambiental”. Cf. JOINVILLE, 2008. Op. cit. P.35.

³⁶³ Id. Ibid. P.36.

³⁶⁴ A Área Rural de Proteção do Ambiente Natural, conforme o Art. 58º do Plano Diretor de 2008, foi subdivida em: Área de Proteção dos Mangues, Área de Proteção da Encosta da Serra do Mar e Área de Proteção dos Mananciais. Cf. JOINVILLE, 2008. Op. cit. P. 36. As duas primeiras foram entendidas como áreas de proteção tendo em vista a Constituição Federal, que em seu Art. 225º considerou a Mata Atlântica e a Serra do Mar como patrimônio nacional. A proteção do mangue pode ser justificada por fazer parte do ecossistema da Mata Atlântica, e a proteção dos acidentes geográficos como meio de evitar erosões e a destruição dos solos nas regiões das encostas da Serra do Mar. Quanto à terceira área, com a intenção de proteger as nascentes dos rios que formam as bacias hidrográficas do município, pode ser entendida uma preocupação relativa à qualidade e continuidade do abastecimento hídrico de Joinville. Cf. BRASIL, 1988. Op. cit.

³⁶⁵ A Área Rural de Utilização Controlada, de acordo com o Art. 59º do Plano Diretor de 2008, foi subdivida em outras quatro áreas, cada uma com finalidades específicas: Área de Utilização Controlada das Planícies Costeiras, para a manutenção do equilíbrio entre o sistema hídrico da planície costeira e os vetores de desenvolvimento do município; Área de Utilização Controlada das Planícies, para o desenvolvimento de novos padrões tecnológicos de produção agrícola e pecuária, visando uma utilização racional dos recursos ambientais; Área de Utilização Controlada dos Mananciais, para disciplinar o desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuárias e extrativas nos vales dos Rios Cubatão e Piraí, considerando a necessidade de manutenção da quantidade e qualidade da água destinada ao abastecimento do município; e a Área de Utilização Controlada do Planalto, com o objetivo de potencializar os investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer, associado à conservação da vegetação remanescente e a “beleza cênica”. Cf. JOINVILLE, 2008. Op. cit. P. 36.

³⁶⁶ A Área Rural de Transição (ART) compreendia uma nova proposta de regramento para áreas próximas ao espaço urbano de Joinville, semelhante a Área Urbana de Ocupação Não Prioritária, estabelecida pela Lei nº 27/1996.

novos padrões tecnológicos de produção agrícola e pecuária, regulação das atividades primárias e investimentos em infraestrutura voltada ao turismo e lazer³⁶⁷. Cabe destacar que essa última já estava presente na Lei Complementar nº 27/1996.

Outra categoria enunciada no zoneamento foi a Área Rural de Transição (ART), subdividida, conforme o Art. 60º do Plano Diretor de 2008, em: Área de Transição Residencial, Área de Transição Industrial e Área de Transição Especial. A primeira, com o objetivo de “[...] disciplinar a pressão por parcelamento e edificações residenciais em áreas tecnicamente não indicadas para funções urbanas, mediante o estabelecimento de critérios urbanísticos capazes de assegurar a preservação de suas características sócio-ambientais”³⁶⁸.

Entre as situações que contribuem para o parcelamento do solo no meio rural estão a herança familiar e o comércio de terras, os quais ocorrem de modo informal, efetivados por meio de contratos. De um lado, as propriedades não podem ser regularizadas junto ao Registro de Imóveis em função da área mínima de fracionamento determinada para constituição de um novo imóvel rural e, de outro, mesmo possuindo as dimensões de imóveis urbanos, também não podem ser urbanas pelo fato de estarem inseridas em uma área considerada rural.

O fracionamento das propriedades e a tendência de ocupação em áreas próximas ao meio urbano contribuem para situações em que propriedades residenciais com dimensões urbanas encontrem-se inseridas no perímetro urbano ou além dele, coexistindo do ponto de vista legal ocupações regulares e irregulares. A regularização dessas áreas pelo poder público só pode ser feita com a extensão do perímetro urbano ou com a criação de um núcleo urbano com limites definidos dentro da área rural. A exemplo disso, em Joinville foi criado o bairro Vila Cubatão por meio da Lei Complementar nº 54/1997 – uma área antes considerada rural, mas que passou por um processo de parcelamento do solo e uma ocupação com características urbanas.

Como as áreas de transição não tinham por finalidade transformação de áreas rurais em urbanas, seja pela extensão do perímetro ou pela criação de núcleos urbanos, elas não resolveram os problemas relacionados à legalização das propriedades, apenas abriram a possibilidade de introdução de algumas funções urbanas. Neste caso, as atividades desenvolvidas nas propriedades também remetem a discussão sobre o que pode ser considerado rural e urbano em Joinville, pois no meio rural são fabricadas cachaças, farinha, queijos, entre outros produtos obtidos por meio de processos considerados industriais. Porém, como as

³⁶⁷ JOINVILLE, 2008. Op. cit. P. 37.

³⁶⁸ Id. Ibid.

indústrias não são permitidas no meio rural, a Área de Transição Industrial foi proposta com o objetivo de compatibilizar os usos do solo, permitindo atividades capazes de assegurar a subsistência do meio rural, de modo a não impactar nas atividades agrosilvopastoris ou na continuidade desses empreendimentos industriais³⁶⁹. Cabe destacar que não se tratou de uma abertura para a instalação de grandes indústrias, mas da regularização de empreendimentos de pequeno e médio porte, em geral voltados para a transformação de produtos agropecuários, tais como engenhos, alambiques, apiários e outras pequenas fábricas.

Outra proposta foi a Área de Transição Especial, com a finalidade de disciplinar a pressão pelo parcelamento do solo através da adoção de critérios visando manter o equilíbrio entre as funções residenciais, industriais e as características ambientais em áreas próximas ao perímetro urbano e com elevada densidade demográfica³⁷⁰.

As três grandes áreas e suas subdivisões dependiam de um instrumento que viabilizasse sua implementação, já que o Plano Diretor somente definiu as diretrizes que deveriam ser seguidas pelo município. Esses instrumentos deveriam ser aprovados dentro de prazos determinados pelo Plano Diretor, sendo de seis meses após a sua publicação para envio ao legislativo do Projeto da Lei Complementar de Estruturação Territorial³⁷¹ e de um ano após a publicação da Lei Complementar de Estruturação Territorial para envio ao legislativo do Projeto da Lei Complementar de Ordenamento Territorial³⁷². A primeira lei, entre outras finalidades, instituiria o macrozoneamento no município, e a segunda regulamentaria o parcelamento, uso e ocupação do solo no município. No entanto, a aprovação dessas leis não ocorreu dentro dos prazos estipulados, pois a Lei de Estruturação Territorial foi aprovada somente em 2010 e a Lei de Ordenamento Territorial (LOT) permanece em tramitação. A demora na regulamentação dessas leis está muito relacionada ao fato de que alterações nas regras de uso e ocupação do solo acirram as disputas que tem como objeto o valor de mercado de terrenos.

Sobre a Lei Complementar nº 318/2010, que instituiu o Instrumento de Controle Urbanístico – Estruturação Territorial, conforme seu Art. 1º:

[...] tem por objetivo estabelecer o macrozoneamento municipal como referencial ao zoneamento urbano e rural, identificando e definindo suas características e vocações a fim de garantir a ocupação equilibrada do território municipal e promover o

³⁶⁹ JOINVILLE, 2008. Op. cit. P. 37.

³⁷⁰ Id. Ibid.

³⁷¹ Id. Ibid. P.40.

³⁷² Id. Ibid. P.43.

desenvolvimento sustentável, protegendo os recursos naturais e as paisagens notáveis, direcionando o uso e a ocupação do território e otimizando a rede de circulação viária, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville.

Da aprovação do Plano Diretor em 2008 até a Lei Complementar N° 318/2010 ocorreram mudanças no macrozoneamento, as quais podem ser percebidas na delimitação física das áreas rurais de transição, pois restaram somente três das seis áreas indicadas no Macrozoneamento Rural, conforme mapa presente no Anexo I do Plano Diretor³⁷³. As áreas de transição que tiveram seus limites definidos, conforme os artigos 20, 22 e 24 da Lei Complementar n° 318/2010, foram: Área de Transição Residencial Rio do Braço, localizada ao norte de Joinville, nas imediações da Estrada da Ilha; Área de Transição Industrial Sul, na divisa com o município de Guaramirim (SC); e Área de Transição Especial, também localizada ao sul, entre o bairro Paranaguamirim e a Baía da Babitonga.

Sobre o que teria motivado a supressão das outras três áreas de transição não há referências nos documentos aqui analisados. No entanto, uma hipótese a ser considerada é o questionamento legal a respeito de a quem compete legislar sobre o rural, pois de um modo o Estatuto da Terra³⁷⁴ diz que a área rural é de competência federal³⁷⁵ e, de outro, o Estatuto da Cidade diz que o município deve legislar sobre a área rural e, em seu Art. 2º, estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, que incluem a “integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência”³⁷⁶. Da persistência dessa indefinição jurídica presente na esfera federal, surgem incertezas quanto à gestão do rural no município, as quais acabam por refletir no zoneamento municipal.

Em 2010, também foi publicada uma revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1996³⁷⁷. Tratava-se da Lei n° 312/2010, que não estava prevista no Plano Diretor de 2008, porque o que estava previsto era a aprovação da LOT, mas enquanto ela não era aprovada, o município acabou por reformular sua Lei de Uso e Ocupação do Solo, consolidando algumas

³⁷³ JOINVILLE, 2008. Op. cit. P.66.

³⁷⁴ BRASIL, 1964. Op. cit.

³⁷⁵ Conforme o Art. 1º “Esta Lei [Lei n° 4.504/1964] regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”.

³⁷⁶ BRASIL, 2001. Op. cit.

³⁷⁷ JOINVILLE, 1996. Op. cit.

alterações que já tinham sido feitas por meio de emendas e dando nova redação ao texto. A Lei nº 312/2010 permanece vigente em 2014 e será revogada somente com a aprovação da LOT, que irá regulamentar o parcelamento, uso e ocupação do solo.

Em 2014, foram realizadas pela Fundação Ippuj uma série de reuniões públicas sobre a LOT em diferentes partes da cidade, de maneira a permitir que a população pudesse expressar sua opinião e tirar suas dúvidas a respeito dessa lei. Também foi publicada uma cartilha³⁷⁸ com um resumo dos principais pontos presentes nessa lei, destacando-se o incentivo aos núcleos rurais e o controle do perímetro urbano³⁷⁹ como diretrizes do Plano Diretor que foram trazidas na proposição dessa lei que, conforme a apresentação da cartilha, considerou a infraestrutura (existente e a planejada), aspectos ambientais, paisagísticos e culturais³⁸⁰.

Uma das questões abordadas foi o parcelamento do solo decorrente dos loteamentos, pois vale lembrar que em 1996 o município já havia restringido a criação de loteamentos afastados da cidade como forma de administrar melhor a distribuição dos serviços básicos que são de competência da Prefeitura Municipal. Contudo, a proposta da LOT traz alguns requisitos a serem observados pelo responsável pelo loteamento ao propor o seu parcelamento, incluindo as exigências quanto à implantação de serviços básicos para a população e às restrições ao loteamento de algumas áreas. A cartilha produzida pela Fundação Ippuj traz a imagem de uma arrozeira para ilustrar a informação de que não podem ser loteadas as áreas de unidades de conservação da natureza, de manutenção da floresta, alagadiças ou sujeitas a inundações, com fortes inclinações ou ainda sujeitas a deslizamentos de encostas.

Outro ponto a ser destacado com relação à LOT diz respeito à própria regulamentação da área rural, sobre a qual há uma mudança significativa em relação ao Plano Diretor e a Lei Nº 318/2010 (que definiu quais as áreas são consideradas rurais e urbanas de Joinville), pois o meio rural foi classificado pelo Plano Diretor de 2008 em três grandes áreas, conforme abordado anteriormente³⁸¹, incluindo as chamadas áreas rurais de transição industrial, residencial e especial. No entanto, também conforme abordado anteriormente³⁸², das seis áreas

³⁷⁸ IPPUJ – Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Lei de Ordenamento Territorial (LOT)**. Joinville: IPPUJ, 2014.

³⁷⁹ Outras diretrizes são ainda mencionadas pela publicação, como a promoção do emprego próximo à residência, o incentivo para a localização das transportadoras próximo às rodovias e a promoção do adensamento próximo aos corredores de transporte coletivo.

³⁸⁰ IPPUJ, 2014a. Op. cit. P.3.

³⁸¹ Ver: Capítulo III, p. 105.

³⁸² Ver: Capítulo III, p. 108.

de transição previstas no Plano Diretor, três foram suprimidas pela Lei nº 318/2010 e, com a LOT, as áreas rurais de transição deixarão de existir.

O que se observa é uma mudança de percepção quanto aos critérios para uso e ocupação do solo nas áreas rurais limítrofes ao perímetro urbano, pois se em outros momentos se pensou nas áreas de transição como um meio de disciplinar a pressão por parcelamento ou de compatibilizar os usos do solo, a supressão dessas áreas proposta na LOT (em tramitação), pouco mais de seis anos após a publicação, revela a ineficácia dessa proposta. De modo que, das três categorias de classificação das áreas rurais (ARPA, ARUC e ART) propostas no Plano Diretor de 2008, somente as duas primeiras estão previstas na LOT, o que pode estar relacionado a uma tentativa de delimitação mais nítida das áreas rurais e urbanas no município visando a definição de critérios para o uso do solo.

Tendo em vista a supressão das áreas de transição, a questão volta-se para os usos do solo, sendo previstos cinco tipos de usos: residencial, comercial, de prestação de serviços, industrial e agrosilvopastoris. No que diz respeito aos usos agrosilvopastoris (agricultura, pecuária, extrativismo mineral e extrativismo vegetal), destaca-se a informação de que serão permitidos na área rural e proibidos na área urbana, porém, com algumas exceções, como a criação de peixes ornamentais e o cultivo de flores³⁸³. A permissão dessas atividades, assim como das hortas urbanas, parece estar ligada ao fato de elas não produzirem um impacto maior sobre as configurações territoriais ou sobre as dinâmicas urbanas, porque consistem em trabalhos manuais realizados em pequenas áreas, sem a utilização de máquinas agrícolas ou força animal.

Por meio dos planos e das leis, percebe-se que os entendimentos de rural foram sendo atualizados atendendo às contingências que se colocavam no momento de elaboração desses documentos, seja no âmbito político, econômico ou ambiental: em 1938, o rural era toda a porção territorial situada além dos perímetros urbano e suburbano de Joinville; no plano urbanístico de 1966, era referência para uma compreensão das suas configurações urbanas; em 1973, área a ser protegida do avanço do tecido urbano; em 1987, um local com múltiplas faces onde se projetam usos alternativos; em 1996, são as áreas de utilização controlada e de conservação e preservação; até que em 2008 é entendida como uma área de produção, de proteção, mas também de transição em relação ao urbano.

³⁸³ IPPUJ, 2014a. Op. cit. P.16.

Esses documentos trazem um entendimento sobre o rural, o do poder público, contudo, é preciso considerar que os discursos sobre o rural em Joinville presente na legislação e nos planos urbanísticos e Diretores não estavam à parte das narrativas produzidas no campo historiográfico. Essas concepções de rural não emergem tão somente do documento, elas são construídas também a partir da leitura dos historiadores, haja vista as referências bibliográficas contidas nessas publicações. O Plano Básico de Urbanismo de 1966 tem como referência a obra do historiador Carlos Ficker “História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca”³⁸⁴. Já o Plano de Estruturação Urbana de 1987 adotou como referência a obra “História Econômica de Joinville”³⁸⁵, do historiador Apolinário Ternes. A questão que emerge é como esses historiadores explicaram a relação entre o rural e o urbano em Joinville.

3.2 O rural em narrativas historiográficas

As abordagens sobre o rural, conforme discutido no segundo capítulo deste trabalho, costumam estar relacionadas aos objetivos de cada autor, de sua obra e do contexto histórico em que foram produzidas. Na historiografia, as narrativas acerca do rural tratam de períodos e acontecimentos que marcaram a passagem de sujeitos e grupos por um território. Em grande parte dessas obras se percebe um rural que é analisado em relação ao urbano, pois de acordo com o exposto no primeiro capítulo deste trabalho, a identificação de algo como rural costuma ser dada por um conjunto de referências construídas na oposição entre cidade e campo.

As abordagens sobre o rural em Joinville presentes em obras historiográficas também foram produzidas em diferentes momentos e com interesses diversos, margeadas por discussões que estabeleceram oposições e complementaridades entre o rural e o urbano, seja como territórios legalmente delimitados ou enquanto referência a pessoas, grupos e práticas. Entre as obras que costumam figurar nas referências de trabalhos sobre temáticas acerca da História de Joinville ou da Colônia Dona Francisca, destacam-se “Joinville: subsídios para a Crônica da

³⁸⁴ FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônica da Colônia Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

³⁸⁵ TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

Colônia Dona Francisca”, do historiador Carlos Ficker, e “História Econômica de Joinville”, do historiador Apolinário Ternes³⁸⁶.

A publicação da obra “História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca”, em 1965, foi resultante de um concurso promovido pela empresa joinvilense Fundação Tupy S.A., que premiava a melhor obra escrita sobre a cidade. A pesquisa incluiu uma série de fontes, entre relatórios, contratos, jornais, crônicas, cartas, mapas e fotografias que foram obtidas pelo autor junto ao Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e em uma viagem por ele empreendida à Europa, considerando o fato de que a fundação da Colônia Dona Francisca foi decorrente de um projeto colonizador executado por uma empresa alemã em terras dotais pertencentes a um príncipe francês. Nessa obra, o autor aborda o período compreendido entre a fundação da Colônia Dona Francisca³⁸⁷ na segunda metade do século XIX e as transformações urbanas de Joinville na primeira década do século XX.

A obra “História Econômica de Joinville”, do historiador Apolinário Ternes, seguiu outro percurso: ela foi publicada em 1986, em comemoração ao 75º aniversário de criação da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ). O tom comemorativo desse trabalho pode ser percebido na organização da narrativa sobre a cidade, destacando o processo de industrialização como responsável pela consolidação de sua economia e pela transformação de uma cidade com características rurais para a Joinville urbana e industrial da segunda metade do século XX³⁸⁸. A obra de Ternes aborda o período compreendido entre a fundação da Colônia Dona Francisca, em 1851, e a década de 1980, momento em que escreve essa obra.

A escolha por essas duas obras não foi aleatória. Considerou-se o fato de elas terem sido utilizadas ao longo dos anos por pesquisadores em diferentes trabalhos sobre a construção histórica de Joinville e, principalmente, por terem embasado a construção de estudos acerca do

³⁸⁶ Apolinário Ternes é um historiador e jornalista joinvilense, autor de diversas obras: “História de Joinville: uma abordagem crítica” (1981), “História econômica de Joinville” (1986), “Joinville, a construção da cidade” (1993), “Joinville: 150 anos” (2001), “A economia de Joinville no século 20” (2002), entre outras. Durante sua vida profissional, Ternes publicou livros sobre História, Política, Economia e artigos nas páginas dos jornais de Joinville, tendo sido o fundador do semanário e depois Diário Extra. Também foi assessor de imprensa da Prefeitura de Joinville na gestão de Pedro Ivo Campos (1973-1977) e Diretor do Arquivo Histórico de Joinville na gestão do Luiz Henrique da Silveira. Cf. COELHO, Ilanil. Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010). Florianópolis, 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). p.175.

³⁸⁷ A fundação da Colônia Dona Francisca foi possibilitada pelo casamento da Princesa Dona Francisca, filha do Imperador Dom Pedro I do Brasil, com François d’Orléans, Príncipe de Joinville, pois ela permitiu a aplicação da Lei nº 166/1840, que estabelecia a dotação da Princesa Dona Francisca, incluindo o Art. 5º, que determinava a fundação de um “patrimônio em terras pertencentes à nação”. Cf. FICKER, Carlos. Op. cit. P.17. A demarcação de 25 léguas quadradas de terras devolutas no norte da então Província de Santa Catarina foi decorrente da aplicação dessa lei.

³⁸⁸ TERNES, Apolinário. Op. cit. P.139.

planejamento territorial do município, tendo em vista que a obra de Ficker (1965) foi utilizada como referência para a construção do Plano Básico de Urbanismo (PBU) de 1966 e a obra de Ternes (1986) para o Plano de Estruturação Urbana (PEU) de 1987. Desse modo, o objetivo nessa parte é compreender os sentidos de rural presentes nessas obras historiográficas e que foram apropriados pelos gestores na elaboração de análises e recomendações sobre o uso e a ocupação do território gerido pelo poder público.

Na obra de Ficker³⁸⁹, os sentidos de rural emergem já na primeira parte, quando o autor menciona que a Colônia³⁹⁰ foi concebida para ser um espaço rural, com práticas agrícolas, enquanto o urbano era planejado para ser um centro administrativo. O autor chega a essas conclusões tomando como referência o primeiro relatório da “Sociedade Colonizadora de 1849, em Hamburgo” (*Colonisations-Verein von 1849 in Hamburg*), produzido em março de 1851 e que, entre outras informações, relatou a chegada dos primeiros imigrantes, o nome escolhido para a Colônia, denominada Dona Francisca, além da localização escolhida para a construção da primeira cidade a ser fundada, a qual se chamaria Joinville.

De acordo com Ficker³⁹¹, havia uma separação “rigorosa” entre a Colônia Dona Francisca e a menção à futura cidade de Joinville. Sobre essa questão, cabe destacar que se tratava de uma separação entre o que era considerado campo e o que se projetava como cidade, pois Joinville é mencionada no primeiro relatório já como cidade, entendida como um espaço que deveria ser ocupado por funções urbanas em oposição à Colônia Dona Francisca, que concentrava atividades ligadas ao campo, como práticas agrícolas de uma colônia criada com essa finalidade, como pode ser evidenciado pelo seguinte trecho:

Embora desde o começo estivesse nos planos da Direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, homenagear Suas Altezas Reais, o Príncipe e a Princesa de Joinville, o local onde se fixaram os primeiros colonos era considerado de caráter puramente agrícola. A cidade de Joinville, porém, seria fundada em outro lugar, previsto nas plantas projetadas³⁹².

Ainda sobre essa questão, Ficker³⁹³ afirma que o primeiro núcleo colonial que se constituiu ao longo da picada, acompanhando o curso do Riacho Mathias³⁹⁴, e que foi batizado

³⁸⁹ FICKER, Carlos. Op. cit. P.62.

³⁹⁰ A utilização do termo “Colônia” neste capítulo refere-se à Colônia Dona Francisca.

³⁹¹ Id. Ibid.

³⁹² Id. Ibid. P.65.

³⁹³ Id. Ibid.

³⁹⁴ De acordo com Ficker, a povoação da Colônia Dona Francisca teve início em 1850, quando os primeiros imigrantes chegaram pelo Rio Cachoeira e de lá subiram através do Ribeirão Mathias (*Mathias-Bach*), onde

de Lugarejo de Schroeder³⁹⁵, não poderia ser considerado cidade por possuir características predominantemente rurais, diferente de Joinville, que era pensada como cidade – e os esforços da Sociedade Colonizadora eram no sentido de concretizá-la como um espaço urbano a ser fundado na parte do território que mais se aproximava do mar³⁹⁶.

Em outra passagem, Ficker³⁹⁷ aborda as dificuldades para a fundação de uma cidade no momento em que a colônia agrícola ainda se organizava, pois a própria falta de mão de obra foi apontada no relatório de maio de 1852 como um entrave do projeto. Ainda de acordo com o autor³⁹⁸, o projeto fora abandonado e todo o empreendimento colonizador tornado Joinville quando Benno Von Frankenberg-Ludwigsdorff assumiu a Direção da Colônia Dona Francisca, em 1852, e resumiu sob um único nome tanto o núcleo colonial iniciado às margens do Riacho Mathias quanto o local previsto para a fundação da cidade. A partir dessa unificação, a direção da Colônia teria se voltado para as possibilidades de melhorias no núcleo já existente.

Um aspecto interessante destacado por Ficker³⁹⁹ diz respeito à própria data de fundação da cidade, pois conforme o autor, “nunca houve fundação oficial da cidade”, sendo a data de 9 de março de 1851, data oficial de fundação de Joinville, relativa à chegada de um contingente de imigrantes na Colônia Dona Francisca e não na cidade de Joinville, pois o Lugarejo de Schroeder e todo o empreendimento colonizador foram identificados como Joinville somente em 1852. Contudo, a suspensão da construção da cidade e, conseqüentemente, a identificação do Lugarejo de Schroeder como Joinville também estaria relacionada a uma nova conjuntura do próprio núcleo colonial, que o autor atribui ao desenvolvimento de funções urbanas por um grupo de imigrantes que teria vindo a bordo da embarcação Gloriosa.

A chegada do brigue “Gloriosa” teve profunda repercussão na Colônia. Pode-se dizer que esse navio, trazendo 75 imigrantes, causou uma transformação no setor sociológico da Colônia, que até esta data conservou sua influência. O vilarejo de “Schroedersort”, cercado de propriedades rurais, e puramente agrícola, elevar-se-ia a um centro social, econômico, político e administrativo, com a vinda dessas 75 pessoas, na sua maioria capitalistas e empregadores, oficiais e acadêmicos⁴⁰⁰.

derrubaram a mata, construíram ranchos e prepararam a terra para as primeiras plantações. Cf. FICKER, Carlos. Op. cit. P.62.

³⁹⁵ O núcleo colonial foi batizado de Lugarejo de Schroeder (*Schroedersort*) pelo seu primeiro diretor, Eduard Schroeder.

³⁹⁶ O local escolhido para a construção da cidade de Joinville estava localizado na confluência dos Rios Cachoeira e Bucarein.

³⁹⁷ FICKER, Carlos. Op. cit. P.65.

³⁹⁸ Id. Ibid.

³⁹⁹ Id. Ibid. P.71.

⁴⁰⁰ Id. Ibid. P.98.

O que se percebe por meio da leitura de Ficker sobre os primeiros anos da colonização de Joinville, antes Lugarejo de Schroeder, é uma tentativa de diferenciação entre o rural e o urbano, pois considerando que se tratava de um núcleo colonial marcado por práticas agrícolas, a possibilidade de sua transformação em cidade foi considerada pelo autor como decorrente da introdução de funções comerciais e industriais, por intermédio de um grupo de imigrantes capitalizados que possuíam ofícios associados à vida urbana.

Por sua vez, o autor não abordou somente as informações contidas nos relatórios, valendo-se de outras fontes, dentre as quais os relatos de viajantes europeus que com diferentes intencionalidades visitaram a Colônia durante o século XIX. O primeiro deles foi o militar prussiano Theodor Rodowicz-Oswiecimsky⁴⁰¹, que veio em 1851 com a embarcação Gloriosa, permanecendo até 1852 a fim de observar as condições em que se encontravam as famílias que haviam emigrado e assim informar⁴⁰² aos seus compatriotas sobre os recursos disponíveis e as possibilidades de desenvolvimento na colônia, levando inclusive ao conhecimento público os desenganos e desilusões relatados por aqueles que migraram.

Este chão, com exceção dos que vegetam as plantas do mangue, só se presta para plantar arroz, e para pasto nos lugares mais elevados. O terreno argiloso-marrom, sobretudo onde as águas da chuva não estacionam, já alimenta maior número de madeiras de lei, as capoeiras aí são menos frequentes que em outros terrenos aqui referidos, e se presta para quase todas as culturas, principalmente para cana, milho, arroz, além de feijão, batatinha e algodão, menos para mandioca e é um excelente chão para manutenção de hortas⁴⁰³.

O que fica evidente na análise do trabalho de Rodowicz-Oswiecimsky é a natureza como uma configuração que foi dada e sobre a qual os imigrantes foram inseridos. A descrição desses primeiros meses da Colônia é de um cenário rural e é nesta configuração que o viajante, colocando-se na situação de “colono”, conforme expresso no prefácio de sua crônica, avaliou as condições sobre as quais encontravam-se na colônia as famílias emigradas e quais possibilidades teriam para se desenvolver nesse ambiente. Para isso, o autor considerou a disponibilidade de recursos naturais, as redes de comunicação e transportes, entre outras questões, como ponto de partida para a fixação e possibilidades de ganho para os colonos.

⁴⁰¹ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Tradução de Júlio Chella. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

⁴⁰² Rodowicz-Oswiecimsky publicou em Hamburgo, no ano de em 1853, sua crônica “A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil” (*Die Kolonie Dona Francisca in SüdBrasilien*).

⁴⁰³ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. Op. cit. P.67.

Cabe destacar que ao eleger a natureza como um dos principais atrativos do Brasil, expressava-se uma visão fortemente ligada ao meio rural. Além do mais, a própria percepção de que o país possuía riquezas naturais quase edênicas estava relacionada com a existência de vastas terras que ainda poderiam ser ocupadas, um aspecto que foi empregado na época em propagandas para atrair imigrantes.

Outro viajante que também descreveu aspectos da vida da colônia foi o médico germânico Robert Christian Berthold Avé-Lallemant, que em 1858, após seis anos do retorno de Rodowicz-Oswiecimsky à Europa, visitou a Colônia Dona Francisca. Na visão desse viajante, ao avançar sobre a floresta o colono não apenas expandia as possibilidades de cultivo da terra, mas assegurava sua própria sobrevivência e de sua família, considerando que nos lotes coloniais estavam depositadas as possibilidades de obtenção de lucros.

Um pedaço de céu azul, um machado, algumas jeiras de mata virgem e está salvo o colono logo que derruba as primeiras árvores; no sentido literal da palavra, essa gente tem aberto o seu caminho através da mata e das dificuldades [...] ⁴⁰⁴.

A Colônia Dona Francisca ainda recebeu, em 1860, o embaixador suíço designado no Brasil Johann Jakob Von Tschudi que, incumbido pelo Governo da Confederação Helvética de visitar as colônias no sul do Brasil e estudar os problemas relativos à imigração suíça, descreveu as suas impressões sobre a Colônia Dona Francisca na crônica “As colônias na província de Santa Catarina (1861)”⁴⁰⁵. Para Von Tschudi⁴⁰⁶, ainda que as condições do solo não fossem favoráveis para a agricultura, o futuro da Colônia é perspectivado nessa atividade, para o qual deveria ser levada em consideração a variedade de cultivares disponíveis e incentivado o cultivo daquelas que melhor adaptassem às condições do solo, do clima e às necessidades da população, que poderia suprir suas necessidades e possuir alguma reserva decorrente da sua comercialização, como expresso na seguinte recomendação:

Cada colônia deveria procurar cultivar um produto agrícola bem apropriado ao clima e à terra como principal produto de exportação, porquanto não basta que o colono só tenha sua alimentação. Ele também deve ganhar certo dinheiro para as demais necessidade e poder constituir um fundo de reserva⁴⁰⁷.

⁴⁰⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold. Tradução de Teodoro Cabral. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. 1858. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 195.

⁴⁰⁵ Publicada originalmente em 1861 e depois em 1867, no terceiro volume de sua obra “Viagens pela América do Sul” (*ReisendurchSüd-Amerika*), a qual foi editada em Leipzig entre 1866 e 1869.

⁴⁰⁶ TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau: CNPq e Casa Dr. Blumenau, 1988. p. 23.

⁴⁰⁷ Id. Ibid. P.27.

Uma das informações trazidas no PBU⁴⁰⁸ foi de que, em consequência de um suposto isolamento⁴⁰⁹ do núcleo colonial, os colonos procuraram organizar-se ao redor de atividades econômicas que os permitissem uma autonomia, como a agricultura em minifúndios para o plantio de subsistência e a indústria para a produção de ferramentas para a agricultura. Contudo, uma tendência “demasiada” à industrialização e ao comércio em Joinville foi observada por Von Tschudi⁴¹⁰, que não vislumbrou esse movimento como algo tão positivo e demonstrou sua preocupação com o fato da expansão das lavouras e da criação de gado não acompanhar o crescimento da população enquanto iniciativas comerciais e industriais estavam presentes em grande número.

Ainda sobre essa questão, em um dos trechos de sua crônica, Avé-Lallemant⁴¹¹ também chama a atenção para a quantidade de estabelecimentos comerciais existentes, destacando o fato de serem comprados gêneros alimentícios que poderiam ser cultivados na colônia ao mesmo tempo em que mercadorias como mobílias eram negociadas no Rio de Janeiro.

Essa mudança de foco da agricultura para a indústria foi explicada no PBU⁴¹² como consequência de “hábitos capitalistas e comerciais” que fizeram com que Joinville passasse de uma economia isolada nos anos iniciais da Colônia para o comércio exportador. Também de acordo com o documento, o surgimento de iniciativas comerciais e industriais teria sido decorrente das possibilidades de mercado, das exigências de consumo e dos índices de crescimento populacional, bem como da “[...] mentalidade empresarial de homens que tinham saído de uma Europa em pleno florescimento capitalista”⁴¹³.

A suposta homogeneidade do grupo colonizador como uma das características do processo de industrialização mencionado no PBU e que teria generalizado o processo de industrialização, dando à cidade o seu aspecto “típico”, com lotes grandes e residências

⁴⁰⁸ JOINVILLE, 1966. Op. cit. P.4.

⁴⁰⁹ A esse respeito ver: TRAMONTINI, Marcos Justo. Etnicidade e política. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 1159-1168. O autor mostra como a noção de isolamento nutriu diferentes pesquisadores para justificar o enquistamento étnico decorrente do processo de colonização do sul do Brasil em detrimento “das visualidades das diferenças, dos conflitos e dos intercâmbios na conformação da ‘comunidade étnica’”.

⁴¹⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold. Op. cit. P.190.

⁴¹¹ Id. Ibid.

⁴¹² JOINVILLE. 1966. Op. cit. P.5.

⁴¹³ Conforme abordado na página 93.

misturadas com indústrias, não é uma questão abordada por Ficker⁴¹⁴. Pelo contrário, o autor destaca, inclusive, o fato de que as diferenças linguísticas contribuíram para que os imigrantes de diferentes nacionalidades não se estabelecessem no mesmo caminho.

De outro modo, uma de suas referências, Avé-Lallemant, procurou reforçar aspectos da Colônia Dona Francisca, como a tradução dos esforços de seus compatriotas alemães, mencionando, em uma das partes de sua crônica, que “esta graciosa cidadezinha composta de casas ajardinadas chama-se Joinville. É o ponto central de toda a colônia, a residência da pequena Alemanha que está se formando em volta da mata virgem”⁴¹⁵. Em outra parte, o viajante ainda destaca a boa educação e costumes da população, afirmando que Joinville trata-se de “[...] um pequeno, alegre e satisfatório mundo alemão”⁴¹⁶. Dessa forma, a homogeneidade do grupo colonizador não está na referência historiográfica utilizada pelo PBU, mas pode ser encontrada em uma das crônicas de viagem abordadas por Ficker.

Avé-Lallemant também discorre sobre um aspecto da organização espacial de Joinville que aparece em destaque no PBU: trata-se do caráter disperso da ocupação do solo pelo modo como foram construídas as primeiras residências. O que não pode ser considerado específico de Joinville, visto que outros municípios brasileiros também se constituíram desse modo, mas no PBU isso é relacionado a uma característica do processo de colonização⁴¹⁷. De acordo com as observações produzidas por esse viajante⁴¹⁸, no ano de 1858 havia aproximadamente 70 terrenos e a maioria deles possuíam casas. Avé-Lallemant afirma que esses terrenos se encontravam “[...] na melhor ordem e asseio, um ao lado do outro, não muito juntos, mas arejadamente espaçados, de modo que o conjunto das casas lembra menos uma cidade do que as casas ajardinadas de um subúrbio rico”.

O rural também aparece na abordagem de Ficker⁴¹⁹ sobre os eventos festivos realizados nas áreas rurais de Joinville, uma questão interessante pelo fato de serem apresentados esses momentos de sociabilidade como resultante das relações de trabalho estabelecidas entre os colonos que viviam nas áreas rurais, ou conforme o autor, de uma população que vivia “isolada

⁴¹⁴ FICKER, Carlos. Op. cit. P.81

⁴¹⁵ AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold. Op. cit. P.182.

⁴¹⁶ Id. Ibid. P.185.

⁴¹⁷ De acordo com Seyferth, o povoamento em fileiras, de modo disperso, foi uma característica da maior parte das colônias, pois os colonos não residiam em um local específico, mas no próprio lote, dando sentido à expressão “povoamento disperso”. Essa característica de ocupação do território nas áreas de colonização diferiu das áreas ocupadas por grandes latifúndios, sendo que as sedes administrativas de onde partiram as primeiras picadas transformaram-se em cidades, a exemplo de Joinville. Cf. SEYFERTH, Giralda. Op. cit. P.23.

⁴¹⁸ AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold. Op. cit. P.181.

⁴¹⁹ FICKER, Carlos. Op. cit. P.235.

na selva” e que durante a semana realizava suas tarefas em grupos e nos domingos reunia-se para compartilhar experiências cotidianas e as expectativas quanto ao futuro da plantação e da vida na Colônia Dona Francisca.

Eram escassas as recreações de que os colonos podiam usufruir. A população da zona rural, isolada na selva e na necessidade de conjugarem seus esforços para vencerem as dificuldades comuns, originavam uma espécie de sociabilidade e aos domingos as famílias se reuniam nessa ou naquela casa, para comentar os acontecimentos da semana, as alegrias e mágoas da vida do colono⁴²⁰.

A obra de Ficker seguiu uma periodização histórica tendo como base principalmente as transições políticas vivenciadas na administração da Colônia Dona Francisca. Na última parte de sua obra, intitulada “Subsídios da Nova Era: 1900-1913”, o autor procurou destacar a chegada do automóvel, a construção da estrada de ferro, a chegada do telefone e a introdução dos bondinhos e da luz elétrica como elementos que expressaram o êxito da industrialização de Joinville. Trata-se de um desdobramento positivo da cidade em relação à colônia agrícola.

Até aqui, procurou-se demonstrar as correspondências existentes entre as informações trazidas pelo PBU e os sentidos sobre o rural presentes na obra de Ficker e em algumas das suas principais referências, que foram as crônicas dos viajantes oitocentistas. Nesse percurso, buscou-se atentar para o modo como essa narrativa historiográfica embasou o documento que fora concebido na década de 1960 com o objetivo de responder as contingências de um município que começava a planejar a ocupação e o uso do seu território.

Se por um lado o PBU tinha por finalidade estudar a explosão demográfica na década de 1960, e para isso valeu-se da obra de Ficker para explicar que fatores teriam contribuído para se chegar naquele estágio de crescimento populacional e industrial, duas décadas depois as questões que permeavam a esfera pública eram outras, pois conforme abordado anteriormente, passou-se a questionar até que ponto a industrialização e o desenvolvimento econômico teriam sido positivos para a urbanização de Joinville. Desse modo, buscando conhecer as causas que influenciaram nesses processos, foi produzido o Plano de Estruturação Urbana (PEU), tendo como uma de suas referências a obra de Ternes.

Na perspectiva de Ternes⁴²¹, a transformação de Joinville em um centro urbano e industrial, ainda que tenha sido decorrente de um processo iniciado com a instalação das

⁴²⁰ FICKER, Carlos. Op. cit. P.235.

⁴²¹ TERNES, Apolinário. Op. cit. P.139.

primeiras fábricas no século XIX, teria se consolidado durante do século XX⁴²², no contexto de crescimento econômico do Brasil posterior à Segunda Guerra Mundial. Para o autor⁴²³, a transição de uma cidade com características rurais para a Joinville urbana e industrial da segunda metade do século XX estava relacionada ao contexto econômico e político em que o país se encontrava, porque até o início da guerra predominavam na agenda de exportações brasileiras produtos oriundos da agricultura, mas depois da década de 1950 houve uma aceleração do processo de industrialização⁴²⁴, muito em função do desenvolvimento de uma infraestrutura e do estímulo às indústrias de base.

Ainda segundo com Ternes⁴²⁵, Joinville se inseriu nesse contexto de industrialização em função de algumas condições, como o fato de possuir um parque industrial capaz de atender às demandas desse novo momento da economia brasileira, um perfil industrial voltado às indústrias do setor metal mecânico, disponibilidade de energia elétrica e a proximidade de grandes polos comerciais como São Paulo e Rio de Janeiro. Na medida em que o comércio e a indústria ganharam centralidade, as referências ao rural tornaram-se limitadas, pois embora atividades econômicas ligadas à agricultura continuassem a ser desenvolvidas, era a indústria pesada a responsável pelas transformações mais significativas ocorridas na cidade.

Desse modo, emergiram alguns discursos sobre os processos de industrialização e urbanização do município – e que foram trazidos pelo PEU. Um deles diz respeito ao crescimento do tecido urbano sobre as áreas rurais como um problema de ordem social e econômica que teria resultado no parcelamento do solo rural e na sua utilização por funções urbanas – a exemplo disso é mencionada a formação de loteamentos residenciais ou de dormitórios para os operários que trabalhavam no Distrito Industrial⁴²⁶. O segundo trata do crescimento demográfico como responsável pela perda da qualidade de vida na cidade e também como ameaça aos recursos naturais existentes, pois nele se percebeu uma “tendência progressiva de deterioração de alguns aspectos da qualidade de vida urbana”⁴²⁷.

⁴²² Cabe destacar que o comércio de erva-mate no início do século XX é apontado por Ternes como responsável por uma acumulação de capital em Joinville, contribuindo para o estabelecimento de diferenças entre a vida urbana e rural até a década de 1950. Cf. TERNES, 1986, P.125.

⁴²³ Id. Ibid. P.140.

⁴²⁴ De acordo com Ternes, alguns fatores, como a redução das exportações, restrições na importação de máquinas e a queda da produção industrial, foram determinantes para uma transformação na economia, com o desenvolvimento de uma infraestrutura e impulso às indústrias de base. Outro ponto importante destacado pelo autor (1986, p. 144) foram os investimentos nos setores básicos da economia, catalisados pelo Plano de Metas durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Cf. TERNES, 1986, P.125.

⁴²⁵ Id. Ibid. P.146.

⁴²⁶ JOINVILLE, 1987. Op. cit. P.104.

⁴²⁷ Id. Ibid. P.4.

Se por um lado a industrialização é entendida por Ternes como um fenômeno que consolidou a economia de Joinville no século XX, por outro é vista como um problema por ter produzido alterações no ambiente e na qualidade de vida que era encontrada na cidade até a década de 1950. Embora a visão do Ternes sobre os efeitos da industrialização na cidade seja pessimista, é preciso considerar que alterações no ambiente decorrentes desse processo também podem ser percebidas em outras cidades brasileiras. Essa situação, no entanto, não é atribuída pelo autor⁴²⁸ tão somente aos empreendimentos industriais, mas aos desdobramentos decorrentes da sua demanda por mão de obra e que teriam contribuído para uma explosão demográfica, entre outros problemas vivenciados no espaço urbano de Joinville.

Na verdade, o processo de industrialização desfigurou a cidade, poluiu os rios, comprometeu as áreas verdes, enquanto as populações emigradas foram se estabelecendo de forma desordenada, ocupando áreas não recomendadas para o uso habitacional. Um caso nítido desta desordem e selvageria que se estabeleceu no ambiente urbano de Joinville são os mangues, onde vive uma população miserável de mais de seis mil pessoas. A carência de áreas de lazer, a violência na área policial, a poluição do Rio Cachoeira, enfim, o quadro de desajustes é bastante amplo e as perspectivas a curto prazo são de agravamento desta situação⁴²⁹.

O zoneamento proposto pelo PEU permitiu uma compreensão do impacto desse discurso, já que além de uma diferenciação entre as áreas consideradas rurais e urbanas, as categorias⁴³⁰ trazidas traduziram uma preocupação dos gestores com relação à ocupação desordenada do território, poluição dos recursos hídricos, entre outros pontos considerados por Ternes como sintomáticos de uma “desordem e selvageria” que havia se estabelecido na cidade. Tudo isso de modo que a recuperação da qualidade é tratada pelo autor⁴³¹ como um desafio que caberia às lideranças políticas enfrentar nos anos seguintes, algo possível por meio de ações políticas eficientes e investimentos em obras públicas de grande expressão.

Uma tentativa do poder público de responder a essas questões sociais e ambientais também ocorreu em decorrência do zoneamento proposto pelo PEU, porém, não dissociado de outros fatores econômicos, políticos e culturais. A esse respeito, cabe lembrar que dentro da Área de Proteção da Serra do Mar foram propostas zonas com diferentes finalidades, como a preservação permanente, a compatibilização dos usos do solo como forma de articular a

⁴²⁸ TERNES, Apolinário. Op. cit. P.150.

⁴²⁹ Id. Ibid. P.246.

⁴³⁰ Conforme abordado anteriormente na página 97, as categorias propostas no PEU eram: Área Urbana e de Expansão Urbana, Área Rural Agrícola, Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar, Área de Preservação Permanente dos Mangues, Área da Estação Ecológica e Área de Proteção Ambiental da Estação Ecológica.

⁴³¹ TERNES, Apolinário. Op. cit. P.250.

preservação e as atividades econômicas, além da criação de um roteiro cultural ao longo da Estrada Dona Francisca, aproveitando-se dos bens culturais alusivos à colonização da região.

A proposição de áreas de preservação permanente ou com usos restritos parece estar relacionada ao contexto de discussões ambientais que durante a década de 1980 ocorriam no âmbito global. Já a criação de um roteiro cultural tendo como referência bens culturais alusivos à colonização da região, além de consistir em uma alternativa de renda para os moradores locais, também revelou uma nova relação com a materialidade e imaterialidade dos saberes e fazeres presentes no meio rural, pois a eles foi atribuído um sentido étnico-cultural.

Através das narrativas historiográficas, o que se percebe são representações de rural que foram atravessando os discursos dos gestores, que se basearam nas informações trazidas por essas obras para produzir análises e recomendações sobre o território a ser gerido pelo poder público. Dessa perspectiva, no último capítulo deste trabalho será abordada a forma com que as representações historiográficas do rural, incorporadas nos planos urbanísticos do município, são operacionalizadas em roteiros elaborados por órgãos ligados ao poder público e à iniciativa privada com o objetivo de fomentar a atividade turística.

4 JOINVILLE EM ROTEIROS: O TURISMO E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO RURAL

O crescimento dos debates sobre o patrimônio cultural em Joinville nos últimos anos parece estar relacionado ao desejo de diferentes sujeitos, grupos ou instituições de demarcar material e imaterialmente pertencas pautadas por narrativas históricas ou de memória sobre o município. Neste capítulo, pretende-se discorrer sobre as tensões e intenções de setores ligados ao poder público quando, ao atribuírem valores histórico, arquitetônico, gastronômico ou ambiental a objetos, lugares ou práticas, constroem imagens sobre a cidade e o campo voltadas tanto a projetos de fomento ao turismo como a projetos que alimentam o fenômeno de patrimonialização na contemporaneidade de Joinville.

São analisados os roteiros produzidos por órgãos responsáveis pelo fomento turismo no município, e que divulgam produtos, serviços e bens culturais como atrativos do meio rural. Os bens culturais inseridos nesses roteiros são representados por engenhos, alambiques, apiários, floriculturas, residências em técnica construtiva enxaimel⁴³² e outros elementos que, em conjunto, são considerados relevantes e característicos de uma suposta identidade rural de Joinville. Assim, este capítulo tem por finalidade apresentar algumas reflexões sobre a patrimonialização do rural associadas às práticas e representações que buscam promover consumos por meio do que se convencionou chamar Turismo Rural⁴³³.

O patrimônio pode ser entendido como um conjunto constituído por bens de natureza material e imaterial considerados representativos de memórias e identidades⁴³⁴ de grupos sociais. Ele possui relevância para a valorização de práticas culturais e é referência a

⁴³² A técnica construtiva em enxaimel consiste em estrutura de peças de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas, resultando em um sistema firme em que os espaços que são preenchidos com materiais de vedação, geralmente argila, adobe, pedra ou tijolos. Essa técnica foi introduzida na região de Joinville no século XIX, por imigrantes vindos de diferentes regiões da Europa. E, embora no Brasil seja recorrente a associação dessa técnica à Alemanha, em função da sua presença em áreas de colonização germânica, as origens são desconhecidas – sabe-se que durante a Idade Média era empregada na construção das casas pelos camponeses em diferentes partes da Europa. Cf. IMHOF, Afonso. *Arquitetura e Imigração Germânica: os enxaiméis na História, etnicidade e veracidade. Blumenau em Cadernos*, Tomo XLII, n. 1/2, jan./fev., 2001.

⁴³³ Turismo Rural é abordado neste trabalho como uma noção que se refere a qualquer atividade turística desenvolvida no meio rural.

⁴³⁴ O conceito de identidade é abordado neste trabalho a partir do entendimento de Stuart Hall (2000) como um ponto de encontro entre, por um lado, os discursos e as práticas interpelativas e, por outro, as subjetividades. Trata-se do resultado de uma “articulação ou ‘fixação’ do sujeito ao fluxo do discurso”. Um processo de identificação por meio do qual os sujeitos mantêm “pontos de apego” temporário às suas posições. Cf. HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 112.

pertencimentos locais, sugerindo maneiras pelas quais sujeitos e grupos podem se perceber e se distinguir dos outros. Contudo, o patrimônio é uma construção discursiva que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, por que e para quem preservar.

Um marco importante para o campo patrimonial foi a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural⁴³⁵. Trata-se de um documento de compromisso internacional firmado em outubro e novembro de 1972, durante a XVII Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e assinado pelo Brasil em 1977, por meio do Decreto Nº 80.978. Nele considerou-se como patrimônio não apenas os monumentos, conjuntos e locais de interesse que possuíssem algum valor histórico, artístico, científico ou estético, mas também os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e os lugares notáveis de valor excepcional do ponto de vista da conservação ou da beleza natural. Advém igualmente deste documento a criação do Comitê do Patrimônio Mundial, em 1976, responsável pelo estabelecimento, atualização e publicação de uma Lista do Patrimônio Mundial e de uma Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

O alargamento da noção de patrimônio operado neste documento está articulado a outro texto, lançado meses antes (junho de 1972), na I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Conhecida como Declaração de Estocolmo, proclamava que “a proteção e o melhoramento do meio ambiente humano” era uma questão que afetava não apenas “o bem-estar dos povos”, mas também o futuro das novas gerações, já que se multiplicavam “as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões”, colocando em níveis perigosos a “poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos”, bem como a “destruição e esgotamento de recursos [naturais] insubstituíveis”⁴³⁶.

Para o sociólogo português Paulo Peixoto⁴³⁷ os documentos da Unesco, de 1972, estariam relacionados tanto aos traumas do pós-Segunda Guerra Mundial como ao intenso desenvolvimento tecnológico e armamentista que era avistado. Ainda segundo o autor⁴³⁸, o caráter inovador da Convenção de Paris, de 1972, repousaria na perspectiva de “reunir as noções

⁴³⁵ UNESCO. Recomendação de Paris – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003. Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/port>> Acesso: 15 dez. 2014.

⁴³⁶ ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972. Estocolmo, 1972. Disponível em: <http://www.apambiente.pt/_zdata/Politicadas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf> Acesso: 15 dez. 2014.

⁴³⁷ PEIXOTO, Paulo. O patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas. **Oficina do CES**, nº 155, 2000. P. 5.

⁴³⁸ Id. Ibid. P. 8.

de cultura e natureza, até então situadas em campos opostos, e de promover uma aproximação e respeito às subjetividades”, já que o estatuto universal a ser atribuído a um bem resultaria do reconhecimento de sua especificidade.

No entanto, de acordo com a historiadora Silvia Helena Zanirato⁴³⁹, a justificativa para a inclusão de um bem como patrimônio natural com base nos seus valores excepcionais acabava por restringir o entendimento sobre o que poderia ou não ser considerado patrimônio cultural. Ela destaca alguns marcos que foram significativos para uma mudança nesse entendimento: primeiro, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, em 1985, quando se definiu que o patrimônio cultural de um povo era compreendido pelas obras de seus artistas e também pelas criações anônimas; e o segundo, a Carta de Nara, em 1994, quando se reconheceu “a existência de culturas distintas, assim como valores diversos para a consideração de um bem”.

O patrimônio cultural passou então a compreender não apenas os bens materiais representativos de uma nação, mas também os bens imateriais, por meio dos quais indivíduos, grupos e comunidades reconhecem e ancoram suas identidades. Assim, o alargamento conceitual correspondeu também à possibilidade de ampliação dos bens patrimonializados. A essa questão, soma-se um marco importante, de 2003: trata-se da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que definiu como patrimônio cultural imaterial as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas”, além de objetos, instrumentos, artefatos e lugares reconhecidos por indivíduos, grupos e comunidades como parte integrante de seu patrimônio cultural.

O Brasil antecipou-se à “Convenção Relativa à Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, pois através do Art. 216 da Constituição Federal de 1988 já havia instituído a figura jurídica do registro como instrumento legal para proteção dos bens intangíveis, juntamente com o inventário, tombamento, desapropriação e outras formas de preservação e acautelamento do patrimônio cultural. A Constituição ainda consolidou entendimento sobre o patrimônio cultural brasileiro como sendo constituído por “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

⁴³⁹ ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262, 2006. P. 259.

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁴⁴⁰.

O Brasil ainda instituiu, por meio do Decreto Nº 3.551, de 2000, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que compõem o patrimônio imaterial brasileiro, no qual os bens de natureza imaterial são inscritos em quatro livros: 1) Livro de Registro dos Saberes, para inscrição de conhecimentos e modos de fazer; 2) Livro de Registro das Celebrações, para inscrição de ritos e festividades; 3) Livro de Registro das Formas de Expressão, para as manifestações literárias, musicais, entre outras; 4) Livro de Registro dos Lugares, para o registro de “espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas”⁴⁴¹. O registro dos bens imateriais revela um patrimônio pensado e institucionalizado como vetor não mais de identidade nacional, mas de identidades sociais.

A essa definição ampliada de patrimônio é preciso articular ainda a Carta de Turismo Cultural⁴⁴², lançada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em 1976, reconhecendo a contribuição do turismo para a manutenção e proteção dos monumentos e sítios, também alertando para os “efeitos negativos, nocivos e destrutivos” dessa atividade quando da massificação do uso turístico⁴⁴³. Para tanto, a fim de assegurar “o respeito ao patrimônio mundial, cultural e natural”, foram dirigidas algumas recomendações para os países, incluindo medidas para facilitar a informação e a formação das pessoas motivadas a viajarem, e para que aplicassem a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972⁴⁴⁴.

A aproximação entre patrimônio e turismo já havia sido objeto de reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1967, oportunidade em que foram produzidas as Normas de Quito, um texto com uma série de recomendações relativas à conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico nos países

⁴⁴⁰ BRASIL, 1988. Op. cit.

⁴⁴¹ BRASIL. Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 5 jan. 2015.

⁴⁴² ICOMOS. Carta de Turismo Cultural - ICOMOS, 1976. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº15, 1999.

Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/338>> Acesso em: 6 jan. 2015.

⁴⁴³ Id. Ibid. P.182.

⁴⁴⁴ Id. Ibid. P.184.

americanos. Nesse documento, destacou-se a centralidade do papel do Estado nas questões referentes aos monumentos nacionais, pois conforme entendimento consolidado, mesmo “os lugares pitorescos e outras belezas naturais, objeto de defesa e proteção por parte do Estado, não são [considerados] propriamente monumentos nacionais”, já que dependem de uma declaração do Estado para sua identificação e registro oficial.

Ao considerar que os monumentos nacionais estariam destinados a cumprir sua função social, as Normas de Quito perspectivaram no turismo a obtenção de vantagens econômicas para as regiões envolvidas e um meio de afirmação nacional, tendo em vista a afirmação de que os monumentos “constituem não só uma lição viva de história como uma legítima razão de dignidade nacional”⁴⁴⁵. De modo geral, o que se percebe tanto nas Normas de Quito, de 1967, quanto na Carta de Turismo Cultural, de 1976, é uma valorização dos monumentos e sítios considerados representativos para a nação.

No Brasil, as ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) relacionadas ao turismo cultural são amparadas por uma lei publicada um ano após a Carta de Turismo Cultural. Trata-se da Lei Nº 6.513/1977 que, entre outras providências, dispôs sobre a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico, Locais de Interesse Turístico e sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. Para efeito dessa lei, foram consideradas Áreas Especiais de Interesse Turístico porções do território nacional a “serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico”, e como Locais de Interesse Turístico foram mencionadas partes do território destinadas por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas e à realização de projetos específicos. Entre as áreas, os locais e os bens considerados de valor cultural e natural de interesse turístico, foram mencionados:

- I - os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico;
- II - as reservas e estações ecológicas;
- III - as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis;
- IV - as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram;
- V - as paisagens notáveis;
- VI - as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer;

⁴⁴⁵ IPHAN. Normas de Quito. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4677>> Acesso em: 11 dez. 2014.

VII - as fontes hidrominerais aproveitáveis;

VIII - as localidades que apresentem condições climáticas especiais.

Essa lei também atribuiu os papéis que deveriam ser desempenhados por órgãos e entidades governamentais encarregados de assuntos pertinentes e relativos ao turismo, ao patrimônio, às florestas e ao meio ambiente, dentre os quais: Empresa Brasileira de Turismo (Embratur)⁴⁴⁶, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Ministério da Educação e Cultura; Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), do Ministério da Agricultura; e Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), do Ministério do Interior. O que se percebe, ao menos do ponto de vista legal, é uma tentativa de articulação intersetorial na promoção do turismo, pois além da atribuição de papéis a esses órgãos e entidades, também foram permitidos convênios com o objetivo de promover a atividade turística e a proteção do patrimônio cultural e natural.

A esse respeito, destaca-se o Art. 20 da Lei Nº 6.513/1977, que concede autorização para a Embratur “[...] firmar convênios com órgãos e entidades federais, estaduais, metropolitanas e municipais visando à preservação do patrimônio cultural e natural, sempre com a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)”. O turismo cultural é apoiado pelo Iphan enquanto segmento da atividade turística que permite a utilização do patrimônio natural e cultural de modo sustentável, inclusive por meio do incentivo à sua proteção, salvaguarda e à promoção do bem-estar das populações envolvidas⁴⁴⁷, pois conforme informações disponibilizadas pelo próprio órgão⁴⁴⁸, “o incentivo do Iphan para o Turismo Cultural justifica-se pela inter-relação do turismo com o patrimônio, sendo este último objeto de interesse do primeiro”.

Para a pesquisadora de turismo Suzana Gastal⁴⁴⁹, a diversidade de elementos que passaram a ser considerados patrimônio e o crescente interesse dos turistas por lugares, atividades, arquiteturas, hábitos alimentares e cenários alheios ao seu cotidiano podem explicar a segmentação da atividade turística. Contudo, é preciso considerar que o ato de consumo não se resume a atrativos e segmentos turísticos, uma vez que estes são pensados a partir de um

⁴⁴⁶ Atualmente Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), conforme determinação da Lei Nº 8.181/1991.

⁴⁴⁷ IPHAN. Turismo Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12640&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>> Acesso em: 9 jan. 2015.

⁴⁴⁸ Id. Ibid.

⁴⁴⁹ GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005. P. 16.

campo racionalizado constituído por órgãos e entidades públicas e privadas voltadas ao fomento da atividade turística e à produção de uma demanda de consumo, tomando como referência um turista e consumidor idealizado.

Dessa perspectiva, torna-se necessário questionar as estratégias adotadas pelo setor turístico ao vislumbrar o consumo de bens culturais e naturais como atrativos classificados em segmentos turísticos tendo em vista um consumidor imaginado. Para o antropólogo argentino Néstor García Canclini⁴⁵⁰, “o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos”. Nesse sentido, o consumo é entendido não como algo dado pelas estratégias do mercado, mas como um processo constituído por apropriações e usos com base nas escolhas dos sujeitos.

Ainda conforme Canclini⁴⁵¹, “consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo”, pois o consumo é algo pensado desde os setores populares, por sujeitos e grupos consumidores que realizam escolhas e emitem opiniões acerca de produtos e serviços, estabelecendo uma relação com os produtores. De modo que, para Canclini⁴⁵², o que se tem hoje não são mais decisões baseadas em relações unilaterais entre produtores e consumidores, mas o consumo como “um espaço de interação, onde os produtores e emissores não só devem seduzir os destinatários, mas também justificar-se racionalmente”.

Antes de Canclini, a antropóloga inglesa Mary Douglas e o economista inglês Baron Isherwood⁴⁵³ também traçaram algumas ideias sobre a redefinição de consumo ao tratar de questões relativas aos usos dos bens, sendo que, entre os pontos abordados, acentua-se a discussão sobre o consumo como algo que não é imposto, mas possibilitado a partir da escolha do consumidor. No entanto, tendo em vista que as escolhas feitas pelos consumidores precisam ser pensadas dentro de uma lógica de produção de necessidades que é própria do capitalismo, convém destacar que os autores⁴⁵⁴ reconhecem que essa não é uma questão simples, visto que as escolhas dos consumidores também possuem limitações que esbarram em determinações legais e convenções sociais anteriormente acordadas.

⁴⁵⁰ CANCLINI, Néstor García. O Consumo Serve Para Pensar. In: **Consumidores e Cidadãos** - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1997, 3ª. ed., pp. 51-70. P. 60.

⁴⁵¹ Id. Ibid. P.54.

⁴⁵² Id. Ibid. P.55.

⁴⁵³ DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. P. 101.

⁴⁵⁴ Id. Ibid.

Na mesma direção, ao questionar o que os consumidores fabricam a partir das imagens assistidas na televisão ou das notícias lidas nos jornais, o historiador francês Michel de Certeau⁴⁵⁵ afirma que as fabricações dos consumidores são menos visíveis e se disseminam na rede da produção, a qual não reserva um lugar para marcarem sua atividade nos produtos. Essa produção, que tem por base uma estratégia – a do produtor –, exclui os consumidores e não dá margem a suas manifestações. Porém, esses consumidores não se tornam passivos diante de uma ordem dominante: eles as subvertem sem negá-la e operam no seu interior outro tipo de produção, qualificada como consumo⁴⁵⁶.

Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como “consumo”, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos⁴⁵⁷.

Essas abordagens permitem uma compreensão do consumo como uma ação que não pode ser reduzida às estratégias dos produtores ou às astúcias dos consumidores, pois trata-se de um processo pelo qual os turistas têm acesso ao catálogo de bens consumíveis oferecidos pelos produtores, mas não se limitam a eles. Ainda de acordo com Douglas e Isherwood⁴⁵⁸, embora os bens possuam uma função relacionada às necessidades de subsistência, também são dotados de significados sociais na medida em que estabelecem relações sociais. O que contribui para uma compreensão do consumo como uma operação que permite a aquisição de determinado bem tendo por finalidade usos por vezes distintos da função para o qual ele foi pensado.

No campo do turismo, os produtores constroem representações sobre práticas, lugares e objetos com determinadas intencionalidades, estabelecendo ícones de identidade a serem apropriados pelos turistas através de uma relação de consumo arquitetada no campo das políticas públicas. Porém, as identidades não se encerram nos discursos, pois conforme o sociólogo Stuart Hall⁴⁵⁹, as nossas identificações são continuamente deslocadas, visto que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” – eles não são apenas receptores

⁴⁵⁵ CERTEAU, Michel de. Op. cit. P. 93.

⁴⁵⁶ Id. Ibid. P.94.

⁴⁵⁷ Id. Ibid. P.93.

⁴⁵⁸ DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. Op. cit. P.123.

⁴⁵⁹ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. P. 13.

dos discursos, eles operam processos de identificação. Tendo em vista essa compreensão, busca-se identificar como são pensados os roteiros turísticos que apresentam o meio rural de Joinville no âmbito de projetos desenvolvidos por órgãos e entidades públicas e privadas visando à promoção da atividade turística no município.

4.1 Roteirizações do rural em Joinville

O turismo rural já era uma prática conhecida no Brasil antes de 1980, mas segundo a geógrafa Olga Tulik⁴⁶⁰, uma iniciativa organizada por um órgão responsável pela promoção dessa atividade ocorreu somente em 1984, no município de Lages (SC), quando buscou-se aproveitar a estrutura de fazendas para receber turistas. Entretanto, por mais que essa iniciativa seja considerada pioneira no Brasil, em Santa Catarina o modelo de turismo mais conhecido não é o praticado em grandes fazendas, mas o das iniciativas implantadas sobre áreas de colonização europeia, onde predominam pequenas propriedades agrícolas que integram circuitos de consumo promovidos por roteiros turísticos. Isto decorre, possivelmente, das iniciativas do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que remontam ao início dos anos de 1980 voltadas à identificação de bens materiais e imateriais relacionados à imigração alemã, italiana e eslava do século XIX. O trabalho, pioneiro no Brasil, envolveu o governo do estado e de vários municípios de Santa Catarina, visando à proteção dos bens inventariados e seus possíveis usos econômicos.

Em Joinville, a preocupação em proteger, conservar ou restaurar bens culturais remonta ao início da década de 1970, quando começaram a ser arquitetadas medidas a serem adotadas pelo poder público visando à proteção do patrimônio, inclusive por meio da criação de órgãos e entidades responsáveis pela cultura e o turismo. A exemplo disso, foi criado, através da Lei Nº 1267/1973, o Departamento de Cultura, Esporte e Turismo, com regulamento aprovado pelo Decreto Nº 2876/1974, por meio do qual foram apresentadas as finalidades das divisões de cultura, esporte e turismo. Quanto à Divisão de Cultura, entre as suas competências estava a de “zelar pelo patrimônio histórico e acervo artístico do Município”. Ela também foi dividida em algumas seções, sendo de competência da Seção de Patrimônio Histórico e Cultural “levantar

⁴⁶⁰ TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. P. 2.

o patrimônio histórico e cultural do Município, gestionando junto aos órgãos competentes para a preservação conservação e restauração das reservas existentes”.

Alguns anos depois, em 1980, foi criada a lei que dispôs sobre a proteção do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e natural do município de Joinville. Entre os objetivos da Lei Nº 1773/1980 estava a conservação de bens imóveis que fossem de interesse público por seu valor cultural e a definição dos critérios para o tombamento de bens, pois conforme o Art. 1º, estariam sujeitos ao tombamento “os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável”. Um ano depois, em 1981, foi ainda regulamentada, por meio do Decreto Nº 4380/1981, a Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural, vinculada à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, e que havia sido criada por meio da Lei Nº 1514/1977.

Ainda na década de 1980, foi criada, por meio da Lei Nº 1863/1982, a Fundação Cultural de Joinville (FCJ), tendo como uma de suas finalidades “instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico no Município de Joinville”. O seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto Nº 4745/1983, destacando-se entre as suas finalidades a de “conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico do Município de Joinville”, bem como “instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico no Município”. Contudo, as discussões relativas ao patrimônio não estavam distantes do turismo, tendo em vista que desde a criação do Departamento de Cultura, Esporte e Turismo, em 1973, também foram estabelecidas competências visando o desenvolvimento dessa atividade no município, inclusive determinando o levantamento e a divulgação dos atrativos turísticos por meio de roteiros, mapas e outros informativos.

Por meio do Decreto Nº 4608/1982, que alterou a redação do regimento interno da Prefeitura Municipal de Joinville, percebe-se de modo mais claro uma articulação entre os setores responsáveis pelo patrimônio e o turismo, pois foram apresentadas como uma das competências da Secretaria de Turismo “levantar o patrimônio turístico, artístico, cultural em conjunto com a Fundação Cultural de Joinville para fins de tombamento”. No entanto, o tombamento não era a única finalidade, uma vez que também se mencionou o levantamento das “atrações” históricas, recreativas e culturais para fins de divulgação.

Outro documento importante foi o Plano de Estruturação Urbana (PEU), que conforme abordado no capítulo anterior, sinalizou a criação de um roteiro cultural na Estrada Dona Francisca, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como uma

proposta que contribuiria para a preservação dos bens culturais alusivos à colonização situados nas suas imediações, assim como dos bens naturais, pois tratava-se de uma “zona de proteção dos mananciais”. Por esse documento, percebe-se que a proposta de criação de um roteiro cultural com o objetivo da proteção dos bens e da paisagem rural do município precedeu os próprios tombamentos que foram realizados nessa região.

Um passo importante para a implantação de um roteiro na região foi dado quando a Fundação Cultural de Joinville manifestou o interesse na compra de uma residência pertencente à família Krüger, por meio do Ofício Nº 181, de 30 de maio de 1989, encaminhado aos proprietários do imóvel. A justificativa apresentada pela FCJ para a compra deste imóvel foi a de que estava estudando, juntamente com a SPHAN, a implantação do projeto “Roteiro Nacional da Imigração”, considerado uma proposta de “grande valor histórico, turístico e cultural”, mas que para sua concretização se fazia necessário a aquisição de um imóvel na região abrangida pelo roteiro. A resposta dos proprietários não tardou: em 31 de julho do mesmo ano, responderam ao ofício manifestando o interesse na venda do imóvel.

Ainda que a proposta de criação de um roteiro cultural no meio rural de Joinville tenha sido gestada desde a década de 1980, período em que também foram realizados levantamentos dos bens possíveis de serem tombados pelo município para fins de proteção e aproveitamento turístico, sua efetivação ocorreu por meio de projeto elaborado somente em 1990 pela Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho em parceria com a Fundação de Promoção e Planejamento Turístico De Joinville - Promotur (atualmente Fundação Turística de Joinville). Tal projeto foi concretizado graças aos recursos captados junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A roteirização consistiu em um instrumento para estimular o desenvolvimento rural por meio da promoção da atividade turística em propriedades rurais localizadas em uma mesma localidade e que ofereciam produtos agrícolas, artesanais e culinários, serviços ligados à hospitalidade e recreação, elementos naturais (cachoeiras, montanhas) e bens arquitetônicos de valor histórico e cultural (engenhos, alambiques, casas). Cabe aqui destacar que entende-se por culturais, de acordo com Fonseca⁴⁶¹, os bens que, além de seu valor utilitário e econômico, possuem valor simbólico enquanto referência a significações da ordem da cultura.

⁴⁶¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. P. 42.

Assim, o primeiro resultado do projeto de roteirização em Joinville ocorreu quando 14 famílias da Estrada Bonita, no meio rural do Distrito de Pirabeiraba⁴⁶² passaram a ofertar produtos artesanais e serviços ligados à ruralidade. O projeto implantado na Estrada Bonita tinha como objetivo a valorização da agricultura familiar como possibilidade de uma renda alternativa para as famílias articulada à oferta de produtos e serviços aos turistas diretamente em suas propriedades. Essa iniciativa seria também uma estratégia para a manutenção dos jovens no campo, visto que muitos teriam se afastado para o meio urbano em busca de uma autossuficiência financeira que o campo não oferecia. Posteriormente, algumas famílias teriam abandonado o projeto, o que, de acordo com Esteves⁴⁶³, estaria relacionado às adaptações que deveriam ser realizadas nas propriedades para adequarem-se ao projeto.

Entre as adaptações estavam as exigências feitas pela vigilância sanitária, de modo a garantir a qualidade dos alimentos (melado, cachaça e farinha) e o controle dos processos artesanais pelos quais eram fabricados e comercializados; a identificação das propriedades pela adoção de placas informativas que criassem uma correspondência com os roteiros; e a segurança dos serviços oferecidos aos visitantes. Além disso, os proprietários deveriam melhorar a atratividade dos locais, que poderiam ser incrementados com intervenções arquitetônicas, maior oferta de produtos e de opções de lazer. No conjunto, essas adaptações contribuiriam para a agregação de valor ao roteiro turístico efetivado.

Mas, uma questão que prevalece nesse contexto de adequação das propriedades para o atendimento ao turista é o esforço para a veiculação de uma imagem estereotipada do que seria o rural e os aspectos que o identificariam. Para Esteves⁴⁶⁴, a valorização da agricultura familiar decorre do fato de a própria “cultura dos moradores da Estrada Bonita” ter se tornado o atrativo turístico. A população foi sendo orientada para, através da reprodução de uma série de atividades, oferecer aos turistas a possibilidade de contemplar processos e técnicas do que (supostamente) representaria o cotidiano do local. Tal ideia pode ser corroborada quando se tem em mãos a série de roteiros pesquisados, dentre os quais o que se apresenta a seguir.

⁴⁶² O distrito de Pirabeiraba, em Joinville, é constituído pelos bairros Centro, Dona Francisca e Rio Bonito. Seus limites urbanos e rurais foram definidos na Lei Municipal Nº 1.526, de 5 de julho de 1977, e na Lei Nº 1.681, de 10 de setembro de 1979.

⁴⁶³ ESTEVES, Valéria König. Op. cit. P. 86.

⁴⁶⁴ Id. Ibid. P. 15.

Destaca-se mais uma vez que o valor cultural das edificações, da gastronomia e dos atrativos naturais articula imagetivamente os sentidos de uma memória coletiva supostamente compartilhada no presente, que teria sido preservada graças à ambiência rural dos sujeitos nela inseridos.

No roteiro da Estrada Bonita, são os produtos gastronômicos que ganham forma por processos artesanais que adquirem o rótulo “cultural” na medida em que são relacionados a uma identidade étnica, acionada por sentidos históricos que a singularizam. As opções gastronômicas ficam por conta de três restaurantes, nos quais os pratos alusivos à culinária germânica podem ser saboreados. Além disso, ao longo da Estrada, famílias vendem em suas casas *cucas*⁴⁶⁵, pães e doces, valendo-se da marca “produtos coloniais”. Muito embora se trate de uma iniciativa de órgãos ligados ao poder público municipal e federal, a concretização e o sucesso dessa proposta só se tornaram possíveis porque atendiam aos interesses de uma demanda de visitantes que passaram a se deslocar pela região em busca de opções de consumo e também aos próprios moradores, cujas residências estavam inseridas nos roteiros.

O aparente sucesso do projeto desenvolvido na Estrada Bonita a partir de 1990 foi tomado como exemplo para a implantação de outros roteiros no meio rural de Joinville nos anos seguintes, dentre os quais se destacam os roteiros Dona Francisca, Quiriri, Piraí e, mais recentemente, o roteiro Estrada da Ilha, todos eles visando à valorização da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável por meio da divulgação de opções de consumo. Porém, cada um desses roteiros apresenta algumas particularidades que são exploradas pelos órgãos e entidades que fomentam a atividade turística no município.

Assim como a Estrada Bonita, os roteiros Dona Francisca e Quiriri também estão localizados no meio rural do Distrito de Pirabeiraba. Entretanto, eles se inserem em uma condição diferenciada do primeiro, pois são constituídos por várias estradas adjacentes à Estrada Dona Francisca (Rodovia SC 418). A roteirização de pontos localizados nas imediações da Estrada Dona Francisca ganhou força quando o Governo do Estado de Santa Catarina efetivou reformas na rodovia e também investiu em projetos paisagísticos, de iluminação e na edificação de mirantes às margens da rodovia, que foram inaugurados em 2002.

⁴⁶⁵ De acordo com Seyferth, a *cuca* (*kuchen*) era uma guloseima de domingo e dias de festas para os colonos. Ela consiste em uma massa doce assada, feita a base de trigo, coberta por frutas cozidas ou secas e açúcar, sendo intermediária entre o pão e o bolo. Cf. SEYFERTH, Giralda. Op. cit. P.35.

No entanto, não é somente por essa configuração espacial que os roteiros Dona Francisca e Quiriri se diferenciam. As possibilidades de consumo no roteiro Estrada Bonita dão ênfase à culinária. Nos roteiros Dona Francisca e Quiriri o turismo rural há um maior realce ao patrimônio cultural edificado e à natureza como beleza cênica. O roteiro Quiriri ganhou visibilidade após a criação da Área de Proteção Ambiental Dona Francisca, em 1997. O roteiro Dona Francisca oferece como opções de visita a “Farinheira Silva”, o último engenho de beneficiamento de farinha de mandioca de Joinville, ainda em funcionamento, alambiques onde são comercializadas algumas opções de cachaças, além de restaurantes de “culinária germânica”, lanchonetes, apiários, recantos, pesque-pagues e hotéis fazenda. Esse roteiro abrange mais de 20 opções de pontos de visita e consumo mapeados em uma cartografia.

Sobre o patrimônio, essa cartografia veiculada pela Fundação Turística de Joinville traz ainda bens que foram tombados por iniciativas do estado de Santa Catarina e da União, como as casas Alvino Fleith e Wally Krüger. A primeira consiste numa construção em técnica enxaimel, de propriedade particular, que foi tombada em nível federal no ano de 2007. Já a segunda é uma construção com elementos arquitetônicos mistos⁴⁶⁶, tombada pela Fundação Catarinense de Cultura em 1996 e adquirida pela Prefeitura Municipal de Joinville, que a restaurou e inaugurou, em 2002, como “Portal Rural Dona Francisca”, um espaço para divulgação de informações turísticas, especialmente dos produtos e serviços oferecidos nas propriedades rurais localizadas no meio rural de Joinville.

Uma reportagem⁴⁶⁷ anunciando a inauguração do Portal Rural Dona Francisca foi publicada no jornal A Notícia em 18 de outubro de 2002, por meio da qual se destacou que a restauração da Casa Krüger, iniciada no ano anterior, tinha como objetivo “[...] resgatar e preservar as origens históricas e culturais do interior do município e ao mesmo tempo fortalecer o turismo rural, uma das atividades emergentes no meio agrícola de Joinville e dos municípios vizinhos”. A reportagem ainda ressaltou que o espaço também passaria a abrigar um museu com ferramentas e equipamentos agrícolas “antigos” e que o objetivo do portal rural não era transformar a Casa Krüger em um ponto de venda, mas estimular a visita às propriedades rurais, onde os turistas poderiam adquirir os produtos que desejassem.

⁴⁶⁶ A Casa Krüger possui elementos de influência germânica, lusa e itálica, que são percebidos nos traços arquitetônicos empregados nessa construção em alvenaria e madeira da década de 1920.

⁴⁶⁷ VICENZI, Herculano. Portal rural será aberto no domingo. **A Notícia**, Joinville, 18 out. 2002. AN Cidade, p. 07. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

Figura 3 – Casa Wally Krüger.



Fonte: Panorama do Turismo <<http://panoramadoturismo.com.br/joinville-de-variados-encantos/>> Acesso em: 20 jan. 2015.

A transformação da Casa Wally Krüger em portal rural manifesta uma nova atribuição de sentido ao patrimônio: um patrimônio que é tomado como vitrine cultural do que se imagina como o meio rural de Joinville e que vem responder a uma demanda de consumidores que buscam opções de lazer e de contemplação de ambientes ecológicos e históricos. Por suas características arquitetônicas, ela também foi tombada em 2007 no âmbito do Projeto Roteiros Nacionais da Imigração, que ainda será objeto de reflexão neste escrito.

O aparente sucesso do roteiro Estrada Bonita também inspirou, durante os anos 1990, a composição e a oferta do roteiro Piraí na área rural do bairro Vila Nova, apresentado como um local onde estão presentes elementos naturais (rios, cachoeiras e montanhas) e elementos culturais, etnicamente demarcados, como a arquitetura e culinária associada a uma identidade alemã. No entanto, esse roteiro traz algumas novidades em relação aos que estão localizados no

Distrito de Pirabeiraba, a começar pelo destaque à presença das arrozeiras como parte da paisagem composta por rios e cascatas, que pode ser apreciada pelos visitantes que se deslocam pelas estradas locais, as quais também integram outro roteiro, o Circuito de Cicloturismo da Região do Pirai.

O Circuito do Pirai, como é conhecido, abrange 39 km de estradas e é considerado o primeiro roteiro organizado de cicloturismo de Joinville. Foi idealizado pela Fundação Turística de Joinville em parceria com a então Fundação Municipal do Meio Ambiente (Fundema), que o inauguraram em 2011 com o apoio do Movimento Pedala Joinville, da Associação de Turismo Eco-rural, dos proprietários rurais, além das agências e operadoras de turismo⁴⁶⁸. O roteiro foi proposto tendo uma de suas finalidades o desenvolvimento do turismo como meio para estimular a preservação do ambiente, considerando o fato de que parte do circuito está inserida dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA). O roteiro ainda inclui trechos alternativos que não integram o circuito, mas que são divulgados como opções para os ciclistas, como a Alternativa Cachoeiras e a Alternativas Enxaimel.

Os roteiros rural e de cicloturismo do Pirai possuíam objetivos diferentes quando da sua proposição, pois o primeiro buscava fomentar a agricultura familiar depositando no comércio de produtos artesanais uma alternativa de renda, enquanto o segundo buscava estimular a preservação do ambiente por meio do conhecimento dos bens naturais e culturais que compunham a paisagem. No entanto, a metodologia empregada nesses projetos, ambos desenvolvidos pela articulação de órgãos e entidades ligadas à Prefeitura Municipal de Joinville, acabou por fortalecer uma determinada narrativa sobre o lugar: o Pirai como um lugar que conserva uma atmosfera bucólica, com belezas naturais representadas por elementos agrícolas, arquitetônicos e culinários preservados pelos descendentes dos colonizadores e que acionam um sentido nostálgico sobre o passado colonial do lugar.

No entanto, as narrativas sobre o meio rural do bairro Vila Nova que articulam sentidos à ruralidade e à etnicidade não se resumem a trajetória dos imigrantes alemães que se estabeleceram na região. Há também uma narrativa sobre a italianidade que emerge principalmente através das celebrações festivas que integram o calendário de eventos promovido pelo município: Festa da Banana; Festa da Polenta; Festa do Arroz; e Festa do Colono.

⁴⁶⁸ MOVIMENTO Pedala Joinville. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/movimentopedalajoinville/circuito-do-pirai>> Acesso em: 18 jan. 2015.

Essas festas são bastante significativas para pensar sobre as associações entre a ruralidade e as etnicidades, pois conforme o historiador Tales Vicenzi⁴⁶⁹, que estudou de que maneira as festas rurais no bairro Vila Nova são operadas como um espaço de identificação cultural em Joinville, na Festa do Colono os organizadores significam a ruralidade e atribuem importância a ela por meio da evocação da memória dos imigrantes alemães que no passado colonizaram a região e desenvolveram atividades agrícolas; já na Festa da Polenta, tanto a culinária, que é o seu principal atrativo, como os elementos decorativos aludem a uma italianidade. No entanto, o discurso sobre a italianidade emerge de uma condição diversa da primeira, considerando o fato de que não houve em nenhum período histórico imigração italiana para o município.

De acordo com a historiadora Ilanil Coelho⁴⁷⁰, a presença italiana no bairro Vila Nova se insere no contexto de fluxos migratórios que remontam à década de 1950, momento em que descendentes de imigrantes italianos procedentes de municípios na região do Vale do Itajaí chegaram a Joinville e começaram a plantar arroz em terrenos alagadiços adquiridos ao longo da Estrada do Sul, atualmente conhecida como Rodovia do Arroz. Ainda conforme Vicenzi⁴⁷¹, esse movimento migratório ganhou força na década de 1960, com a chegada de famílias do sul do estado de Santa Catarina, que também aproveitaram a disponibilidade de terras no local para o cultivo de arroz.

Desse modo, as práticas agrícolas, como o cultivo de arroz, ou culinárias, como o preparo da polenta, e que são objeto de festividades tidas como rurais, revelam o rural como um vetor no processo de construção de identificações, operado por um grupo de migrantes que utilizam as representações acerca da italianidade como meio para atribuir o seu pertencimento ao bairro Vila Nova e ao município de Joinville, inclusive rivalizando com os imigrantes germânicos a construção de uma narrativa histórica sobre o bairro Vila Nova.

Um dos aspectos que chamam a atenção nos roteiros rurais é a menção aos elementos que integram a propriedade do colono como parte de uma paisagem rural, incluindo sua casa e as áreas de cultivo, como os arrozais ou canaviais. Porém, até mesmo quando um atrativo está situado dentro dos limites urbanos, a manutenção de uma paisagem agrícola, a produção ou o

⁴⁶⁹ VICENZI, Tales. **Festas rurais do bairro Vila Nova e seus processos de identificações**. Dissertação (Mestrado). 99 f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2012. P.37.

⁴⁷⁰ COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)**. Florianópolis, 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). P. 139.

⁴⁷¹ VICENZI, Tales. Op. cit. P.55.

comércio de produtos artesanais parecem ser utilizados como requisito para sua inserção nos roteiros na medida em que permite a identificação de uma ruralidade.

Nesse sentido, o rural não se resume a uma delimitação cartográfica legalmente estabelecida, mas é utilizado como uma referência às práticas, saberes e técnicas ligadas ao passado de grupos e lugares, e que são acionados no presente, inclusive como um meio de agregar valor a produtos ou serviços. Nesse entendimento, pode-se considerar iniciativas como as hortas urbanas ou a produção de flores como rurais pela manualidade empregada no manejo das hortas e jardins. Também pode-se ter uma compreensão sobre o porquê de estruturas industriais como engenhos e alambiques serem incluídos nos roteiros rurais, pois uma associação à ruralidade parece ser autorizada na medida em que liga-se ao passado colonial de Joinville, seja pela rusticidade dos equipamentos ou pelo caráter artesanal e manual das técnicas empregadas na produção da farinha e da cachaça.

A exemplo disso, tem-se o roteiro Estrada da Ilha, um dos mais recentes veiculados pela Fundação Turística de Joinville, que abrange atrativos que estão localizados na Estrada da Ilha (Distrito de Pirabeiraba) e também no bairro Jardim Sofia, ambos localizados na zona norte da cidade de Joinville. O roteiro tem como atrativos a produção e o comércio de plantas como antúrios, bonsais e orquídeas, sendo um de seus destaques a Agrícola da Ilha, a maior produtora de *hemerocallis* (gênero botânico de plantas com flores) do Brasil e também organizadora do Festival Brasileiro de *Hemerocallis*, evento que acontece durante o período de floração dessa espécie (entre os meses de outubro e fevereiro).

No material de divulgação do 13º Festival Brasileiro de *Hemerocallis* de 2014 destacam-se como atrações da Agrícola da Ilha os jardins compostos por variedades de *hemerocallis*, lagos ornamentais com plantas aquáticas e peixes⁴⁷², ambientes para colecionadores com espécies de plantas raras, uma capela “em estilo europeu” que recebe cerimônias religiosas, além de um espaço para café, descrito como um “ambiente acolhedor para saborear doces típicos germânicos e levar para casa produtos coloniais da região”. Por meio da descrição desse ambiente localizado no bairro Jardim Sofia, pode-se observar um espaço de produção e comércio de flores que, mesmo estando no perímetro urbano de Joinville, comercializa produtos

⁴⁷² Cabe ressaltar que em 2014 o IPPUJ lançou uma cartilha sobre a nova Lei de Ordenamento Territorial de Joinville, destacando que no meio urbano serão permitidas atividades agrosilvopastoris, com exceção do cultivo de flores e a criação de peixes ornamentais. Cf. IPPUJ, 2014a. P. 16. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/557-10.Cartilha%2Bdas%2BAudiencias%2BPúblicas%2Bda%2BLLOT.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

ditos coloniais e é divulgado em um roteiro rural como um espaço em que visitantes podem vislumbrar a beleza cênica dos campos de flores.

O destaque à região da Estrada da Ilha pela produção, comércio e manutenção de paisagens composta por flores pode ser percebido nos materiais de divulgação que trazem imagens de jardins e frases como: “Flores, flores e mais flores. Uma região repleta de sensibilidade”. A associação entre as flores e o meio rural através dos roteiros trata-se de uma narrativa recente, pois durante o século XX, tanto o turismo quanto outros setores comerciais e a imprensa promoveram uma representação da cidade de Joinville como “Cidade das Flores” ou “Cidade-Jardim”, tendo como referência os espaços públicos e privados ajardinados, bem como a realização das exposições de flores que atraíam visitantes de outros municípios.

Sobre essa questão, o jornal A Notícia publicou uma reportagem⁴⁷³, em agosto de 2014, a 50 dias da realização da 76ª edição da Festa das Flores, na qual levantou a seguinte discussão: “Joinville ainda é a Cidade das Flores?”. Na oportunidade, a reportagem mencionou que “Cidade-Jardim”, um dos primeiros títulos de Joinville, que depois se transformou em “Cidade das Flores”, teria sido decorrente da visita do Presidente Afonso Penna à cidade, em 1906, quando a elogiou por seus espaços ajardinados. Mas a questão que moveu a reportagem era se um visitante que não conhecesse a cidade poderia ter essa mesma impressão em 2014. Na oportunidade, foram estabelecidas algumas comparações entre fotografias de pontos da cidade que em 2003 encontravam-se ajardinados e em 2014 sem flores ou mesmo depredados, permitindo chegar-se à conclusão de que Joinville não é mais a Cidade das Flores. Assim, se por um lado as flores não são encontradas nos espaços públicos da cidade, por outro os roteiros turísticos promovem essa representação de uma cidade com flores e jardins no meio rural.

Pela investigação foi possível perceber que os roteiros turísticos veiculados pela Fundação Turística de Joinville sugerem algumas formas de apropriação do meio rural que visam promover a imagem daquilo que é mais comercializável. No entanto, a prática turística no meio rural de Joinville não se resume à cartografia proposta, pois há bens culturais não incluídos nos roteiros, assim como há roteiros que foram sendo criados de maneira paralela por outros órgãos apresentando o meio rural de outras maneiras. Dessa perspectiva, trata-se da

⁴⁷³ JUNGES, Leandro S. Imagens antigas e atuais de Joinville levantam discussão sobre o título de Cidade das Flores. A Notícia, 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/cultura-e-variedades/noticia/2014/08/imagens-antigas-e-atuais-de-joinville-levantam-discussao-sobre-o-titulo-de-cidade-das-flores-4581061.html>> Acesso em: 20 jan. 2015.

produção da imagem de Joinville no processo de mercantilização da natureza e da cultura, no qual o turismo é um agente especial e os roteiros um dos principais instrumentos.

Os trabalhos de inventário rural iniciados pelo Iphan no início dos anos de 1980 culminaram na implantação em 2007 dos “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina”. Além do Iphan, estavam envolvidos o Ministério da Cultura (MinC), Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae/SC) e as prefeituras dos municípios com bens tombados e/ou inventariados.

O projeto Roteiros Nacionais da Imigração tem como objetivo a preservação do patrimônio das regiões de colonização alemã, italiana e eslava em Santa Catarina, por meio do desenvolvimento de uma política de proteção e reconhecimento do seu patrimônio histórico e cultural⁴⁷⁴. Decorrente das ações desse projeto, em Joinville foram tombadas no meio rural do Distrito e Pirabeiraba as já citadas Casa Wally Krüger, Casa Alvino Fleith e Casa Otto Schwisky, as quais foram inseridas em uma cartografia juntamente com outras edificações que remetem às técnicas construtivas empregadas pelos colonizadores e que foram inventariadas no âmbito deste projeto.

A ênfase do Projeto Roteiros Nacionais da Imigração no meio rural de Joinville, assim como em outros municípios, recai na arquitetura das edificações e no diálogo dessa arquitetura com aspectos históricos, ecológicos e da ruralidade local, uma configuração representativa do que supostamente foi o processo colonizador. A principal função da atividade turística nesse caso seria legitimar a proteção do patrimônio pelo reconhecimento dos bens enquanto possuidores de valor histórico e cultural, bem como estimular a preservação de edificações ainda não tombadas. O rural é neste caso apenas o pano de fundo dessas edificações, e a terra é tomada como um signo remanescente da trajetória dos imigrantes no local.

Em nível estadual, foi criado em 2006 o projeto “Destinos e Roteiros Integrados”, criado pela empresa de turismo Central de Reservas, Turismo e Eventos (Ceretur), que o desenvolve em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (Sol), Ministério do Turismo (MTur) e Santa Catarina Turismo S/A (Santur) – órgão oficial do turismo do estado de Santa Catarina, prefeituras municipais e operadoras de turismo. Decorrente dessa articulação

⁴⁷⁴ IPHAN. **Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina**. O Patrimônio Cultural do Imigrante. Dossiê de Tombamento, vol. 1, 2007. P. 120.

entre a iniciativa privada e o poder público, o projeto realizou uma roteirização abrangendo todas as regiões de Santa Catarina, as quais foram reorganizadas em uma nova cartografia dando destaque aos aspectos geográficos e históricos organizados de modo a melhor promover a atividade turística pela integração dos municípios⁴⁷⁵.

Nesse contexto, 20 municípios do norte de Santa Catarina, incluindo Joinville, foram incorporados ao roteiro intitulado “Caminho dos Príncipes”. Trata-se de uma proposta que busca divulgar as potencialidades turísticas do meio rural e urbano dos municípios agrupados segundo os segmentos (rural, cultura, gastronomia, ecoturismo, entre outros). Considerando que uma das preocupações da iniciativa era o aproveitamento de todos os projetos em andamento nos municípios, no meio rural de Joinville foram apresentados como atrativos atividades ligadas ao ecoturismo, edificações tombadas e produtos artesanais, valendo-se do mapeamento realizado pelos cinco roteiros turísticos rurais (Estrada Bonita, Dona Francisca, Quiriri, Piraí e Estrada da Ilha) veiculados pela Fundação Turística de Joinville.

O projeto “Destino e Roteiros Integrados” conquistou visibilidade após Santa Catarina conquistar o título de melhor estado para viagem e turismo do Brasil em sete edições consecutivas da mais importante premiação do turismo nacional, o prêmio “O Melhor de Viagem e Turismo – A escolha do leitor”, concedido pela revista Viagem e Turismo em parceria com o Guia Quatro Rodas, publicações da Editora Abril. Isso sinaliza a relevância que possuem os roteiros na organização e promoção da atividade turística e na articulação entre os diversos segmentos turísticos presentes nas regiões rurais e urbanas dos municípios.

A relevância do meio rural no roteiro Caminho dos Príncipes pode ser percebida por meio do “Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo do Estado de Santa Catarina 2010/2020” para a região turística Caminho dos Príncipes, um documento viabilizado através do Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo (Funturismo) com a finalidade de promover a integração e o desenvolvimento do turismo sustentável no Estado. O documento apresenta os segmentos turísticos que foram priorizados para o norte de Santa Catarina pelos participantes do Fórum de Regionalização, realizado em 2008, entre os quais destacam-se Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura, Turismo de Pesca e Turismo Rural.

A proposição desse plano com a indicação dos segmentos priorizados para o turismo na região de Joinville entre os anos 2010 e 2020, por sua vez, seguiu algumas diretrizes do Plano

⁴⁷⁵ CERETUR. Projeto Destinos e Roteiros Integrados. Disponível em: <<http://www.santacatarinaroteiros.com.br>> Acesso em: 22 jan. 2015.

Estadual de Cultura, Turismo e Esporte de Santa Catarina (PDIL), instituído por meio do Decreto Estadual Nº 2.080/2009, que regulamentou a Lei Estadual Nº 13.792/2006⁴⁷⁶. O decreto consolidou um entendimento sobre o conceito de lazer como a integração entre cultura, esporte e turismo, considerando que entre as ações que mais contemplam esse entendimento de lazer no turismo estão, conforme disposto no Art. 5º, § 1º, inciso III, “projetos de turismo rural, implantando roteiros de visitas a edificações rurais não tombadas, para recreação e divulgação da antropologia cultural local”. Desse modo, pode-se perceber as conexões entre as diretrizes estaduais, que inclusive procuraram conceituar lazer para fins turísticos, e os segmentos elencados no plano de turismo para a região de Joinville.

Outros roteiros que se apropriam de imagens da paisagem cultural/rural de Joinville são produzidos por empresas de diferentes setores que comercializam produtos e serviços no meio urbano. Um desses roteiros é o “Guia Turístico Norte de Santa Catarina”, conhecido como “Viva Bem”, criado pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Joinville/SC e Região (SIHRBES). O guia apresenta uma cartografia abrangendo o perímetro urbano e rural de Joinville, na qual são sinalizados os hotéis, bares e restaurantes dos anunciantes e diversos pontos de visitação. No meio rural é destacado o turismo eco rural das regiões da Estrada Bonita, Dona Francisca e Piraf. Como o foco desse guia são os produtos e serviços oferecidos pelas empresas anunciantes, em sua maioria associadas ao SIHRBES e localizadas no perímetro urbano de Joinville, o roteiro não abrange os estabelecimentos comerciais localizados na área rural, somente veicula imagens alusivas a eles.

Outros roteiros poderiam ser trazidos para discussão, porém, os exemplos discutidos são bastante significativos para se observar como o meio rural vem sendo apropriado, seja como lugar de afirmação de identidades culturais, seja como instrumento de estratégias econômicas de setores ligados ao turismo ou ainda como alvo de ações de patrimonialização que, em certa medida, parecem alimentar um mercado patrimonial.

No que se refere aos vínculos entre práticas de patrimonialização e desenvolvimento econômico local, a hipótese é a de que os roteiros rurais resultam de um diálogo que começou a ser estabelecido na década de 1980, entre o município e a SPHAN, que vislumbraram o turismo como um meio para estimular a proteção dos bens culturais alusivos à colonização e dos bens naturais por se tratar de uma zona de proteção dos mananciais. Contudo, foi somente

⁴⁷⁶ Essa lei estabeleceu políticas, diretrizes e programas para a cultura, o turismo e o desporto no Estado de Santa Catarina.

na década de 1990 que se efetivou o primeiro roteiro rural de Joinville, por meio da articulação entre órgãos públicos voltados ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Desde o início, o jogo entre demanda e procura turística mobilizou bens culturais que buscaram agregar valor a objetos, lugares e serviços, valendo-se de uma espécie de mercado de autenticidade rural. Assim, a compra de alguns produtos gastronômicos, tais como melado, doces, cucas, farinha e cachaça, em residências, alambiques ou engenhos, sugere a possibilidade de consumo ampliado, no qual o consumidor é convidado a sentir-se participante dos processos e técnicas empregadas no fabrico desses alimentos. Atividades ecológicas e contemplativas como caminhadas, passeios de bicicleta, observação do ecossistema e da paisagem inserem-se também no catálogo de elementos culturais disponíveis para consumo.

O que se mostra em uma relação entre cultura e consumo é a busca por referências que supostamente foram esquecidas ou abandonadas, o que Andreas Huyssen⁴⁷⁷ identifica como um desejo de continuidade dentro do próprio tempo, de um tempo que permite a fabricação de passados capazes de “suportar representações no presente”.

Muitas das estruturas físicas que no passado significavam a economia local pelas atividades ali desenvolvidas foram mantidas mesmo com a redução ou o abandono completo dos processos de fabricação de produtos como a farinha, cana-de-açúcar e cachaça. Essa manutenção das edificações e estímulos à proteção dos modos de fazer contribuiu para que o meio rural fosse concebido como um local diferenciado, através do qual os joinvilenses cidadãos poderiam rememorar outros tempos, bem como os turistas poderiam ter contato com os vestígios do passado.

4.2 O rural como vetor de “identidade de Joinville” na contemporaneidade

Assim como em outros municípios catarinenses, é notável que as correntes imigratórias que trouxeram para Joinville grandes contingentes de europeus durante a segunda metade do século XIX imprimiram marcas culturais expressivas sobre o território. Por ter sido destino de imigrantes alemães, suíços e noruegueses, Joinville foi narrada historicamente como cidade

⁴⁷⁷ HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, movimentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. P. 30.

“tipicamente” alemã e germânica⁴⁷⁸, que pode ser entendida como a primeira imagem produzida sobre a cidade.

A suposta germanidade foi sendo adotada no campo da gestão do turismo e do patrimônio pela presença e registro de edificações em técnica construtiva enxaimel, pela culinária (*schwarzsauer, kassler, eisbein, bockwurst*) e pelas celebrações festivas – tendo destaque, no final do século XX, a Festa das Flores e a Festa Nacional e Internacional do Chopp (*Fenachopp*), que integrava o calendário das “festas de outubro” realizadas em Santa Catarina. Porém, essa valorização da identidade germânica creditada à cidade ocorreu ao mesmo tempo em que um grande número de migrantes se deslocou do interior de diferentes estados brasileiros, em busca das opções de trabalho⁴⁷⁹.

O município mais populoso e que detém o maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado de Santa Catarina experimentou férteis períodos de crescimento econômico, em grande parte decorrente do impulso industrial que teve ressonância principalmente após os anos 1950⁴⁸⁰, momento em que empresas locais se consolidam no cenário nacional e internacional e, por conseguinte, projetam a imagem próspera de Joinville como um grande centro urbano e industrial, significada como a cidade-progresso ou “Manchester Catarinense”. Trata-se da segunda imagem produzida sobre a cidade de Joinville.

A cidade que buscou cada vez mais se industrializar, criar produtos em larga escala a fim de ocupar fatias maiores nos mercados consumidores pelo mundo e, para tal propósito, abriu suas portas para migrantes com o intuito de que eles ocupassem postos de trabalho nas fábricas, é a mesma cidade que se viu depois dos anos 1970 confrontada com outras etnicidades que não se limitavam tão somente às práticas e representações culturais etnicamente germânicas. Por meio da composição de fragmentos traduzidos de outras culturas, Joinville foi ganhando traços mais plurais em suas representações e o rural, desse ponto de vista, passou a ser a marca de uma suposta autenticidade remanescente, que pode ser entendida como a terceira imagem produzida sobre a cidade.

Por esses movimentos percebe-se que atestar o passado de Joinville tornou-se um desafio crescente para o poder público, de modo que as tentativas de manutenção e reafirmação do valor cultural de bens materiais e imateriais que representassem a “cultura de Joinville”

⁴⁷⁸ A esse respeito ver: Cunha (2003); Ficker (1965); Herkenhoff (1987); Ternes (1986).

⁴⁷⁹ Discutido anteriormente, no capítulo III.

⁴⁸⁰ A esse respeito ver: COELHO, Ilanil. Op. cit.

levaram a uma busca por referências em locais onde supostamente seria possível observar os traços da cidade de outrora. Trata-se de uma composição de elementos históricos fragmentados que poderiam ser acionados no meio rural e nos aspectos que identificam a ruralidade no município.

O passado do município referenciado através do rural trata-se de um período específico, compreendido entre a metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no qual os bens culturais apresentados pelos roteiros são localizados dentro deste contexto histórico supostamente marcado por uma homogeneidade cultural identificada nas relações de trabalho e lazer, nos costumes, no folclore. De acordo com Huyssen⁴⁸¹, partem da memória esses apelos a um passado que é sempre melhor, que remete a lugares circunscritos na paisagem por fronteiras culturais bem delineadas, construída por meio de relações sociais permanentes e fluxos de tempo regulares.

A estabilidade desse passado parece ter sido rompida após as transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais iniciada na segunda metade do século XX, e que contribuíram para uma reconfiguração da paisagem urbana e rural. Desse modo, cabem aqui as considerações de Huyssen⁴⁸², ao concluir que nesses passados acionados do presente o que está em voga não são períodos gloriosos imaginados, mas um desejo de continuidade dentro do tempo, visto como uma possibilidade de extensão do vivido, que permite situar-se no tempo a partir de uma linearidade histórica, a qual teria sido rompida pelos desdobramentos dos processos de urbanização e industrialização.

O passado que ancora as representações de rural na contemporaneidade é demarcado por bens materiais e imateriais alusivos a uma germanidade, afirmada pelos roteiros turísticos com finalidades diversas, visando a proteção ou o lucro. Os roteiros comportam outras etnicidades, como a italianidade, que não tem respaldo em correntes imigratórias, pois se insere nos fluxos migratórios internos que remetem à década de 1950. A italianidade é utilizada por esses migrantes na marcação identitária, e mesmo não possuindo bens materiais que os liguem ao passado joinvilense, ela é afirmada no meio rural por meio das festividades em que são celebradas a imaterialidade de práticas como o cultivo do arroz e o preparo culinário de pratos “típicos” como a polenta.

⁴⁸¹ HUYSSSEN, Andreas. Op. cit. P.30.

⁴⁸² Id. Ibid.

Tendo em vista que as representações acerca da italianidade foram construídas por um grupo de migrantes oriundos do interior de municípios catarinenses que se estabeleceram em um determinado local rural em função das condições para as práticas agrícolas, é preciso considerar que no contexto migratório da segunda metade do século XX grande parte das pessoas que vieram para Joinville e que passaram a ocupar postos de trabalho na indústria ou no comércio eram migrantes rurais⁴⁸³. Dessa forma, o rural pode ser acionado tanto por identificações étnicas, como a germanidade e a italianidade, como também por uma nostalgia ou desejo de retomada do rural, que encontra-se representado por práticas que não se comunicam com as etnicidades – como é o caso da cultura gauchesca.

Destaca-se no roteiro rural Estrada da Ilha e no calendário de festas tradicionais do município o Centro de Tradições Gaúchas Chaparral, responsável pela realização do Rodeio Crioulo Nacional, um dos mais importantes da região norte catarinense. A descrição do evento trazida pelo material de divulgação das festas tradicionais anuncia que “provas de laçada, gineteada, leilão de animais e manutenção da cultura gaúcha fazem parte da programação, complementada pelo tradicional churrasco com chimarrão”. No entanto, a inclusão do CTG Chaparral nos materiais de divulgação do meio rural de Joinville trata-se de uma questão paradoxal, considerando que em outros momentos os próprios eventos realizados pelo Centro de Tradições Gaúchas (CTG) estiveram no centro de algumas tensões que emergiram pelo fato da cultura gauchesca ter sido considerada uma ameaça aos grupos étnicos locais.

De acordo com Coelho⁴⁸⁴, a realização dos eventos gauchescos, especialmente sobre áreas de colonização europeia no norte de Santa Catarina, era acompanhada por “ataques agressivos”, como alguns comentários na imprensa afirmando que a massificação da cultura gauchesca estaria alimentando o desprezo pelas tradições, folclore e costumes trazidos pelos imigrantes. A realização do 1º Rodeio Crioulo de Joinville, na Fazenda Chaparral, em 1974, não passou ao largo dessas críticas, pois conforme o jornalista Herculano Vicenzi⁴⁸⁵, em reportagem publicada no jornal A Notícia em 2003, muitos consideravam que o evento “estava fadado ao fracasso pela falta de identificação com as raízes culturais de Joinville”. Contudo, “a

⁴⁸³ COELHO, Ilanil. Op. cit. P.101.

⁴⁸⁴ Id. Ibid.

⁴⁸⁵ VICENZI, Herculano. O patriarca da tradição gaúcha. **A Notícia**, 26 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/out/26/0cid.htm>> Acesso em: 22 jan. 2015.

festa atraiu mais de 5 mil pessoas, que se deliciaram com as competições de laço, gineteadas e muito churrasco preparado em fogo de chão⁴⁸⁶.

A realização do rodeio crioulo teria sido decorrente da iniciativa de um empresário do transporte coletivo de Joinville, emigrante do município de Lages (SC). O “patriarca da tradição gaúcha” na cidade, como descreveu o jornalista Herculano Vicenzi⁴⁸⁷, teria realizado o evento “movido pela saudade dos trabalhos campeiros, com os quais lidou durante a mocidade em fazendas de gado na região serrana”. O aparente sucesso dessa primeira edição teria motivado a fundação do Centro de Tradições Gaúchas Chaparral, assim como a organização de uma equipe de laçadores composta pelos filhos do idealizador do evento e alguns amigos, que em Joinville trabalhavam como motoristas de ônibus, mas que também eram egressos das fazendas da região serrana de Lages⁴⁸⁸. A participação do grupo em rodeios realizados em todo o sul do país e o crescimento do rodeio crioulo realizado em Joinville tornaram o CTG Chaparral conhecido no meio “tradicionalista gaúcho”.

A inserção do Rodeio Crioulo Nacional no calendário de “festas tradicionais” do município – o qual traz ainda a Semana Farroupilha⁴⁸⁹, com sua programação marcada por cavalgadas, exposições de animais e gastronomia “típica gaúcha” – revela a importância adquirida pelos eventos associados à cultura gauchesca em Joinville. Cabe destacar que as competições de laço e provas de gineteadas, que são representativas do trabalho dos “peões” com o gado nas fazendas, não possuem referências no passado de Joinville, considerando que as pequenas propriedades na colônia possuíam poucos animais e que as relações de trabalho eram baseadas na mão de obra familiar. O sucesso do rodeio crioulo, dessa perspectiva, pode ser relacionado à nostalgia que o rural exerce sobre os migrantes rurais, que através do contato com as lides campeiras podem recordar o lugar de origem, mas também sobre pessoas que nunca tiveram experiências de trabalho no meio rural, porém, que estabelecem identificações com as representações acerca de um modo de vida idealizado.

As festas “tipicamente gaúchas” ou “italianas” correspondem a uma ampliação das possibilidades de consumo, baseada em uma nostalgia que é acionada por práticas e representações ligadas ao cotidiano de trabalho e lazer no meio rural. A construção de

⁴⁸⁶ VICENZI, Herculano. 2003. Op. cit.

⁴⁸⁷ Id. Ibid.

⁴⁸⁸ Id. Ibid.

⁴⁸⁹ A Semana Farroupilha trata-se de um evento festivo comemorado anualmente em vários municípios brasileiros, no mês de setembro, para lembrar a Revolução Farroupilha, iniciada em setembro de 1835.

identificações com o rural, conforme observado, muitas vezes extrapola as próprias experiências vividas pelos sujeitos, considerando que muitos sempre estiveram inseridos em contextos urbanos, mas compartilham memórias nostálgicas sobre determinados períodos históricos por considerarem as experiências vivenciadas por alguns sujeitos e grupos no passado melhores e mais atrativas do que o presente.

De acordo com Huyssen⁴⁹⁰, o que se está vivenciando é a mobilização de memórias na construção de passados presentes, em que a comercialização da nostalgia, as ações de patrimonialização e todo entretenimento memorialístico são sintomáticos de um mundo que está sendo musealizado, mas que, embora o uso das memórias possa parecer um fenômeno global, elas fazem parte de contextos específicos de territórios e nações. Na perspectiva de uma patrimonialização do rural, entendido como um lugar que referencia o passado, abre-se assim a possibilidade de produzir bens consumíveis que, referindo-se às identificações, são capazes de possibilitar novas significações.

Tendo em vista a impossibilidade de demarcar territorialmente ou culturalmente o rural e a ruralidade, abrem-se novas possibilidades. Uma delas é o rural como um índice para determinadas práticas de trabalho e de lazer. Uma perspectiva que emerge de uma nova sensibilidade em relação a esse espaço, que no passado era tomado como local de atraso em relação à cidade, mas que, em função principalmente dos problemas sociais que permeiam os centros urbanos na atualidade, passou a ser vislumbrado como um ideal de qualidade de vida, como uma saída para dilemas urbanos, despertando inclusive desejos de uma retomada aos modos de vida mais saudáveis e seguros e que tem como referência o meio rural e atividades que o referenciam, como a agricultura.

Sobre essa questão, vale destacar outras formas de apropriação dos bens culturais e naturais que ocorreram no meio rural além do turismo, visto que a transformação de unidades agrícolas em residências de campo ou em locais de lazer também se faz notar na paisagem pelos que percorrem as estradas rurais do município. Algumas estradas rurais, que no passado se inseriam em um contexto de expansão dos limites da colônia agrícola em direção a Serra do Mar e que hoje integram as cartografias turísticas indicando a localização de propriedades, foram objeto de uma série de reportagens produzidas pelo jornalista Herculano Vicenzi e publicadas, em 2011, no jornal Notícias do Dia.

⁴⁹⁰ HUYSSSEN, Andreas. Op. cit. P.14.

Alguns aspectos trazidos pelas reportagens sobre as estradas Canela⁴⁹¹, Pirai⁴⁹², Rio da Prata⁴⁹³, do Salto⁴⁹⁴ e do Pico⁴⁹⁵ chamam a atenção na medida em que expõem mudanças e continuidades na paisagem e nas relações estabelecidas no meio rural. Entre elas, destacam-se: redução e transformação das atividades agrícolas em função das restrições ambientais; fracionamento das propriedades, decorrente da sua divisão entre herdeiros ou da comercialização de terras; transformação de unidades agrícolas em locais para lazer de famílias que residem nas cidades; e usos residenciais nas estradas que possuem infraestrutura como o asfalto, a oferta de serviços como transporte coletivo, além de possibilitar o deslocamento diário para quem trabalha ou estuda no meio urbano.

As reportagens aqui analisadas indicam que os problemas urbanos e a emergência de novas sensibilidades em relação à natureza e às atividades agrosilvopastoris conduziram a uma busca por qualidade de vida em locais afastados dos burburinhos citadinos. De modo que em Joinville a oferta de serviços básicos e a possibilidade de deslocar-se regularmente para a cidade fez com que famílias que possuíam rotinas de trabalho ou estudo na cidade optassem pela residência no meio rural, vislumbrando no local um ambiente adequado para o crescimento e a educação dos filhos ou para o descanso após a aposentadoria.

A construção de um imaginário sobre o rural também contribui para algumas estetizações do patrimônio, que podem ser entendidas pela atribuição de outros significados e funções para além das quais determinado bem foi pensado. De modo que bens culturais e naturais inseridos no meio rural, ao serem tomados como atrativos turísticos, acabam por criar outras relações com o ambiente, que por vezes impactam sobre o próprio cotidiano dos grupos locais. Essa importância que outros significados e usos do patrimônio adquirem configura-se em um desafio para as políticas de patrimonialização.

⁴⁹¹ VICENZI, Herculano. Na Estrada Canela, a lei de uso do solo restringe a atividade agrícola. **Notícias do Dia**, 04 mai. 2011b. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/9495-na-estrada-canela-a-lei-de-uso-do-solo-restringe-a-atividade-agricola.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

⁴⁹² VICENZI, Herculano. Fundões de Joinville: diminuem as apostas na agricultura familiar. **Notícias do Dia**, 26 abr. 2011c. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/8959-diminuem-as-apostas-na-agricultura-familiar.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

⁴⁹³ VICENZI, Herculano. No fim da estrada Rio da Prata um cenário estonteante. **Notícias do Dia**, 10 mai. 2011a. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/9836-no-fim-da-estrada-rio-da-prata-um-cenario-estonteante.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

⁴⁹⁴ VICENZI, Herculano. No fim da Estrada do Salto, uma cachoeira embeleza o cenário. **Notícias do Dia**, 23 abr. 2011d. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/8780-no-fim-da-estrada-do-salto-uma-cachoeira-embeleza-o-cenario.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

⁴⁹⁵ VICENZI, Herculano. O recanto dos Westarb. **Notícias do Dia**, 26 set. 2012. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/perfil/34686-o-recanto-dos-westarb.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

A exemplo disso, têm-se algumas tensões que emergem na relação entre turistas e moradores das regiões rurais veiculadas pelos roteiros turísticos como atrativos, como a região do Piraí, destacada no Guia Turístico de Joinville por suas “montanhas, cachoeiras, rios e vastos arrozais: um lugar perfeito para relaxar”. Porém, os turistas que vêm em busca desses locais para relaxarem acabam muitas vezes perturbando a tranquilidade dos moradores ali estabelecidos que, principalmente durante o verão, têm seu trânsito dificultado e por vezes até bloqueado nas estradas locais em função do excesso de veículos estacionados, além dos casos de perturbação sonora causada pelo som automotivo, lixo deixado nas margens dos rios e das ocorrências de invasão às propriedades.

Sobre essa questão, Herculano Vicenzi, em sua obra “Nos fundões de Joinville”⁴⁹⁶, traz um texto intitulado “Invasão de bárbaros”, em que estabelece uma comparação entre o passado e o presente da atividade turística no interior de Joinville. Para o autor, quando o número de frequentadores dos rios era reduzido, respeitava-se a natureza e os moradores locais, não havendo invasões a propriedades, vestígios de lixo ou qualquer outro abuso cometido pelos visitantes. No entanto, a massificação turística desses locais hoje preocupa pela agressividade com que é desenvolvida, de forma que o movimento chega a ser qualificado pelo autor como uma invasão de “bárbaros”.

Hoje, especialmente na região do Piraí, os pontos encantadores continuam os mesmos. Mas as coisas estão mudadas. Verdadeiras hordas de arruaceiros invadem aqueles paraísos da natureza sem respeitar nada. Além de deixar lixo espalhado por todos os lados, invadem propriedades e chegam a estacionar os carros nas porteiras de pacíficos colonos, impedindo-os de entrar e sair de suas casas. Triste, nessa história de abusos que se vem arrastando há muitos anos, é o fato de ninguém estar fazendo alguma coisa para garantir os direitos dos colonos, os mais autênticos representantes das origens de Joinville⁴⁹⁷.

Esse exemplo revela uma questão paradoxal, pois a promoção do turismo como meio para proteção de bens culturais que remetem ao passado de Joinville e dos bens naturais considerados importantes para a manutenção da qualidade de vida na cidade acabaram produzindo impactos negativos sobre o cotidiano dos moradores locais. Os impactos da atividade turística no meio rural, para o geógrafo Anderson Pereira Portuguez e o turismólogo Juliano Pavesi Peixoto⁴⁹⁸, são inevitáveis, considerando que toda e qualquer atividade humana

⁴⁹⁶ VICENZI, Herculano. **Nos fundões de Joinville**: memórias. Jaraguá do Sul: Impressul, 2013. P. 117.

⁴⁹⁷ Id. Ibid.

⁴⁹⁸ PORTUGUEZ, Anderson Pereira; PEIXOTO, Juliano Pavesi. Impactos e monitoramento ambiental e empreendimentos turísticos no espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. P. 139.

gera algum tipo de impacto, mas eles são aceitáveis até um limite, pois quando passam a degradar o ambiente ou a comprometer as funcionalidades do meio rural, então é preciso estabelecer algum plano de contenção/mitigação. Essas considerações reforçam o argumento de Vicenzi⁴⁹⁹, ao expressar o seu descontentamento com o fato de não serem adotadas medidas para garantir os direitos dos colonos. Ainda sobre a afirmação de que os colonos são os autênticos representantes das origens de Joinville, pode-se perceber a permanência e o reforço da imagem da cidade germânica.

Nessa perspectiva, o turismo é visto não apenas como uma alternativa de renda para as famílias que estão inseridas em um circuito comercial contemplado pelos roteiros promovidos pelos órgãos responsáveis pelo fomento ao turismo, mas também como uma ameaça ao equilíbrio local provocado pelo intenso fluxo de visitantes. De modo que a relação turismo e patrimônio pode ser vista como sustentável pela óptica dos gestores públicos, que apresentam por meio de cartografias as opções de visitação onde o turista pode perceber uma relação de respeito e conciliação entre as atividades dos moradores e a natureza, mas por outro lado, pouco sustentável para os moradores locais, principalmente os que não estão inseridos no circuito e, dessa forma, não obtêm lucros.

Além do mais, a relação entre agricultor e natureza apresentada de maneira romantizada pelos materiais de divulgação turística encobre outras tensões vivenciadas no meio rural, como a restrição ao desenvolvimento de atividades agrosilvopastoris pelos moradores em função das políticas ambientais⁵⁰⁰ que, especialmente após a década de 1980, tiveram a fiscalização intensificada sobre condutas consideradas lesivas ao meio ambiente. Convém ressaltar que não se trata aqui de um questionamento em relação ao propósito dessas políticas, mas ao fato das tensões existentes entre os moradores locais e os órgãos responsáveis pelo cumprimento dessas políticas ambientais ficarem encobertas diante do discurso promovido pelo turismo, da existência de uma relação harmônica entre homem e natureza.

No contexto joinvilense destacam-se as discussões em torno da proteção da Mata Atlântica e dos recursos hídricos, que ganharam força após a criação, por meio do Decreto nº

⁴⁹⁹ VICENZI, Herculano. 2013. Op. cit. P.117.

⁵⁰⁰ Destaca-se no âmbito federal: Lei Nº 8.171/1991, que estabeleceu as ações e os instrumentos da política agrícola, atribuindo ao poder público a responsabilidade por disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; Lei Nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, tendo por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental; Lei Nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, com o entendimento de que água é um bem de domínio público, um recurso natural limitado e dotado de valor econômico, conforme seu Art. 1º; e a Lei Nº 7.735/1989, que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para exercer a fiscalização ambiental.

8.055/1997, da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca. Abrangendo 35% da área total do município e englobando as encostas da Serra do Mar e as bacias do rio Cubatão e Pirai – responsáveis pelo abastecimento de água da cidade de Joinville –, de acordo com o Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca, aprovado pelo Decreto N° 20451/2013, a APA criada com as seguintes finalidades: proteger os recursos hídricos, garantir a conservação de remanescentes da Mata Atlântica, “[...] proteger a fauna silvestre, melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais, fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental e preservar as culturas e as tradições locais”⁵⁰¹.

No entanto, as publicações dos jornais permitem alguns contrapontos. Em reportagem do jornal A Notícia, em 28 de julho de 2006⁵⁰², mostrou-se a insatisfação dos moradores rurais que, alegando demora na regulamentação da APA, criaram a Associação dos Proprietários de Terras da Mata Atlântica com Recursos Hídricos (Aproágua) no intuito de estabelecer um diálogo com órgãos ambientais, de assistência técnica e com a Câmara de Vereadores de Joinville, a fim de buscar soluções para questões como o controle das atividades agrícolas e demais restrições no uso do solo. Ainda nessa reportagem, um dos integrantes da Aproágua, falando em nome dos demais proprietários, ressaltou a importância da criação da APA para a proteção dos recursos hídricos, porém, afirmou não ser justo o ônus pela manutenção da qualidade da água ficar por conta deles.

Em outra reportagem, publicada no jornal Notícias do Dia em 20 de dezembro de 2014⁵⁰³, destacou-se, por meio das entrevistas realizadas com produtores rurais, a crítica à falta de políticas de incentivo aos produtores que desenvolvem ações de preservação do ambiente, mas que não recebem nenhuma forma de compensação por parte do governo. Além disso, retratou a preocupação com o movimento de banhistas nas áreas de mananciais que, na região do Quiriri, que não dispõe de estrutura com banheiros, estacionamento e lixeiras para receber tantos visitantes, acaba contribuindo para os mesmos problemas já mencionados na região do

⁵⁰¹ JOINVILLE. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca**. Joinville: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE et al., 2012, 78p. p.1.

⁵⁰² VICENZI, Herculano. Impasse no uso de área protegida. **A Notícia**, Joinville, 28 jul. 2006. Geral. P. 7. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

⁵⁰³ SILVA, João Batista da. Produtores rurais tem papel fundamental na preservação dos mananciais de Joinville. **Notícias do Dia**, 20 dez. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/222119-produtores-rurais-tem-papel-fundamental-na-preservacao-dos-mananciais-em-joinville.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

Piraí – o acúmulo de lixo deixado nos locais, o bloqueio das estradas por carros e invasão a propriedades.

Assim, percebe-se que o objetivo contido no Plano de Manejo da APA, de melhorar a qualidade de vida da população local através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais, acabou por restringir a utilização do solo ao mesmo tempo em que transformou os produtores rurais em agentes responsáveis pela preservação dos recursos hídricos. O outro objetivo da APA – de fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental – também esbarrou no problema de que as regiões de nascentes, que deveriam ser protegidas, acabam recebendo um grande número de visitantes mesmo sem possuir uma estrutura mínima para tal e faltam ações de educação ambiental por parte do poder público para minimizar o impacto causado pela atividade turística no local.

O que se percebe é que por um lado há uma obrigatoriedade na utilização sustentável do patrimônio pelos produtores, a ponto de restringir suas atividades econômicas, mas por outro, essa sustentabilidade não é observada nas práticas turísticas, que acabam afetando inclusive o bem-estar da população local. Trata-se de uma situação que vai contra o próprio entendimento de turismo ecológico, que após 1994, com a publicação das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, pela Embratur, passou a ser denominado Ecoturismo e conceituado como “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”⁵⁰⁴.

Tendo em vista que o turismo rural é uma tendência na contemporaneidade e que vive-se um momento em que o apreço ao natural e ao cultural conduz as pessoas aos locais onde é possível vislumbrar os vestígios de passado e a natureza remanescente, é preciso conjecturar que essa atividade pode ser sustentável, mas para isso é preciso atentar-se ao fato de que a utilização do patrimônio natural e cultural com finalidades turísticas, mesmo em projetos voltados para sua proteção, demanda reflexão por parte do poder público sobre o envolvimento da população local. Isso porque o turismo é uma atividade que pode implicar em ganhos ou perdas, não apenas financeiras, mas nos laços comunitários e no desgaste – material e simbólico – do próprio patrimônio.

⁵⁰⁴ BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. P. 19.

A exemplo disso, em 2010 foi aprovado pelo Conselho Estadual de Turismo do Estado de Santa Catarina o Plano de Marketing Turístico de Santa Catarina 2020 (Plano Catarina 2020)⁵⁰⁵, um documento produzido pela Chias Marketing, empresa especializada em Marketing Turístico, que tem por objetivo servir como referência para a atuação do setor turístico em todo o estado catarinense. Nele estão contidas diretrizes estratégicas e orientações operacionais, por meio das quais evidencia-se a tentativa de alinhar o turismo de Santa Catarina às tendências do turismo identificadas por pesquisas de mercado e entrevistas com gestores e empresários do setor⁵⁰⁶.

A partir de análises sobre o conhecimento dos catálogos de vendas usados pelos operadores turísticos que comercializavam Santa Catarina e do grau de aproveitamento das opções turísticas em relação ao potencial de mercado, elaborou-se uma estratégia de marketing a ser adotada pelos agentes de turismo visando um aproveitamento maior das potencialidades turísticas pelo segmento. Tendo em vista alguns fatores que foram considerados decisivos para a escolha do destino turístico: cultura, natureza, sensações e estímulos – cada um com outros subfatores⁵⁰⁷, o Plano Catarina apresentou um mapa demonstrando o posicionamento do Estado naquele momento e o desejado para 2020. O mapa teria sido produzido a partir de uma pesquisa realizada com turistas sobre o peso desses fatores em Santa Catarina e de análises sobre as opções turísticas que eram divulgadas em 2010, como se pode observar na figura 4⁵⁰⁸.

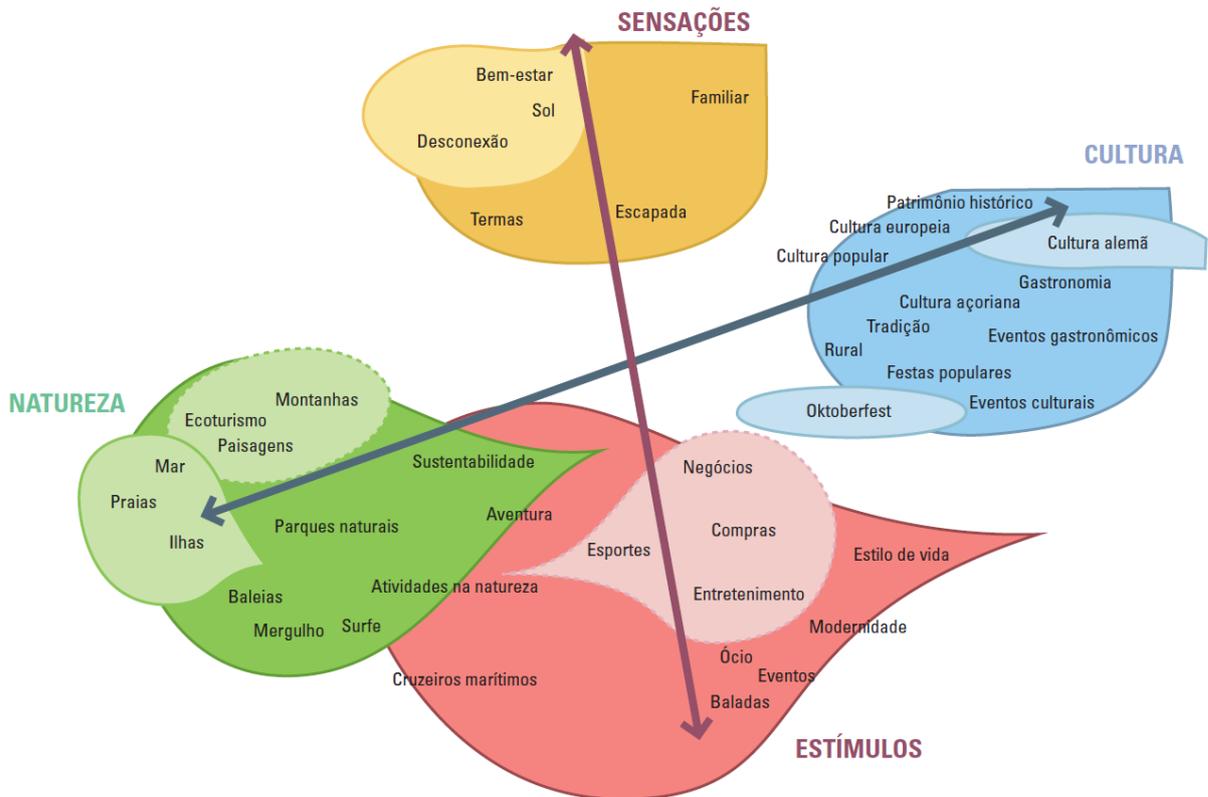
⁵⁰⁵ SANTA CATARINA. **Plano de Marketing Turístico de Santa Catarina 2020**. 2010.

⁵⁰⁶ Id. Ibid. P.5.

⁵⁰⁷ Id. Ibid. P.30.

⁵⁰⁸ As formas maiores e em tons mais escuros representam o posicionamento desejado, e as formas menores e em tons mais claros representa o posicionamento do Estado identificado em 2010.

Figura 4 – Mapa do posicionamento turístico desejado para Santa Catarina em 2020.



Fonte: SANTA CATARINA, 2010, p. 30.

O que se percebe por esse esquema é uma tentativa de ampliação do catálogo de produtos e de segmentos turísticos a serem ofertados para uma demanda imaginada, visando aumentar a competitividade turística de Santa Catarina no cenário nacional e internacional. No entanto, por se tratar de um documento criado para servir de base para as ações do setor turístico em todo o Estado, inclusive para a criação dos roteiros, o que se coloca em questão é o fato do Plano Catarina fundamentar suas análises exclusivamente nos catálogos dos operadores turísticos que comercializam o Estado e nas opiniões de gestores, empresários e turistas. De modo que, ao mesmo tempo em que há uma ampliação das opções turísticas, há uma demarcação das referências históricas e patrimoniais que devem ser veiculadas a fim de atender a determinadas demandas imaginadas por produtores, pois o que está em jogo são possibilidades de ganhos, seja para o setor hoteleiro e para as agências de viagens, seja para os órgãos e as entidades públicas e privadas envolvidas no mercado do lazer e do turismo.

Nesse processo, vislumbra-se a emergência da lógica da cidade marketing (*city marketing*) como uma estratégia política utilizada pelos municípios para sua inserção nos mercados regionais e internacionais, um movimento que alimenta uma lógica de competição entre as cidades, onde, de acordo com a arquiteta e urbanista Fernanda Sánchez⁵⁰⁹, “a cidade-empresa do modelo empreendedor é apresentada como mercadoria que tem que ser vendida”. O *city marketing* então atua como um instrumento para aumentar o poder de atração das cidades em um contexto de globalização e de crescente competitividade, no qual a produção e a difusão de imagens sobre elas ganham relevância no planejamento e gestão municipal⁵¹⁰.

Peixoto⁵¹¹ ressalta que dentro dessa lógica de “empresarialização” das cidades, em que muitas são concebidas como produtos para atender a mercados, o patrimônio passou a cumprir um papel importante nas “estratégias de definição de uma imagem de marca, constituindo-se, ele próprio, como a ‘marca’ que define um certo valor concorrencial e comunicacional”. No caso de Joinville, a produção e a difusão de imagens sobre o meio rural através dos roteiros turísticos têm como suporte os bens culturais considerados representativos do passado local e bens naturais que remetem a uma ideia de natureza, os quais constituem marcas que identificam e singularizam o município em um contexto regional, nacional e global.

O turismo ganhou importância no planejamento e gestão municipal, como pode-se observar pelos planos e projetos até aqui analisados, porém, é preciso considerar que os bens patrimoniais inseridos nos roteiros turísticos como representativos de uma identidade local possuem significados diversos para os sujeitos que com eles se relacionam no presente, pois eles tanto podem possuir uma carga simbólica que alimenta identidades e pertencimentos como também significados que não possuem relação com valores que, sob o ponto de vista técnico, foram considerados importantes para a proteção de determinado bem. De acordo com Canclini⁵¹², o patrimônio não pode ser reduzido a um gesto técnico de salvaguarda, tomado por um conjunto de especialistas no passado, mas deve possibilitar uma visão ampliada, de modo a considerar os significados que esse bem possui no presente.

⁵⁰⁹ SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: VIII Encontro Nacional da ANPUR, 1999, Porto Alegre. **Anais do VIII Encontro Nacional da ANPUR**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. P. 118.

⁵¹⁰ Id. Ibid.

⁵¹¹ PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. **Sociologia** (Porto), v. 13, p. 211-226, 2003. P. 215.

⁵¹² CANCLINI, García, Néstor. Los usos sociales del Patrimonio Cultural In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Patrimonio Etnológico**. Nuevas perspectivas de Estúdio. Consejería de Cultura: Junta de Andalucía, 1999. pp. 16-33. P. 33.

Zanirato⁵¹³ afirma que a adoção de medidas políticas capazes de promover a proteção do patrimônio trata-se de uma postura que depende de uma clareza quanto aos usos sociais do patrimônio, considerando que a mobilização em torno de um bem a ser protegido como patrimônio implica no seu reconhecimento como algo representativo para uma coletividade, por acionar identidades e pertencimentos. Ainda conforme Zanirato⁵¹⁴, os usos sociais do patrimônio “correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade”.

Dessa perspectiva, entendendo que o patrimônio expressa a relação entre grupos que compartilham de bens e práticas que os identificam na atualidade, a inserção da população nas discussões acerca da gestão do patrimônio revela-se como um caminho possível e necessário para mediar tensões e conflitos que emergem pela sua difusão através do turismo, pois o impacto social, cultural, ambiental e econômico que a massificação dessa atividade causa em um ambiente pode converter-se na própria destruição do patrimônio, não apenas da sua materialidade, mas dos laços comunitários, das pessoas que o conferem sentido.

⁵¹³ ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, nº 1, p. 145 - 160, 2009. P. 147.

⁵¹⁴ Id. Ibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi buscar uma compreensão sobre como os projetos de promoção turística e a criação de roteiros podem estar relacionados a uma tentativa de patrimonialização do meio rural de Joinville, além de analisar quais as relações econômicas, políticas, ambientais, sociais e culturais envolvidas nessas propostas desenvolvidos por órgãos e entidades ligadas ao poder público e a iniciativa privada. Para isso, buscou-se um entendimento sobre as relações estabelecidas entre o campo e a cidade em diferentes contextos e sobre a construção de uma ideia de rural no campo teórico e na esfera governamental.

Através da investigação realizada pode-se perceber que após a segunda metade do século XX, muito em função da aceleração dos processos de urbanização e industrialização que promoveram mudanças econômicas, ambientais, sociais e culturais no campo e nas cidades brasileiras, o rural passou a ser visto como local de atraso em relação ao urbano. Joinville se inseriu no contexto de industrialização e urbanização como um importante pólo industrial e destino de um grande número de migrantes. No entanto, a cidade viu-se confrontada após a década de 1970 com problemas urbanos vistos como uma ameaça a qualidade de vida.

Ao mesmo tempo que emergiram discursos sobre os problemas urbanos vivenciados na cidade, algumas medidas de proteção aos recursos ambientais e aos bens culturais localizados no meio rural foram tomadas pelo poder público. Trata-se de medidas que não estavam deslocadas dos debates ambientais que ocorriam em âmbito global, pois a preocupação com a qualidade de vida e com o futuro das cidades contribuiu para a formulação de políticas públicas sobre o ambiente e à própria ampliação do campo patrimonial. Esses debates sobre preservação e conservação do ambiente, que ganharam força no meio acadêmico e incidiram sobre as políticas públicas, revelaram uma nova sensibilidade sobre o rural.

Em Joinville, roteiros turísticos começaram a ser implantados sobre o meio rural a partir da década de 1990 com objetivos diversos: como uma possibilidade de uso sustentável das áreas rurais que concentram bens naturais considerados importantes para a manutenção da qualidade de vida da população; como uma alternativa de renda para famílias que tem a possibilidade de oferecer em suas propriedades produtos ou serviços considerados atrativos do ponto de vista histórico e cultural; ou ainda como uma forma de valorização das edificações e das paisagens associadas ao contexto de colonização oitocentista.

Os discursos sobre rural que circularam através da historiografia, da imprensa e do público, contribuíram para a produção de imagens e imaginários sobre objetos, lugares e práticas consideradas rurais e que foram apropriados por uma indústria cultural que os veiculou através de rótulos e roteiros turísticos. A exemplo disso, tem-se os roteiros rurais que foram produzidos no âmbito municipal com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, eles promovem determinados elementos geográficos, arquitetônicos e culinários circunscritos em cartografias como um retrato cotidiano do meio rural de Joinville.

Através dos roteiros rurais, pode-se observar discursos mediados por imagens e imaginários sobre o passado de uma colônia germânica, que por vezes não correspondem ao modo como a população se percebe no local, mas que se liga a tentativa de manutenção de um cenário agrícola que permite aos turistas acionar uma história rural de Joinville, aprazível e supostamente distante. Dessa perspectiva, reforça-se o argumento de que a busca pelo consumo de símbolos identitários nos meios rurais por parte dos cidadãos foi um movimento ocorreu diante das transformações provocadas pela urbanização em Joinville.

Assim, na medida em que as associações da cidade de Joinville a uma identidade germânica se tornaram mais frágeis diante de sua pluralidade cultural, os roteiros criados a partir da década de 1990 buscaram representar o rural como o local onde há uma suposta homogeneidade cultural perceptível na arquitetura, na culinária e nos costumes preservados que melhor significariam os traços da Joinville de outrora. Porém, essas representações do meio rural solidificadas por discursos de valorização das tradições germânicas foram confrontadas por outras construções identitárias e que também utilizaram o rural como vetor de identidade.

O rural como um lugar de referência ao passado, abriu a possibilidade para a construção de outras identificações. O elemento étnico continuou a fazer parte dos roteiros turístico, porém ele ampliado a fim de contemplar outras etnicidades, tanto os grupos ligados ao processo de colonização do município, como também outros que se estabeleceram posteriormente em Joinville em função das migrações internas, como é o caso dos descendentes de italianos, advindo de outras regiões de Santa Catarina e que utilizaram o rural como um vetor para a construção de uma identidade italiana no município.

A ampliação das opções de consumo, porém, não se resumiu aos elementos étnicos, os roteiros passaram a incluir também o rural como um patrimônio que poderia ser consumível, sem a perspectiva de demarcação étnica, mas de procedência. Sobre esse aspecto cabe destaca-se a construção de identificações através do rural por intermédio de famílias que, oriundas de

áreas rurais, migraram para Joinville após 1950. Desse modo, as memórias nostálgicas e o apreço às experiências rurais vivenciadas no local de origem, poderiam explicar o crescente interesse por manifestações os rodeios crioulos e outras celebrações festivas associadas a cultura gauchesca.

Além das identificações culturais construídas a partir das vivências rurais de sujeitos ou grupos, no passado ou no presente, há modalidades de consumos que não necessariamente se dão por alguma ligação histórica com o rural, mas por novas sensibilidades sobre a natureza e o campo que emergiram, sobretudo após a década de 1980, quando o rural passou a ser vislumbrado como um ideal de qualidade de vida para famílias citadinas que poderiam desfrutar de um local bucólico através da transformação de unidades agrícolas em áreas de lazer ou mesmo em local de residência.

Por fim, essas novas sensibilidades sobre a natureza e o campo acabaram por promover outras relações de consumo que muitas vezes escapam aos próprios roteiros, pois diante da dificuldade em demarcá-lo territorialmente, tendo em vista que as atividades consideradas rurais não se restringem a fronteiras legalmente estabelecidas, o rural pode ser percebido como uma prática que cria espacialidades rurais no campo e na cidade, através de lugares, atividades, objetos e paisagens que acionam o rural como referência à uma qualidade de vida desejada ou como marcas de um passado colonial idealizado, que se busca rememorar por intermédio do consumo de produtos e serviços culturais.

O desafio vislumbrado para os roteiros turísticos na contemporaneidade é superar as generalizações produzidas ao instituir territórios idealizados por meio da realocação de práticas e de grupos tidos como essencialmente rurais. O turismo precisa ser pensado de forma interdisciplinar e intersetorial entre os órgãos responsáveis pela sua promoção, a gestão do patrimônio, os moradores locais e demais agentes envolvidos no processo, considerando que essa atividade pode acarretar em impactos ambientais, sociais e culturais que ameaçam tanto os bens como a sustentabilidade das relações estabelecidas entre os grupos locais.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

FEDERAÇÃO DE CONVENTION & VISITORS BUREAUX DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Joinville e Região – Convention & Visitors Bureau. Agência Ampla, 2011.

FUNDAÇÃO TURÍSTICA DE JOINVILLE. Festas Tradicionais. Joinville, 2013.

FUNDAÇÃO TURÍSTICA DE JOINVILLE. Mapa Turístico – Joinville. Joinville, 2013.

FUNDAÇÃO TURÍSTICA DE JOINVILLE. Mapa Turístico – Joinville. Joinville, 2012.

FUNDAÇÃO TURÍSTICA DE JOINVILLE. Mapa Turístico – Joinville. Joinville, 2011.

FUNDAÇÃO TURÍSTICA DE JOINVILLE. Mapa Turístico – Joinville. Joinville, 2010.

GREENPEACE. **Agriculture at a Crossroads: Food for Survival**. Amsterdam: Greenpeace International, 2009. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/france/PageFiles/266577/iaastd-rapport-en-anglais.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2015.

ICOMOS. Carta de Turismo Cultural - ICOMOS, 1976. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 15, 1999. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/338>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

IPHAN. **Roteiros Nacionais de Imigração - Santa Catarina**. O Patrimônio Cultural do Imigrante. Dossiê de Tombamento, vol. 1, 2007.

IPHAN. Normas de Quito. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4677>> Acesso em: 11 dez. 2014.

IPPUJ – Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Lei de Ordenamento Territorial (LOT)**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2014a. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/557-10.Cartilha%2Bdas%2BAudiencias%2BPúblicas%2Bda%2BLOT.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

IPPUJ – Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. (Org.). **Joinville Cidade em Dados**. Joinville: Prefeitura Municipal, 2014b. 150p.

JOINVILLE. **Plano de Estruturação Urbana de Joinville (PEU)**. Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, 1987. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/17-Plano%2Bde%2BEstrutura%20C3%A7%C3%A3o%2BUrbana%2B%2B1987.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

JOINVILLE. **Plano Básico de Urbanismo (PBU)**. Joinville: Prefeitura Municipal, 1966. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/15-Plano+B%C3%A1sico+de+Urbanismo+1966.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

JOINVILLE. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca**. Joinville: Prefeitura Municipal et al., 2012, 78p.

ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972. Estocolmo, 1972. Disponível em: <http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf> Acesso: 15 dez. 2014.

SANTA CATARINA. **Plano de Marketing Turístico de Santa Catarina 2020**. 2010.

SANTA CATARINA. **Caminho dos Príncipes – Guia Turístico**. Florianópolis: Editora letras brasileiras. 2ª ed. 2011.

SANTA CATARINA. **Caminho dos Príncipes – Guia Turístico**. Florianópolis: Editora letras brasileiras. 5ª ed.

SIHRBES. **Guia Turístico – Norte de Santa Catarina – 2012-2013**. Disponível em: <<http://www.vivabemaqui.com.br/>> Acesso em: 10 jan. 2014.

SIHRBES. **Guia Turístico – Norte de Santa Catarina – 2014-2015**. Disponível em: <<http://www.vivabemaqui.com.br/>> Acesso em: 19 jan. 2015.

UNESCO. Recomendação de Paris – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003. Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/port>> Acesso: 15 dez. 2014.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 5 dez. 2014.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 5 jan. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 7.449, de 9 de abril de 1945. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del7449.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei Nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9456.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei Nº 8.181, de 28 de março de 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18181.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei Nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei Nº 4.214, de 2 de março de 1963. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4214-2-marco-1963-353992-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm> Acesso em: 17 dez. 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. Resolução nº 34, de 01 de julho de 2005. Brasília: Diário Oficial da União, 14 jul. 2005.

JOINVILLE. Lei Complementar nº 312, de 19 de fevereiro de 2010a. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/36df386f114060a6f2a27cb4a650ac12.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2014.

JOINVILLE. Lei Complementar nº 318, de 19 de fevereiro de 2010b. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/download/codigo/39-Estrutura%C3%A7%C3%A3o%2BTerritorial.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

JOINVILLE. Lei Complementar Nº 261, de 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/9-Plano%2BDiretor%2Bde%2BJoinville.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

JOINVILLE. Lei Nº 27, de 27 de março de 1996. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/krbfi>> Acesso em: 22 jan. 2014.

JOINVILLE. Lei Nº 1262, de 27 de abril de 1973. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/arquivo/lista/codigo/16-Plano%2BDiretor%2Bde%2BJoinville%2B1973.html>> Acesso em: 17 dez. 2014.

REPORTAGENS

JUNGES, Leandro S. Imagens antigas e atuais de Joinville levantam discussão sobre o título de Cidade das Flores. **A Notícia**, 22 ago. 2014. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/cultura-e-variedades/noticia/2014/08/imagens-antigas-e-atuais-de-joinville-levantam-discussao-sobre-o-titulo-de-cidade-das-flores-4581061.html>> Acesso em: 20 jan. 2015.

LEOBET, Deise. Joinville fecha as portas para evitar inchaço da população. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 fev. 1997. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc160217.htm>> Acesso em: 17 dez. 2014.

PORTAL BRASIL. Produção de grãos no Brasil cresce 221% em duas décadas. Brasília: Portal Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/02/producao-de-graos-no-brasil-cresce-221-em-duas-decadas>> Acesso em: 27 abr. 2014.

SILVA, João Batista da. Produtores rurais tem papel fundamental na preservação dos mananciais de Joinville. **Notícias do Dia**, 20 dez. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/222119-produtores-rurais-tem-papel-fundamental-na-preservacao-dos-mananciais-em-joinville.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

VICENZI, Herculano. O recanto dos Westarb. **Notícias do Dia**, 26 set. 2012. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/perfil/34686-o-recanto-dos-westarb.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

VICENZI, Herculano. No fim da estrada Rio da Prata um cenário estonteante. **Notícias do Dia**, 10 mai. 2011a. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/9836-no-fim-da-estrada-rio-da-prata-um-cenario-estonteante.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

VICENZI, Herculano. Na Estrada Canela, a lei de uso do solo restringe a atividade agrícola. **Notícias do Dia**, 04 mai. 2011b. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/9495-na-estrada-canela-a-lei-de-uso-do-solo-restringe-a-atividade-agricola.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

VICENZI, Herculano. Fundões de Joinville: diminuem as apostas na agricultura familiar. **Notícias do Dia**, 26 abr. 2011c. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/8959-diminuem-as-apostas-na-agricultura-familiar.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

VICENZI, Herculano. No fim da Estrada do Salto, uma cachoeira embeleza o cenário. **Notícias do Dia**, 23 abr. 2011d. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/joinville/noticias/8780-no-fim-da-estrada-do-salto-uma-cachoeira-embeleza-o-cenario.html>> Acesso em: 22 jan. 2015.

VICENZI, Herculano. Impasse no uso de área protegida. **A Notícia**, Joinville, 28 jul. 2006. Geral. P. 7. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

VICENZI, Herculano. O patriarca da tradição gaúcha. **A Notícia**, 26 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/out/26/0cid.htm>> Acesso em: 22 jan. 2015.

VICENZI, Herculano. Portal rural será aberto no domingo. **A Notícia**, Joinville, 18 out. 2002. AN Cidade, p. 07. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **O gaúcho**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

ALVES, Patrícia Medianeira da Costa; COLUSSO, Ana Cláudia; Empresa Rural e o Novo Código Civil. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. Santa Maria. Universidade Federal de Santa Maria, Ed. Especial. Jul., 2005.

ARAÚJO, George Pedro Barbalho. Ligas camponesas: formação, luta e enfraquecimento. IFPB. João Pessoa, PB, 2011. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1808/1067>> Acesso em: 05 jan. 2015.

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold. Tradução de Teodoro Cabral. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. 1858. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BARBOSA, Luciana Mendes. Agroenergia, biodiversidade, segurança alimentar e direitos humanos. In: **Conjuntura Internacional**, ano 4, nº 33. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. p. 1-7. Disponível em <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CBO_ARQ_BOLET20070925212324.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 22, 2007. pp. 65 – 72.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan./jun. 2009.

CANCLINI, Garcia, Néstor. Los usos sociales del Patrimonio Cultural In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Patrimonio Etnológico**. Nuevas perspectivas de Estúdio. Consejería de Cultura: Junta de Andalucía, 1999. pp. 16-33.

CANCLINI, Néstor Garcia. O Consumo Serve Para Pensar. In: **Consumidores e Cidadãos - conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1997, 3ª. ed., pp. 51-70.

CARNEIRO, Maria José. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.). **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. 2ª ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Vol. 5, nº 11, p. 173-191, 1991.

- COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)**. Florianópolis, 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Orgs.). **História dos bairros de Joinville**. São Paulo: Círculo, 1992.
- CUNHA, Dilney. **Suíços em Joinville: o duplo desterro**. Joinville, SC: Letrad'água, 2003.
- DIEZ GARCIA, Rosa W. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista Nutrição**, Campinas, n. 16, p. 483-492, out./dez., 2003.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- ELESBÃO, Ivo. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010. P. 150-166.
- ESTEVES, ValériaKönig. **No caminho do sabor e da cultura: Uma abordagem sobre a cozinha e o cotidiano da Estrada Bonita (Pirabeiraba - Joinville/ SC)**. Dissertação (Mestrado). 123f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. 2. Ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.
- GRAZIANO DA SILVA, Jose Francisco. O novo rural brasileiro. *Nova Economia (UFMG)*, Belo Horizonte/MG, v. 7, n.1, p. 43-82, 1997.
- GREIN, Gustavo. **Olhares contemporâneos sobre a Serra Dona Francisca**. 1. ed. Joinville: Editora da Univille, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho: fragmentos da história de Joinville**. Joinville, SC: Fundação Cultural, 1987.

- HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, movimentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IMHOF, Afonso. Arquitetura e Imigração Germânica: os enxaiméis na História, etnicidade e veracidade. Blumenau em Cadernos, Tomo XLII, n. 1/2, jan./fev., 2001.
- LEITE, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n.º. 3, 2010.
- LOBATO, José Bento Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Revista Projeto História**, SP, n. 17, 1998
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-141, 2010.
- MICHAELIS: pequeno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2ª ed. Revisada e ampliada. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- PEIXOTO, Paulo. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. **Sociologia (Porto)**, v. 13, p. 211-226, 2003.
- PEIXOTO, Paulo. Os meios rurais e a descoberta do património. **Oficina do Centro de Estudos Sociais**. N.º. 175, Coimbra, 2002.
- PEIXOTO, Paulo. O patrimonio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas. **Oficina do CES**, n.º 155, 2000.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira; PEIXOTO, Juliano Pavesi. Impactos e monitoramento ambiental e empreendimentos turísticos no espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.
- RAMOS, Pedro. Questão agrária e modernização da agropecuária brasileira entre 1964 e 1984: fatos e atores da derrota da reforma agrária. In: **Anais do II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**. II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, São Carlos, SP, 2013.

REZEK, Gustavo Elias Kallás. **Imóvel Agrário: agrariedade, ruralidade e rusticidade**. Curitiba, Jurá, 2011.

RIBEIRO, Marlene. Reforma agrária, trabalho agrícola e educação rural: desvelando conexões históricas da educação do campo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2014. P.10. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/2014nahead/1517-9702-ep-1517-97022014111587.pdf> Acesso em: 05 jan. 2015.

ROCHA, LisianeDörr. **A diversidade na produção de alimentos da agricultura familiar no interior do município de Três Passos**. Trabalho de Conclusão (Tecnólogo em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2013.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no sul do Brasil**. Tradução de Júlio Chella. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

SCARLATO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SILVA, Éder Roberto da; SILVA, Ricardo Siloto da. Origens e matrizes discursivas da reforma urbana no Brasil. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo: NEUR. N.46, 2005, p.144-156.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente. In DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2010. P. 111-143.

STANCIK, Marco Antonio. Os jecas do literato e do cientista: Movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 13, n.1, p. 45-62, 2005.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**.Joinville: Meyer, 1986.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

TRAMONTINI, Marcos Justo. Etnicidade e política. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20, 1999, Florianópolis. História: fronteiras. **Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História**. São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999, p. 1159-1168.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **As colônias de Santa Catarina**. Blumenau: CNPq e Casa Dr. Blumenau, 1988.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 22, 2004a.

VEIGA, José Eli da. A atualidade de contradição urbano-rural. In: **Análise Territorial da Bahia Rural**. SEI, Série Estudos e Pesquisas, nº. 71, 2004b.

VICENZI, Herculano. **Nos fundões de Joinville**: memórias. Jaraguá do Sul: Impressul, 2013.

VICENZI, Tales. **Festas rurais do bairro Vila Nova e seus processos de identificações**. Dissertação (Mestrado). 99f. Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Norma Giarracca. (Org.). **Una nueva ruralidade em America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

WILHEIM, Jorge. **Planos Urbanísticos**. São Paulo: Jorge Wilhelm Consultores Associados, 2010. Disponível em: <http://www.jorgewilhelm.com.br/___index.html> Acesso em: 05 dez. 2014.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262, 2006.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Usos sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, nº 1, p. 145 - 160, 2009.

ZUÑIGA Christian Henríquez; ZECHNER, Talita Cristina; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PELLIN, Valdinho. Turismo e suas interações nas transformações do espaço rural. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de. (Orgs.) **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

SITES CONSULTADOS

ARANTES, José Tadeu. Como produzir arroz com baixo consumo de água. São Paulo: Agência FAPESP, 2013. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/como_produzir_arroz_com_baixo_consumo_de_agua/17238/> Acesso em: 28 jan. 2015.

CERETUR. Projeto Destinos e Roteiros Integrados. Disponível em: <<http://www.santacatarinaroteiros.com.br>> Acesso em: 22 jan. 2015.

CORREA, Elisa. O espírito do lugar. Slow Food Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/textos/genius-loci/218-o-espírito-do-lugar>> Acesso em: 16 dez. 2014.

CSF – Organização Cidades Sem Fome. Cidades Sem Fome. São Paulo: CSF. Disponível em: <<http://cidadessemfome.org/pt-br/>> Acesso em: 3 fev. 2014.

ETIMOLOGÍAS de Chile. Disponível em: <<http://etimologias.dechile.net/?agro.nomo>> Acesso em: 2 jul. 2014.

FBB – Fundação Banco do Brasil. Agricultura Urbana e a Revolução dos Baldinhos. Brasília: FBB. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/agricultura-urbana-e-a-revolucao-dos-baldinhos.htm>> Acesso em: 3 fev. 2014.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em: 20 jan. 2014.

MENTEN, José Otavio. Retrospectiva 2013 e o Agro. Piracicaba: Casa do produtor rural, 2014. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/cprural/artigos.php?col_id=69> Acesso em: 29 abr. 2014.

EXPORTAÇÕES de commodities. Brasília: MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/FAOddma.asp>> Acesso em: 04 mai. 2013.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. FAO discute demanda mundial por alimentos. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/FAOddma.asp>> Acesso em: 04 mai. 2013.

IPHAN. Turismo Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12640&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>> Acesso em: 9 jan. 2015.

IPPUJ – Fundação Instituição de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Sistema Viário. Joinville: IPPUJ. Disponível em: <<https://ippuj.joinville.sc.gov.br/conteudo/23-Sistema+Vi%C3%A1rio.html>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Milho. Brasília: Mapa. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/milho>> Acesso em: 27 abr. 2014a.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Soja. Brasília: Mapa. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/soja>> Acesso em: 27 abr. 2014b.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mais Alimentos. Brasília: MDA. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/institucional/maisalimentos>> Acesso em: 27 abr. 2014.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Agricultura Urbana. Brasília: MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/regiao-metropolitana/gestor/agricultura-urbana>> Acesso em: 31 jan. 2014.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Agricultura Urbana. Brasília: MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/agricultura-urbana>> Acesso em: 31 jan. 2014.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. Brasília: MMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>> Acesso em: 5 dez. 2014.

MOREIRA, Regina da Luz. Revolução Constitucionalista de 1932. Navegando na História. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/fatosimagens/revolucao1932>> Acesso em: 05 fev. 2015.

MOVIMENTO Pedala Joinville. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/movimentopedalajoinville/circuito-do-pirai>> Acesso em: 18 jan. 2015.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/10167>> Acesso em: 20 jan. 2014.

OFICINA da Rede Mobilizadores revela interesse sobre o tema Agricultura Urbana. Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO. Disponível em: <<http://cepagroagroecologia.wordpress.com/tag/revolucao-dos-baldinhos/>> Acesso em: 20 jul. 2014.

ONU – Nações Unidas no Brasil. A ONU e a alimentação. Rio de Janeiro: UNIC Rio. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-alimentacao/>> Acesso em: 22 jul. 2014.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em: 26 abr. 2014.

SLOW FOOD BRASIL. Missão Slow Food, 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/missao>> Acesso em: 25 abr. 2014a.

SLOW FOOD BRASIL. Movimento Slow Food, 2007. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>> Acesso em: 23 jul. 2014b.